



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2021 a 31/08/2021

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/83

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público. Texto extraído do evento, contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Presidente Gilberto Nascimento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho à tribuna na tarde de hoje primeiro para registrar a realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, acontecido nos dias 29 e 30 de julho, do qual participei, e dizer que a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, conta com ampla rejeição do serviço público em nosso País e começa a ser compreendida pela sociedade brasileira como um mecanismo de lhes tirar o direito, o acesso universal aos serviços prestados pelo Estado.

Srs. Deputados, V.Exas. vão votar contra os professores? Vão votar contra os agentes comunitários de saúde? O que essa PEC diz é exatamente o que o Sr. Paulo Guedes disse, de *per se*, na reunião da Comissão Especial, que vai "voucherizar" a saúde, a educação, as creches.

Quanto vale um *voucher*? É para uma creche ou para uma escola de qualidade? Não, senhores. É para uma escola precária, fazendo a divisão entre ricos e pobres neste País. Mais qualificado quem paga mais. Menos qualificado aquele que precisa do básico, das operações, como diria o atual Sr. Presidente da República.

A proposta da reforma administrativa ataca conquistas democráticas e pactos sociais construídos desde a redemocratização. As consequências de uma eventual aprovação dessa reforma serão sentidas não apenas pelos(as) servidores(as) públicos(as), mas por todos(as) os(as) brasileiros(as), uma vez que todos(as) - sem exceção - utilizam o serviço público. Situação que deixa a classe trabalhadora e



aqueles que vivem em situação mais vulneráveis de maneira extremamente desprotegidos e desamparados.

Esse é o texto final do Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público. Hoje as centrais sindicais, as confederações, as federações dos servidores públicos e os sindicatos estão aqui em Brasília e pedem uma audiência ao Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira - e faço-o aqui desta tribuna -, para que entreguem esse documento e busquem amparo neste Plenário da Câmara para rejeitar a PEC 32.

Peço que seja transscrito *in totum* o conteúdo desse manifesto do Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público.

Finalizo, Sr. Presidente, nestes 30 segundos, dizendo que os ataques à democracia passam pela PEC 32, mas passam pelo desatino dominical do Sr. Presidente da República, dos seus passeios de moto, cada vez menores, cada vez menos expressivos, por determinadas cidades brasileiras, despencando a popularidade, porque o povo não aguenta mais.

Fora, Bolsonaro!

Documento 2/83

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:56
Publ.: DCD - 04/08/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à manifestação realizada por servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. Relevância do papel exercido pela Guarda Civil Municipal.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Hoje é o nosso primeiro dia de sessão, Sr. Presidente, e já chegam a Brasília centenas, milhares de pessoas que agora ocupam a Esplanada dos Ministérios, servidores públicos, sobretudo: policiais civis, trabalhadores da saúde, trabalhadores de todos os segmentos do

serviço público, integrantes de Guardas Civis Municipais. Inclusive, os senhores sabem que eu fui fundador e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Guardas Municipais. Aqui nós lutamos muito para garantir o reconhecimento dessa categoria como parte do escopo da segurança pública. Acompanhei a votação no Senado, ganhamos essa causa, e agora eles, os nossos trabalhadores da segurança pública, trabalhadores comunitários, estão ameaçados, juntamente com todas as categorias, de perderem a sua condição.

A Guarda Civil Municipal cumpre um papel que nem a Polícia Militar, nem a Polícia Civil, nem o Exército, nem a Marinha, nem a Aeronáutica cumprem, exatamente o trabalho preventivo, o trabalho comunitário, o que significa dizer cuidar do broto, cuidar da juventude, com trabalho, com diálogo. Esse é o papel das nossas Guardas Civis Municipais.

Por essa razão, Sr. Presidente, todos eles estão aqui, protestando contra a ameaça da famigerada PEC 32, uma PEC que desfigura o Estado brasileiro, uma PEC que tira do Estado o papel de porto seguro da nossa comunidade e faz do Estado serventia do segmento privado, do capital, dos parasitas deste País.

Por esse motivo, nós vamos lutar muito para que essa PEC não seja aprovada. Defender a estabilidade do servidor público é defender a estabilidade do atendimento ao público - é por isso que são chamados de servidores públicos. Defender essa estabilidade não é defender privilégios, até porque quem está ali fora - e eu vou me encontrar com eles agora - ganha um salário digno, mas um salário baixo; não são grandes salários. E, por isso, Sr. Presidente, a nossa firmeza na defesa de um Estado para a sociedade, de um Estado máximo para o povo e mínimo para os grupos econômicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/83

60.2021.B Sessão Outro Evento 03/08/2021-15:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crise sanitária, desemprego e fome reinantes no Brasil. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis no País. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Inadmissibilidade de transformação da Câmara dos Deputados em puxadinho



do Palácio do Planalto. Fidelidade do Presidente da Casa às determinações do Presidente da República. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de 15 dias de recesso, voltamos às atividades na Câmara Federal. E eu venho com muita esperança, esperança de que nós possamos cumprir o papel constitucional que assumimos ao fazer o juramento nesta Casa.

Digo isso, Sr. Presidente, porque estamos vivendo um período em que a pandemia continua ceifando a vida das pessoas, mas em que a fome também está matando muita gente. A carestia no Brasil é do gás, é da carne, é do feijão, é da gasolina. Tudo está caro! E há 15 milhões de brasileiros desempregados, Sr. Presidente.

Por outro lado, dizem que vão apresentar um projeto de um Bolsa Família de 300 reais, mas nós precisamos de um auxílio emergencial de, no mínimo, 600 reais para o povo brasileiro, que precisa de alimento para fazer a economia girar, para diminuir o seu sofrimento.

Mas qual é a pauta que está sendo discutida, Sr. Presidente? É a PEC 32, que acaba com o serviço público, acaba com as carreiras de Estado, acaba com as categorias que são fundamentais para o serviço público brasileiro. Nós não podemos ser um puxadinho do Planalto. Esta Casa não pode baixar a cabeça para o Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro.

É preciso que o Presidente desta Casa tenha altivez, faça o mesmo que o Senado está fazendo. O Senado está cumprindo o seu papel, investigando, com transparência, fazendo com que valha a pena nós trabalharmos e atuarmos todos os dias na política. Mas o Presidente da Câmara segue as orientações de Bolsonaro.

Bolsonaro é um golpista, Bolsonaro é um genocida, Bolsonaro é um corrupto, Bolsonaro não gosta do Brasil, Bolsonaro odeia o povo brasileiro, Sr. Presidente. A Câmara dos Deputados não pode ser conivente com Bolsonaro.

A minha esperança é que o povo, que sempre está nas ruas lutando por seus direitos, possa pressionar esta Casa para nós discutirmos o *impeachment* de Bolsonaro, porque aí, sim, nós estaremos defendendo... (*Falha na transmissão*.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputado Valmir, o som de V.Exa. teve algum problema, e nós não

estamos conseguindo ouvi-lo.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Agora estamos ouvindo. V.Exa. tem mais 30 segundos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - A minha esperança é grande, mas a minha esperança é no povo brasileiro, a minha esperança é nas organizações, que vão ter capacidade de pressionar os Parlamentares para que discutam o *impeachment* de Bolsonaro. Essa é a minha esperança, e eu sei que é a esperança da maioria do povo brasileiro.

Documento 4/83

60.2021.B Sessão Outro Evento 03/08/2021-15:20
Publ.: DCD - 04/08/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projeto de valorização da indústria nacional, e de desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda. Defesa de rejeição das propostas governamentais de reforma administrativa e de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Inadmissibilidade de retirada do incentivo fiscal concedido ao Programa de Alimentação do Trabalhador. Continuidade dos reajustes nos preços do gás de cozinha, dos combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Não reajustamento, pelo Governo Federal, do salário mínimo e de programas sociais. Congelamento dos valores pagos aos usuários do Programa Bolsa Família. Comprometimento do Governo Jair Bolsonaro com a elite brasileira.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, bem-vindos à retomada dos trabalhos neste segundo semestre.

Olhando a pauta, podemos notar que a pauta do Governo segue muito ruim. Não existe uma única proposta com a qual o Governo Jair Bolsonaro venha a debater com o Parlamento acerca da geração de emprego e de renda e da valorização da indústria nacional. A pauta é a de sempre: é reforma administrativa, para tirar os direitos dos trabalhadores, acabar com os concursos públicos, aumentar o número de indicações políticas e, assim, reduzir o atendimento à população; é a privatização dos Correios, a única empresa brasileira presente em quase todos os Municípios do Brasil. Nós precisamos nos posicionar



contra a privatização dos Correios, contra essa reforma administrativa.

Além disso, na reforma tributária, agora o Governo inventou também de retirar os incentivos fiscais das empresas, no que se refere ao Programa de Alimentação do Trabalhador. Se o Governo retirar o incentivo a esse programa, vai ser cortado o *ticket* alimentação, a cesta básica, a cesta-alimentação, e mais uma vez o trabalhador vai se prejudicar.

O pior, Sr. Presidente, é que continua subindo o preço o botijão de gás todo mês, continua subindo o preço da gasolina todo mês. O talão de energia ninguém aguenta mais pagar. Carne não existe mais na mesa dos brasileiros. E o Presidente Bolsonaro não faz um gesto para discutir com o Parlamento o reajuste do salário mínimo e o reajuste dos programas sociais.

O programa Bolsa Família congelou desde o último Governo Dilma. Foi criado no Governo Lula, reajustado no Governo Lula, reajustado no Governo Dilma, e pronto, congelou.

Para o Bolsonaro, bom é reajustar a energia e o gás de cozinha todo mês, a gasolina, a carne. E o povo brasileiro não tem direito ao reajuste do Bolsa Família, não tem direito a um reajuste do salário mínimo?

É por isso que se diz que este é um Governo que se preocupa com os ricos. Este Governo não se preocupa com pobre. Durante toda a pandemia, as pesquisas indicaram que os ricos e milionários do Brasil ficaram mais ricos, que o pobre ficou mais pobre e que o desemprego atingiu mais de 15 milhões de brasileiros.

Basta de Governo Bolsonaro! Ninguém vai aguentar mais 1 ano e meio pela frente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 5/83

60.2021.B

Sessão Outro Evento

03/08/2021-15:56

Publ.: DCD - 04/08/2021 - CARLOS VERAS-PT -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Denúncia de destruição de plantações, envenenamento de terras e assassinato de camponeses, a mando de latifundiários e empresários na zona da mata pernambucana. Exigência de regularização das terras dos produtores rurais na



região. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Inadmissibilidade de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna no dia de hoje para denunciar algo e cobrar atitude das autoridades públicas do meu Estado e do País.

O Estado de Pernambuco, senhores e senhoras, está vivendo um verdadeiro terror promovido pelos latifundiários e por empresas contra as famílias camponesas. Estão envenenando as terras, estão destruindo as plantações, estão agredindo e assassinando camponeses.

Infelizmente, a Zona da Mata, no nosso Estado, tem sofrido essa violência. Pelas décadas em que essas famílias residem em suas propriedades rurais, pelo que plantam e produzem, pelo que essas empresas devem à Receita, pelo que nós vivenciamos a cada dia, essas famílias já são donas dessas terras por direito.

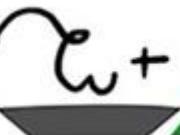
Por isso, exigimos que o Governo do Estado de Pernambuco, através das suas Secretarias e de seus órgãos, o Governo Federal, os Governos dos Municípios atingidos e a Justiça se façam presentes para garantir a essas famílias o direito à terra por meio da regulação fundiária já, de forma imediata.

Terra para quem precisa da terra! Terra para aqueles camponeses e camponesas que ajudam a garantir a soberania alimentar!

Nossa solidariedade a todas as famílias da Zona da Mata, a todos os camponeses e camponesas que lutam pela terra, que lutam pela soberania alimentar. Não vamos admitir que latifúndios e empresas se apropriem disso para retirar dessas famílias o direito à terra e o direito à produção.

Por fim, Presidente, quero, nesta sessão, conamar toda a sociedade brasileira para lutar contra a reforma administrativa, contra o desmonte do serviço público, contra a privatização dos Correios. As ruas clamam hoje pelo Fora, Bolsonaro, contra a reforma administrativa, contra a privatização dos Correios, contra o desmonte do serviço público.

Bolsonaro pode, sim, e vai sair da Presidência da República, seja em 2022, seja agora. E nós queremos que seja agora, porque o povo brasileiro não aguenta mais o mal que ele vem fazendo à Nação. O povo não aguenta mais morrer de forma e sofrer com a COVID por



irresponsabilidade do Governo Federal.

Documento 6/83

60.2021.B Sessão Outro Evento 03/08/2021-16:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de rejeição pela Casa de proposições destinadas à retirada de direitos dos povos indígenas. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Luta do orador contra o corte de recursos orçamentários destinados à área social. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Reajuste abusivo nos preços do gás de cozinha. Lentidão do processo de vacinação contra a Covid-19 no País. Escândalo de corrupção na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde, revelado pela CPI da Covid. Empenho na instalação de usinas de oxigênio nas redes hospitalares; no pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores da saúde; no pagamento do piso salarial aos profissionais da enfermagem; e na aprovação de legislação de amparo aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias. Tentativa do Governo Jair Bolsonaro de mudança do sistema eletrônico de votação.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Queria saudar todos os colegas Parlamentares pelo retorno aos trabalhos legislativos. Retornamos para enfrentar os retrocessos que estão em andamento no Brasil, com os projetos que estão na Câmara dos Deputados.

Vamos continuar a luta contra a privatização dos Correios. É um absurdo o Governo insistir em entregar este patrimônio da história da luta da economia do Brasil.

Temos que continuar lutando contra as ameaças que atingem os indígenas, contra os projetos que estão nesta Casa que ameaçam as terras indígenas.

Há a luta contra a reforma administrativa, porque, na verdade, é uma reforma que vai prejudicar os funcionários públicos e vai precarizar mais ainda o serviço público, quando deveríamos estar fortalecendo e ampliando os serviços, ainda mais agora no período da pandemia.

Também vamos lutar contra o corte de recursos da educação, de



moradia, de saneamento e da assistência social, como estamos vendo em uma sequência, nestes últimos 2 anos, 3 anos, no Brasil.

Quero também dizer que os dados mostram a volta da fome no Brasil, o aumento do desemprego. Há 19 milhões de pessoas passando fome, segundo o IBGE. Foi anunciado que há 14 milhões e 800 mil pessoas sem emprego, que muitas estão na informalidade, sem amparo. Há muitas pessoas nas filas para receber doações de ossos para se alimentar. O gás de cozinha está tão caro, e não para de aumentar seu preço, que já há pessoas voltando a cozinhar em fogão à lenha, porque não têm recursos para garantir a compra do gás de cozinha.

Esse é o Governo Bolsonaro.

A vacinação está lenta. Temos 20% apenas de vacinação da segunda dose. A CPI está mostrando o escândalo da compra das vacinas, os esquemas dentro do Governo, a corrupção, o superfaturamento, as propinas. E há mais de 550 mil mortos, por conta desses esquemas da vacina. Isso tem que ser apurado e tem que haver responsabilização em relação a isso.

Nós também vamos lutar pelo projeto de instalação de usina de oxigênio nos hospitais, pelo pagamento de adicional de insalubridade para os trabalhadores da saúde, pelo piso salarial da enfermagem, pela legislação que ampare os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, categorias importantes nesse momento para enfrentar não só a pandemia, mas também outras doenças.

É o momento também de questionarmos o Parlamento, a Câmara, que apoia esses projetos de retrocesso. É lamentável que o Governo continue permanentemente tentando mudar o foco das questões. Essa discussão sobre o sistema de votação é uma forma de fugir das responsabilidades que o Governo tem com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Documento 7/83

60.2021.B

Sessão Outro Evento

03/08/2021-16:24

Publ.: DCD - 04/08/2021 - MARCON-PT -RS

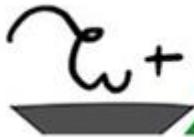
CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Participação em manifesto contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32,



de 2020, sobre a reforma administrativa, realizado na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Eu quero só anunciar que participei, nesta tarde, de uma grande mobilização aqui na frente dos três Poderes, junto com os funcionários públicos, principalmente da segurança pública, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. Estava presente a nossa Polícia Civil do Rio Grande do Sul, comandada pelo nosso Presidente do UGEIRM, a sua Diretoria, uma delegação com quase 40 pessoas, que vieram aqui participar e dizer "não" à PEC 32, "não" ao desmonte do serviço público. O serviço público é importante para a população brasileira, e a PEC 32 vai terminar com isso.

Gostaria que fosse divulgado o meu discurso no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 8/83

61.2021.B Publ.: DCD - 05/08/2021 - MARCON-PT -RS	Sessão Outro Evento DOS BREVES COMUNICAÇÕES	04/08/2021-13:40 BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO
CÂMARA DEPUTADOS		

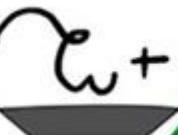
Sumário

Apresentação, pelo orador e outros, do Projeto de Lei nº 2.064, de 2021, sobre a criação, pelas instituições financeiras públicas federais, de linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte. Protesto contra a demissão, por motivação política ou racial, de funcionário negro da agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar hoje sobre dois assuntos.

Primeiro: eu apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.064, de 2021, com mais 41 nobres Deputados da minha bancada. O projeto visa fomentar os MEIs, as micro e as pequenas empresas, aqueles que estão no SIMPLES Nacional.

Esse setor foi o que mais perdeu nesta crise -- crise da pandemia, crise econômica e crise política. Na grande Porto Alegre, os números são assustadores: mais de 90 estabelecimentos fecharam neste 1 ano e



meio.

Em relação ao PRONAMPE, programa que o Governo Federal lançou, em primeiro lugar, ninguém tem acesso a ele; em segundo lugar, o juro é muito alto. Nós precisamos olhar para esse setor com a riqueza que o Brasil tem. O Brasil é um país rico. O Brasil é um país que tem dinheiro. Mas, quando é para olhar para os pequenos, o Governo vira as costas.

E o projeto que apresentamos aqui prevê juro zero, com 10 anos para pagar e 3 anos de carência. E quem paga as parcelas tem um prêmio, um subsídio nas parcelas de 20% a 30%. Aí nós podemos gerar emprego, nós podemos restabelecer o aumento da economia neste País. Por isso, eu peço - e vários Deputados já vieram conversar conosco - o apoio desta Casa, da Mesa e do Presidente desta Casa para colocá-lo em votação.

O segundo assunto que trago aqui é assustador. O Brasil tem 104 agências executivas do INSS em todo o Brasil. Desses 104 agências, só três eram administradas por negros. A agência que atendia Porto Alegre e Viamão era uma dessas. Filiado a nenhum partido, na semana retrasada, depois de 4 anos e meio trabalhando nessa agência, fazendo um excelente trabalho, o funcionário foi demitido porque não quis assinar ficha de nenhum partido da base deste Governo. E na outra hipótese eu não acredito, espero que não seja isto: será que foi demitido porque era negro? Tem o meu repúdio essa perseguição a esse funcionário público.

É por isso também que nós somos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. Ela é para terminar com o serviço público, é para terminar com aqueles que atendem à população, como esse trabalhador do INSS, lá do nosso Estado do Rio Grande do Sul, que foi demitido. Registro, mais uma vez, o nosso repúdio.

Essa PEC não pode ser aprovada. Funcionário público é para atender à população. Não pode cada um que se elege querer colocar os dele para não trabalhar para o povo em geral.

Presidente, peço que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sumário

Aproximação da marca de 600 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Inexistência, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, de política de prevenção e combate à doença. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020 sobre a reforma administrativa. Solidariedade aos funcionários dos Correios.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Meu grande Presidente Gilberto, é com muita satisfação que nos reencontramos, mas, infelizmente, numa situação muito difícil, decorrente desta crise, da pandemia, que já ceifou a vida de quase 600 mil pessoas, brasileiros e brasileiras que foram vítimas da omissão e da falta de uma política responsável de prevenção e de combate à pandemia.

O Brasil está de luto por causa desta tragédia que estamos vivendo e, infelizmente, está sendo vítima de uma política neoliberal, de Estado mínimo, com que se quer privatizar as empresas brasileiras, inclusive os Correios, a ELETROBRAS e outras relevantes empresas nacionais, que são patrimônio do povo brasileiro, empresas muito importantes que contribuem para o desenvolvimento do País.

Os Correios, por exemplo, estão em todos os Municípios brasileiros e prestam serviços essenciais à população. É um crime privatizar uma empresa lucrativa que leva também ao interior informações e presta serviços ao nosso povo.

A reforma administrativa que está em curso é também contra os trabalhadores, contra a população do nosso País, porque ela está dentro dessa visão de Estado mínimo. Quando da realização da reforma trabalhista, dizia-se que ela geraria empregos, geraria renda para o nosso povo, e nada disso tem acontecido, muito pelo contrário. O índice de desemprego é de 14% no País. Essa é uma política suicida. Já os Estados Unidos estão investindo maciçamente, através de ações do Estado, na educação, na infraestrutura, gerando empregos, para enfrentar a crise que se está vivendo.

Manifesto a minha solidariedade a todos os servidores dos Correios. Continuaremos lutando em defesa do País, em defesa da soberania nacional.

Meu caro Presidente Gilberto, peço que este pronunciamento seja



divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Um grande abraço!

Muito obrigado.

Documento 10/83

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-15:44
Publ.: DCD - 05/08/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação do orador em manifestação contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, realizada em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos em Florianópolis, a Capital dos catarinenses, participando de uma grande mobilização neste momento contra a PEC 32/2020, contra a reforma administrativa, depois da famigerada reforma da Previdência, porque hoje em Santa Catarina estão retirando direitos dos servidores públicos estaduais.

Se a PEC 32/2020 for aprovada em um futuro bem próximo, serão destruídos os mecanismos financiadores e solidários da previdência pública. Quem sabe este é o sonho do Paulo Guedes: implantar a capitalização da previdência neste País e privatizar a Previdência.

Por isso, "não" à PEC 32/2020! "Não" à reforma administrativa! Não é só porque se vão retirar direitos dos servidores municipais, estaduais e federais, mas porque se vai precarizar o serviço público, vai haver menos qualidade no serviço da educação, da saúde, da previdência.

Portanto, hoje nós estamos aqui dizendo: basta, Bolsonaro! Chega, Bolsonaro, de tanta destruição dos direitos dos trabalhadores deste País, dos servidores públicos deste País! Chega de neoliberalismo que desmonta o Estado brasileiro e a soberania nacional. "Não" à PEC 32/2020! "Não" à reforma administrativa! "Não" à retirada de direito dos servidores públicos deste País! "Sim" à qualidade na educação, na saúde, na assistência, na agricultura, na geração de oportunidade. A pandemia nos mostrou que há necessidade de políticas públicas de Estado, do SUS, da educação pública, da universidade pública, da



ciência e tecnologia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, "não" à PEC 32/2020 e "sim" ao futuro do País. Nós vamos retomar a esperança.

Fora, Bolsonaro! A esperança vai voltar para o povo brasileiro e para os servidores públicos deste País.

"Não" à PEC 32/2020!

Documento 11/83

62.2021.B	Sessão Outro Evento	05/08/2021-09:32
Publ.: DCD - 06/08/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inclusão do Presidente Jair Bolsonaro, pelo Supremo Tribunal Federal, em inquérito investigatório da disseminação de fake news. Inconsistência das declarações do Presidente da República sobre a violação de urnas eletrônicas nas eleições de 2018. Repúdio às mentiras e ameaças do Presidente Jair Bolsonaro à democracia brasileira. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Vejam bem, o Presidente Jair Bolsonaro, o genocida, é investigado por muitos crimes, mas agora é investigado pelo crime de *fake news* oficialmente, conforme já está no processo analisado pelo Ministro Alexandre de Moraes. Ontem, ele fez uma *live* daquelas em que ele fala muita bobagem e falou mais mentiras, afirmado agora que as urnas foram violadas em 2018.

Mentira, mentiroso! Ele sabe que é mentira. É mais um crime que ele cometeu ontem, que estará também agora no inquérito do Ministro Alexandre de Moraes. Fica fácil ver que esse delinquente mente para amedrontar o País e nos ameaçar com um golpe contra a democracia. Aliás, é um Presidente que tem saudades do orelhão com ficha e saudades do voto impresso, que era um verdadeiro desastre, um tormento para o povo brasileiro. Existe o tal inquérito que ele fala? Existe, mas nada tem a ver com o equipamento que registra o voto,



nada tem a ver com urna.

As urnas não estão nessa invasão de que ele fala, que houve em 2018, que aliás já era algo público. Quando o voto é assinado e lacrado digitalmente não há como fraudar; e isso já ficou claro. Mas ele mistura as coisas para poder contar essa mentira e ficar ameaçando o povo brasileiro, porque ele sabe, como eu disse ontem, que ele vai tomar uma surra do Presidente Lula, de quem o povo está morrendo de saudade, porque conseguia se alimentar, tinha acesso à universidade, tinha acesso a políticas públicas que melhoravam a vida do povo pobre, do povo brasileiro. E ele agora tudo destrói, esse genocida; e jogou o Brasil no buraco.

Sabendo que vai perder as eleições, fica nos ameaçando e ameaçando o sistema democrático brasileiro, é isso que faz esse Presidente delinquente, esse genocida do Jair Bolsonaro. E aí inventa mentiras. E inventa mentiras também para esconder o entreguismo. Quero ver hoje os Deputados votarem o entreguismo dos Correios, entregarem para o capital financeiro internacional. É isso que Bolsonaro quer fazer.

Os Correios são uma empresa lucrativa. Por que ele quer vender? Para que algum amigo do rei ganhe, e passe a ganhar dinheiro, cobrando caro os serviços prestados por uma empresa estratégica. Os Correios entregam os livros didáticos no Brasil inteiro. Quem vai fazer isso vai cobrar uma fortuna, e o Brasil vai ter que pagar essa fortuna; ou não entregar o livro didático. Aliás, deve ser o que Bolsonaro pensa em fazer.

Esse sistema que nós temos dos Correios alimenta o Sistema Único de Saúde com entregas pelo Brasil afora, e isso será entregue agora por empresa privada. Sinceramente, esse Presidente Jair Bolsonaro parece aqueles mágicos que querem enganar as pessoas, e não fazer uma arte da magia. Ele quer enganar o povo, então ele fala sobre mentiras de hacker em processo do TSE, que nada tem a ver com urna, mas o que ele mira mesmo é desviar o assunto. É isso que o Presidente quer, para poder entregar para o capital financeiro internacional, para os seus amigos uma empresa tão lucrativa quanto os Correios. Tomara que hoje esse crime não seja corroborado aqui pela Câmara dos Deputados.

E espero também que possamos, Sr. Presidente, reagir em relação a outras pautas negativas que vão nesse sentido de privataria, como está sendo anunciada a tal da PEC 32, que desmancha o Estado brasileiro.

É preciso abrir o procedimento de análise de *impeachment* desse genocida. Fora, Bolsonaro!



Obrigado.

Documento 12/83

82.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/08/2021-
CD 13:36

Publ.: DCD - 06/08/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre o marco regulatório, a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios).

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Arthur Lira. Boa tarde, Deputados e Deputadas.

Este é um momento triste para o povo brasileiro. A Câmara, precisando debater os problemas do nosso povo - a fome, o desemprego, a miséria -, precisado trazer soluções para o povo, abre mão de uma empresa lucrativa, sim, uma empresa estratégica, uma empresa querida pelo povo brasileiro. Portanto, estamos muito tristes hoje por debater e provavelmente ver aprovada por este Plenário a privatização dos Correios. Estamos aqui na resistência. E eu vou colocar argumentos para ver se sensibilizo os Deputados em torno disso.

Privatizar vai trazer menores preços? Isso não condiz com a verdade. Não foi assim, por exemplo, em Portugal. Os arautos do neoliberalismo dizem que o livre mercado resolve tudo e, inclusive, diminui o preço da mercadorias. Isso não é verdade! Olhem aí quanto está custando a gasolina, com essa política de preço ligado ao dólar e ao preço do mercado internacional. É isso o que V.Exas. defendem, que se aumentem os preços, porque o mercado interno precisa se dolarizar e acompanhar o preço internacional? A gasolina está custando R\$6,50 e vai aumentar!

Deputado Vicentinho, a privatização dos Correios levará a um aumento, sim, no preço das mercadorias, porque será embutido aí o lucro, a margem do lucro dos capitalistas, afinal de contas, alguns Deputados aqui defendem os capitalistas, e não o povo, e não os trabalhadores.

O interior, Srs. Parlamentares - 5 mil Municípios -, ficará à míngua, porque os capitalistas não vão querer investir em uma cidade que não dará lucro. Isso faz parte do próprio sistema. Portanto, esses



Municípios vão perder.

Nós vamos perder também estratégias de desenvolvimento, porque os Correios têm estratégias de desenvolvimento para levar livro didático, levar insumos para o Sistema Único de Saúde. Isso é muito diferente, Deputado Tiago Mitraud, de Guaraná e Coca-Cola. Estou falando de produto estratégico. Por isso, é preciso haver empresas estrategicamente estatais como a PETROBRAS, a ELETROBRAS, porque se trata de energia, de combustível. No caso dos Correios, trata-se de comunicação.

Eu sei que no futuro V.Exas. vão querer privatizar mais coisas ainda. E, através da PEC 32, já falam em entregar também a prestação dos serviços de saúde e de educação. Quem vai sofrer com isso é o povo brasileiro. Por isso, nós estamos aqui na resistência. O Governo Bolsonaro vai passar. Eu espero que passe mais rápido com o *impeachment*. Mas com certeza vai passar pela derrota desse privatismo.

Documento 13/83

84.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021-
CD 22:28

Publ.: DCD - 11/08/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Derrota imposta ao Presidente Jair Bolsonaro pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade de emissão de cédulas físicas de votação em eleições, plebiscitos e referendos (voto impresso). Segurança do sistema de votação eletrônica implantado no País. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19. Elevação dos índices de desemprego e dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis no País. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Retirada de direitos dos trabalhadores pela Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Vinculação entre mortes decorrentes da Covid-19, e a recusa do Presidente da República na compra de vacinas em tempo hábil. Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro na reeleição, em detrimento das demandas da população brasileira. Propósito do Presidente



da República de promoção de golpe de Estado. Necessidade da implantação de plano de desenvolvimento socioeconômico no País. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Parlamentares, o Presidente Bolsonaro hoje sofreu uma derrota que precisa ser sublinhada. Não adiantou tanque na rua, não adiantou blindado, não adiantou lança-mísseis. Nada disso adiantou. Ele sofreu a derrota, e o voto impresso foi sepultado hoje, aqui, no plenário da Câmara. Não conseguiu avançar. Foi rejeitada a PEC, e o voto impresso não passou. E não tinha como passar, porque não fazia o menor sentido em que isso fosse aprovado. Não há nenhum questionamento fundamentado sobre o sistema eleitoral brasileiro no que diz respeito à votação por sistema eletrônico.

É muito estranho o comportamento dessa gente, porque a maior fraude que existe no processo eleitoral brasileiro eles não questionaram: a fraude da compra de votos. Isso, sim, tem fraudado o resultado das eleições em todo o País. Mas isso eles não questionam. Eles não questionam a compra de votos, ou seja, pode continuar a mesma farra da compra e venda de votos em qualquer lugar do Brasil. O Bolsonaro não diz nada sobre isso. Mas resolveu questionar as instituições, resolveu questionar o voto eletrônico, que é um exemplo para o mundo. Há 25 anos esse sistema funciona. Todos nós aqui fomos eleitos por esse sistema. E, agora, o Bolsonaro resolveu questioná-lo.

Na verdade, o que estava e está por trás de tudo isso é a cortina de fumaça, é ele tentando desviar a atenção da população brasileira dos verdadeiros problemas que temos que enfrentar neste plenário, como, por exemplo, a questão da corrupção na compra de vacina.

Todo mundo viu, acompanhando a CPI, que a vacina foi alvo de um esquema poderoso de corrupção de que, se não fosse um servidor público com estabilidade e com coragem para denunciar, ninguém tomaria conhecimento, e eles iriam torrar 1 bilhão e 600 milhões de reais com uma vacina que nem sequer tinha autorização para ser usada no Brasil. Isso eles querem esconder, como também querem esconder, por exemplo, a situação da economia brasileira, que está derretendo, com desemprego nas alturas, com achatamento salarial, com toda a carestia que há em torno dos itens mais elementares da cesta básica, como o arroz, o feijão, o gás de cozinha, a gasolina. Tudo está aumentando todo dia e está o olho da cara. Isso eles querem esconder, como também querem esconder as maldades que eles fazem aqui no plenário desta Câmara, no Congresso Nacional, como, por exemplo, a aprovação da privatização dos Correios; como, por



exemplo, a aprovação hoje, aqui, da Medida Provisória 1.045, que tira direitos dos trabalhadores. Isso eles estão escondendo, quando lançam essa cortina de fumaça.

Trata-se de uma estratégia de enfrentamento em torno daquilo que é o objetivo maior do Bolsonaro, porque ele não está preocupado com as vidas humanas que estão sendo perdidas, desnecessariamente. Essas mortes poderiam perfeitamente ter sido evitadas. Ele não está preocupado com a pandemia, não está preocupado com nada disso. Ele só está preocupado com a eleição, ele está preocupado com 2022, ele quer saber como vai se livrar da maior derrota que um Presidente da República já sofreu sentado na cadeira presidencial, lá no Palácio do Planalto.

É o que vai acontecer com ele no próximo ano, como apontam todas as pesquisas. Então, nós sabemos que é nisso que Bolsonaro está de olho.

E ele ensaia um golpe. Os tanques e os lança-mísseis aqui nas ruas de Brasília hoje foram uma demonstração do desejo, da vontade, do plano maléfico e perverso que há na cabeça de Bolsonaro em relação ao que vai acontecer em 2022.

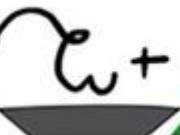
Mas isso não adianta! O Trump não conseguiu dar o golpe nos Estados Unidos - ele tentou invadir o Capitólio lá -, e o Bolsonaro também não vai conseguir dar o golpe aqui no Brasil. Essa história de golpe é coisa do passado, coisa que o povo brasileiro não aceita e não admite.

O que o povo brasileiro espera é que nós façamos a nossa obrigação, que possamos aprovar as medidas necessárias para ele enfrentar os problemas que estão postos no seu dia a dia. É para isso que nós precisamos olhar.

Como nós vamos gerar empregos? Como nós vamos melhorar os salários do povo trabalhador? Como nós vamos criar condições para que a educação seja de qualidade para todos, para que o SUS seja fortalecido e possa cumprir o seu papel não só no enfrentamento da pandemia, mas também no enfrentamento de todas as outras mazelas relacionadas à saúde?

Há problemas de infraestrutura no País, por exemplo, nas BRs. Lá no meu Maranhão, as BRs, as rodovias federais, estão um buraco só. Bolsonaro, procure tapar os buracos das BRs no Maranhão e no Brasil! É isso o que você tem que fazer. Será que você não percebe de que o povo necessita?

O povo não está pedindo voto impresso. O povo não está interessado nisso. O povo quer melhorar a sua condição de vida. E, para isso, nós



temos que trabalhar, todos nós: os Parlamentares, os Governadores, os Prefeitos e principalmente o Presidente da República. Esse é quem mais precisa trabalhar neste momento em favor do nosso País.

Portanto, Presidente, eu não poderia deixar de destacar a importância do resultado da votação de hoje e da derrota imposta a esse senhor que preside hoje o País, por tudo o que aconteceu e por todo o teatro que foi montado por ele.

Agora vamos andar para frente, derrotar as outras propostas, como, por exemplo, a MP 1.045 e a PEC 32. Isso, sim, nós vamos derrotar.

Vamos em frente! A luta é nossa! Viva a democracia!

Documento 14/83

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-15:40
Publ.: DCD - 18/08/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade pelo Governo Jair Bolsonaro pela escalada da miséria, da fome e do desemprego no País. Desestruturação de programas sociais pelo Presidente da República. Cumplicidade da base governista com os crimes de genocídio e corrupção praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Venho relatar que, nos finais de semana, tenho rodado pela nossa querida Minas Gerais, pelo norte de Minas, por Jequitinhonha, e vejo que a situação está um caos - um caos.

Nos últimos tempos, vem acontecendo uma criminalização da Esquerda.

Mas percebemos o quanto faz falta a Esquerda no poder, o quanto faz falta a Esquerda para os pobres, para as trabalhadoras e os trabalhadores, para os povos e comunidades tradicionais, porque a base de Bolsonaro, com o oportunismo da Direita e de grande parte do Centrão, atendendo a uma agenda neoliberal, quer a negação do Estado, o entreguismo do patrimônio público, a precarização no mundo do trabalho, com as tais reformas trabalhistas, o achatamento, o aniquilamento do Estado, a partir dos próprios trabalhadores, como



está na PEC 32. É assim a negação de direitos: o direito de viver, quando nega a vacina; o direito de comer, porque nós temos mais de 20 milhões de brasileiros passando fome, na miséria; o direito a um emprego e a ganhar, assim, uma vida digna. Somados aos 15 milhões de desempregados, nós temos mais de 6 milhões de desalentados, os quais, Presidente, já desistiram de buscar emprego, porque não têm perspectiva.

O Governo está mudando o nome de políticas e programas, mas, no Orçamento, não faz nada, como no caso do Minha Casa, Minha Vida, que virou Casa Verde e Amarela. Estão desmontando e acabando com o Bolsa Família, agora Auxílio Brasil. É muita vaidade desse Governo. É uma pobreza de espírito.

O nosso povo passa fome. O nosso povo quer emprego. O nosso povo quer dignidade. E o Governo está com uma base genocida, porque também é cúmplice do genocídio. Não podemos falar que só o Bolsonaro é genocida e corrupto. Há uma base de sustentação do genocídio, que é cúmplice da miséria, da fome, do entreguismo do patrimônio público.

Então, eu lamento essa insensibilidade da base do Governo para com o sofrimento do nosso povo.

Peço que dê divulgação, Presidente, deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 15/83

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-16:16
Publ.: DCD - 18/08/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Precarização das relações de trabalho pela Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrentes da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Apoio à greve geral anunciada por centrais sindicais contra a



aprovação da propositura.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos ouvem e nos assistem pelos meios de comunicação desta Casa, inclusive pelo programa *A Voz do Brasil*, mais uma vez nós estamos diante de um quadro muito difícil em nosso País. Na semana passada, votamos a Medida Provisória nº 1.045, que precarizou ainda mais as relações de trabalho em nosso Brasil, especialmente o trabalho de jovens, e agora esta Casa se prepara para debater e para votar uma reforma administrativa que é extremamente danosa ao serviço público e à sociedade brasileira, a chamada "reforma administrativa da PEC 32".

Preparam-se as forças governamentais para colocar essa reforma na pauta. O seu enunciado já diz a sua intenção de simplesmente privatizar ou priorizar a ação privada em todas aquelas ações que não são consideradas por este Governo como exclusivas do setor público. Portanto, ele vai na direção de tornar alvo central da sua fúria destruidora o serviço público brasileiro e o servidor público e seus direitos, o serviço público voltado para a saúde, a educação, a assistência social, ou seja, é contra o SUS, que está salvando a vida do nosso povo cada dia mais, seja com vacina, seja com atendimento em todos os hospitais do Brasil.

Essa reforma anuncia um rol de atitudes perversas contra o servidor. Ela amplia as terceirizações, amplia o prazo para as promoções, deixa a aposentadoria mais distante, põe fim à progressão por tempo de serviço. São alvos desse ataque, principalmente, os servidores da saúde, da educação, das universidades brasileiras, dos institutos federais de educação. Aqueles que mais precisam são os atingidos por essa PEC, são as pessoas, o povo, os filhos dos trabalhadores que precisam de universidade pública e dos serviços públicos de saúde.

Para este dia 18, as centrais sindicais, em todo o Brasil, convocam uma greve geral, para fazer frente a essa PEC 32. Têm o total apoio dos movimentos dos servidores, têm o meu total apoio, neste dia 18.

Documento 16/83

90.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021-
CD 17:00

Publ.: DCD - 18/08/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.042, de 2021, sobre a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reconhecemos o trabalho meritório feito pelo Deputado Relator Acácio Favacho. As alterações propostas no sentido de simplificar a estrutura de provimento de cargos e funções em comissão são benéficas. A alteração é bastante ampla, mas o PLV trata de indicar todos os parâmetros através dos quais será operada a transformação, inclusive com tabelas indicando cargos e respectivos valores. Fica também garantida a publicidade e a conferência *a posteriori* da regularidade das alterações propostas através da publicação dos decretos, que poderão ser objeto de PDL ou até de ações judiciais. Mas esta não é uma matéria para estarmos discutindo neste momento, diante da responsabilidade e da profundidade do trabalho do Poder Legislativo.

Nosso entendimento é que o acatamento das nossas contribuições mudou a forma dessa matéria, em relação à PEC 32, tal qual ela veio para o Poder Legislativo. Eu me inscrevi para falar contra, mesmo entendendo o esforço do Relator e o acatamento das sugestões. Com as alterações que foram acatadas, fica preservado o entendimento de que, com relação às IFs, a alteração só poderá se dar no âmbito da própria instituição. Houve uma série de avanços. Portanto, reconhecemos que o caminho do PLV é muito diferente do caminho da PEC 32.

Nesse sentido, nosso posicionamento é contrário, porque essa matéria mexe com um conjunto de servidores públicos federais, a partir de uma medida provisória, a partir de um ambiente restrito à discussão.

Documento 17/83

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021-
90.2021 CD 17:04
Publ.: DCD - 18/08/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS DISCUSSÃO
DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.042, de 2021, sobre a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança no âmbito do Poder



Executivo Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu começo pelo que pontuou o Deputado Joseildo Ramos sobre o esforço do Relator para fazer valer a independência dos Poderes e para fazer com que este Legislativo possa opinar sobre a estrutura do Estado. Eu começo, portanto, parabenizando o esforço do Relator.

Entretanto, nós estamos vivenciando talvez o maior ataque que este Brasil já vivenciou, no que diz respeito à concepção de Estado que está prevista na nossa Constituição. É bom lembrar sempre Celso Furtado, quando dizia que cabe ao Estado enfrentar os problemas nacionais, enfrentar como foram enfrentados durante o Governo Lula, que enfrentou a miséria, enfrentou a fome, que desnaturalizou a fome e a miséria. Desnaturalizou a universidade onde só cabiam os filhos da própria elite e fez com que tivéssemos a democracia calcada nos direitos. E a democracia e os direitos não são solitários, eles andam de mãos dadas, porque os direitos fazem uma democracia de alta intensidade, e não de baixa intensidade.

Essa democracia todos os dias é atacada pelo Presidente da República. Desde o seu primeiro dia de Governo, o Presidente da República tensiona e coloca a democracia para dançar na beira do abismo, fazendo os seus pactos literais e metafóricos com a morte, seus pactos literais e metafóricos com as salas escuras de tortura.

Por isso, nós entendemos que a PEC 32, que está nesta Casa, faz com que se disfarce e se fragmente o estado de proteção social, a concepção pensada por Celso Furtado, em que o Estado resolve os problemas do País, em que se inclui uma linha mestra de todas as desigualdades. E são diversas as desigualdades.

Nós não podemos permitir que haja essa liberdade do Poder Executivo, que tem na Presidência da República alguém que diz que o Estado não pode perseguir os seus familiares e os seus amigos, que quer dominar a Polícia Federal e o COAF, que quer dominar, dominar e dominar.

Por isso, nós não temos como votar favoráveis a essa medida provisória. Trata-se de uma medida provisória - e vou reafirmar o esforço do Relator, que inclusive incorpora algumas emendas nossas -, que dá poderes permanentes ao Executivo na sua lógica fascista e arbitrária de estar desconstruindo e modificando as estruturas de Estado.

90.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021-
CD 17:12

Publ.: DCD - 18/08/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.042, de 2021, sobre a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, votar a favor desta medida provisória é praticamente renunciar ao poder de controle do Congresso sobre as atividades do Executivo.

Esta medida provisória permite ao Governo criar quantos cargos de confiança quiser. Vai no mesmo sentido da reforma administrativa, quando esta retira a estabilidade, mas extrapola, porque abre a porteira. Aprovando esta medida provisória, o Congresso Nacional estará praticamente dando total liberdade ao Governo na organização dos quadros de confiança dos cargos comissionados.

Nós somos contrários a isso. Somos contrários também porque este Governo é uma verdadeira anarquia. É um Governo que está desorganizando o Estado brasileiro. É um Governo que odeia o funcionário público. É um Governo que instala privilégios, como, por exemplo, os privilégios que permitem que militares possam ganhar dois salários. É por isso que nós somos contrários.

Este Governo está levando o Estado brasileiro ao buraco, propondo uma reforma administrativa que absolutamente permite o desmonte das atividades de Governo. Aqui falo desmonte mesmo, porque o que nós estamos vendo na saúde com as organizações sociais, que já não têm controle, vai ser extrapolado para a educação e para todas as outras atividades de Governo.

Nós temos que barrar a reforma administrativa! Nós temos que impedir que ela aconteça! E esta medida provisória faz parte desse plano de destruição. Este Governo não tem interesse nenhum em garantir políticas públicas que atendam a maioria do povo brasileiro.

Hoje, o Ministro da Educação veio à Comissão de Orçamento. Ele transparece exatamente esse raciocínio de que a educação é uma atividade cara, de que se gasta muito com jovens e de que muitos não se formam. Ora, mas nós precisamos gastar mesmo! Precisamos



garantir que o jovem se forme! Para isso, precisa haver apoio.

O corte na educação foi brutal no Orçamento, e nós vamos lutar contra isso. Nós vamos lutar contra esta medida provisória, que é um erro. Não vamos deixar passar isso, porque se tira o controle do Congresso sobre os cargos de confiança.

Documento 19/83

90.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/08/2021-17:24
Publ.: DCD 18/08/2021 -	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.042, de 2021, sobre a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, pedindo vênia inclusive ao Relator, que fez um enorme esforço para aprimorar o texto desta MP, é necessário dizer que a medida provisória, no seu cerne, visa ampliar o poder do Presidente da República sobre a administração federal direta, as autarquias e as fundações públicas, para a indicação de ocupantes de cargos de livre provimento, às vésperas de uma reforma administrativa.

Eu não tenho dúvidas, após uma leitura da MP com maior acuidade, de que ela desfere um flagrante ataque à Constituição Federal e busca antecipar os efeitos da reforma administrativa promovida na lamentável PEC 32, que ainda está sendo discutida aqui na Câmara. Isso inclusive ensejou que vários partidos entrassem com uma ação direta de constitucionalidade.

Um claro exemplo disso é o art. 1º, inciso III, que diz que a medida provisória prevê os cargos comissionados executivos. Onde estaria a urgência e a relevância numa previsão dessa natureza? Outro exemplo é o art. 16 da MP, que diz que os cargos de confiança a serem substituídos serão extintos em duas etapas, sendo a primeira em 31 de outubro de 2022, e a segunda em 31 de março de 2023. Isso deixa bem claro que o conteúdo da medida provisória poderia ter sido, sem nenhum problema, encaminhado através de um projeto de lei ao

Congresso Nacional.

Então, isso é uma armadilha, um cheque em branco, uma antecipação nítida da reforma administrativa. Não há por que, portanto, termos essa aprovação, já que a medida estaria por caducar e, objetivamente, ela cria um risco jurídico, uma insegurança jurídica, ao dar poder desmedido à caneta do Presidente da República, que passa a ser uma caneta imperial.

Diga-se de passagem que, no texto da PEC 32, se prevê que o Presidente da República poderá extinguir órgãos da administração direta e autarquias. É notório que o Presidente não gosta do IBAMA, não gosta do INPE, não gosta dos organismos da cultura. Hoje, por exemplo, é o Dia Nacional do Patrimônio Cultural, e o IPHAN teve uma redução de mais de dez vezes no seu orçamento de 2015 para cá. A Cinemateca, em São Paulo, teve um incêndio anunciado.

Portanto, o Presidente, com uma caneta imperial, poderá arrebentar a administração pública numa canetada, porque, evidentemente, a sua visão de Estado é a de vender e exterminar.

Documento 20/83

90.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021-
CD 17:56
Publ.: DCD - 18/08/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2021, da Medida Provisória nº 1.042, de 2021, sobre a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal, ressalvados os destaques. Excrescência da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL vota "não" a esta proposta. Evidentemente, ela é inconstitucional, dá superpoderes ao Presidente. Mas o mais grave mesmo é que, com essas nomeações de cargos, gratificações, cargos de confiança, de livre provimento, neste momento, antes da PEC 32, a medida cai como uma luva no casamento do centrão com o Governo. É a nomeação dos apaniguados, é a fidelização da base do Governo. Isto aqui é um escárnio, porque não é a boa discussão do serviço público.

A PEC 32 já é uma excrescência neste momento, mas adiantar isso para nomear pessoas a fim de dar vazão a esse casamento com o centrão é fidelização de voto. Na minha opinião, é compra de voto e corrupção.

Documento 21/83

90.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021-
CD 18:08

Publ.: DCD - 18/08/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º da Medida Provisória nº 1.042, de 2021, sobre a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, vai orientar a favor do destaque, entendendo que esta é uma pauta que não deveria nem estar sendo discutida nesta Casa. Está muito claro que ela fere a essência daquilo que deve ser orientado através de uma medida provisória. Não estão presentes os requisitos básicos de urgência e relevância.

Esta Casa está, neste momento, discutindo também a PEC 32, a chamada reforma administrativa - nós temos uma posição contrária também a essa pauta. Mas este assunto deveria estar sendo discutido junto com a PEC 32, para que pudéssemos dar uma identidade à discussão deste tema.

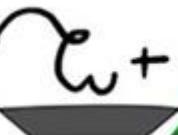
A proposta dá um cheque em branco ao Executivo ao admitir que, mediante decreto, ele possa extinguir cargos, transformar cargos, transformar estruturas. É uma mudança muito profunda. No momento, o que nós precisamos fazer é formatar e fortalecer o Estado brasileiro, e essa proposta fragiliza o Estado brasileiro, o serviço público.

O PSB orienta "sim" ao destaque.

Documento 22/83

67.2021.B Sessão Outro Evento 18/08/2021-13:04

Publ.: DCD - 19/08/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ



Sumário

Realização de manifestações no País contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da propositura.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, hoje vemos que o Brasil inteiro se manifesta através das mulheres e homens do serviço público brasileiro, que param suas atividades e ocupam as ruas em manifestações muito densas. Aqui mesmo, na porta da Câmara dos Deputados, eles gritam, gritam contra a reforma administrativa apresentada pelo Governo por essa dupla Bolsonaro-Guedes, que constrói uma proposta de desconstrução do Estado brasileiro.

A primeira coisa que chama a atenção é a desconstitucionalização do serviço público. Retiram da Constituição as diretrizes fundamentais da estrutura do serviço público e jogam num cipoal desconhecido de uma legislação futura que nós não sabemos exatamente o que será. Mas as diretrizes já estão colocadas, e algumas diretrizes são assustadoras, porque elas quebram o princípio fundamental da universalidade de políticas públicas. Para se fazer política pública universal precisa-se do serviço público, de suas carreiras, de sua evolução no serviço público. E isso necessita de investimento, necessita de orçamento, necessita de recurso.

Em segundo lugar, quebra a estabilidade do serviço público, gerando um Estado liberal patrimonialista. Inclusive, boa parte dos cargos em comissão hoje ocupados por servidores de carreira vão virar cargos de indicação política. Essa indução à indicação política transforma o Estado naquele de intervenção direta, do quem indica. Esse é o Estado que quer Bolsonaro-Guedes. Esse é o serviço público que quer Bolsonaro-Guedes.

Além disso, quebra alguns princípios fundamentais da Constituição, criando alguns modelos inovadores, da voucherização, da terceirização, diversos modos de entrada no serviço público, de vendas de serviço, de cobrança de serviços. E isso nós não queremos para o Estado brasileiro. Nós queremos um Estado que seja de fato impessoal, que tenha moralidade pública e impessoalidade. Nós queremos não apenas garantir os direitos dos servidores atuais, mas queremos também garantir um serviço público futuro que tenha essas mesmas características.

Se querem modernizar o serviço público, o façam dentro de princípios que garantam a universalidade de serviços, que garantam o direito do serviço público, que garantam as carreiras e que garantam que o povo seja bem servido. Não é reduzindo custos para aumentar dinheiro para pagar o sistema financeiro, para reduzir caixa, não é isso que nós devemos apontar para um serviço público digno para a população.

Sr. Guedes, pare de servir ao capital financeiro! Pare de privatizar o serviço público! V.Exa. tem que pensar no povo brasileiro.

Por isso, deixo as minhas homenagens a quem luta contra a PEC 32, que contará conosco e com a nossa bancada dentro da Câmara dos Deputados, porque nós queremos que o Estado brasileiro funcione a serviço do povo brasileiro. Não é de privilégio que nós estamos falando. Não é de privilégio que nós estamos tratando aqui. Nós queremos que a Constituição brasileira seja respeitada dentro dos seus princípios e de suas diretrizes. E se houver mau serviço, se houver um mau servidor, que haja processos administrativos, que o servidor seja punido, mas que o povo seja atendido.

Obrigada, Presidente.

Documento 23/83

67.2021.B Sessão Outro Evento 18/08/2021-13:08
Publ.: DCD - 19/08/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade às mulheres afegãs subjugadas aos ditames do regime talibã. Violação dos direitos humanos no Afeganistão. Apoio à luta dos servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho dois assuntos a falar. O primeiro é a situação do Afeganistão - como se isso fosse bem distante de nós -, que sai de 20 anos de um passado, de um pesadelo terrível, e entra em outro momento com o Talibã.

Quero destacar a minha solidariedade às mulheres, às mulheres afegãs, pelo que elas já se livraram e, agora, ao que terão que se submeter.



Imagine um casamento arranjado, um casamento forçado, uma violência. Imagine não se permitir que elas possam realmente estudar. Isso é uma coisa inconcebível. Há também os costumes: se não usam burca, podem ser presas, condenadas e até mortas. Mulheres são violentadas. Mulheres que, segundo a própria palavra de Deus, são obrigadas: "*Ide, crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra e submeteia.*"

E o que eles fazem com o fundamentalismo religioso? Eles estão destruindo a vontade das mulheres, acabando com elas, com qualquer acesso que vise a uma liberdade. Essas mulheres estão submissas a isso.

Mas 60 países já se manifestaram pedindo ao Afeganistão que imponha ali os direitos humanos. Espero que não sejam vozes clamando no deserto e que elas possam realmente garantir, especialmente para as mulheres, a liberdade, a segurança, a democracia e a vida.

Sr. Presidente, a outra questão que trago é realmente com relação aos servidores públicos, que protestam contra essa PEC que acaba com a estabilidade no emprego. Emprego esse precarizado com o Temer, com a reforma trabalhista; precarizado também hoje com a questão da pandemia; e precarizado porque o Presidente da República está interessado em cuidar dos bancos desta Nação e tirar daqueles que pouco têm ou nada têm. Os servidores estão nas ruas, e nós estaremos com eles para protestar e fazer valer os seus direitos.

Obrigada, Sr. Presidente.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no meio de comunicação da Casa e no programa *A voz do Brasil*.

Documento 24/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:20
Publ.: DCD - 19/08/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Luta de centrais sindicais e movimentos sociais contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra a desestruturação do Programa Bolsa Família e de movimentos sociais pelo Presidente Jair Bolsonaro. Não realização da reforma agrária e não reconhecimento de terras indígenas pelo Governo Federal. Expectativa quanto



ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero aqui registrar que no dia de hoje as centrais sindicais, os movimentos sociais em todo o Brasil estão lutando. A nossa luta é justamente contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que destrói o serviço público brasileiro. Nós não podemos de forma nenhuma aceitar mais esta destruição do Governo Bolsonaro.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque o Governo Bolsonaro, além de querer destruir o serviço público brasileiro, está acabando com o Bolsa Família, está destruindo os movimentos sociais no Brasil. Esta é uma grande realidade. Não faz reforma agrária, não demarca terra, não reconhece as áreas indígenas neste Brasil, ou seja, é um Governo que não governa para o povo pobre brasileiro, governa simplesmente para os ricos ficarem mais ricos. É um Governo que não cuida do Brasil. Essa é a grande verdade!

Eu quero resgatar também aqui, Sr. Presidente, a nossa esperança. A nossa esperança iniciou uma caravana no Nordeste, precisamente no último dia 13. Ela esteve em Pernambuco; depois estará no Piauí; em seguida, no Maranhão; depois, vai para o Ceará e Rio Grande do Norte; e, nos dias 25 e 26, terminará na Bahia, precisamente em Salvador.

A nossa esperança é o Presidente Lula, que tem dialogado com todos os movimentos populares, movimentos sindicais, culturais, ou seja, o Presidente Lula tem dialogado com toda a população ao longo da sua história, para ouvi-la e, ao mesmo tempo, afirmamos que o fim do Governo Bolsonaro está chegando.

O fim do Governo Bolsonaro está chegando e teremos força na sociedade para podermos construir um projeto político que resgate a esperança, que combata a desigualdade social que existe no Brasil, que combata o racismo, que combata o machismo, que, ao mesmo tempo, faça com que a autoestima do nosso povo seja elevada, faça com que o nosso País tenha soberania, seja respeitado. Isso é fundamental para que nós novamente façamos com que o alimento chegue à mesa das pessoas; possamos baratear o preço do gás, da gasolina; possamos gerar emprego e desenvolvimento para o nosso povo.

Essa é a nossa esperança.

Aí, é Lula.



Documento 25/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:40
Publ.: DCD - 19/08/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

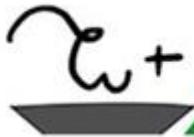
Apoio às manifestações realizadas no País contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Perplexidade e repúdio ao discurso de Deputado da base governista sobre a inveja da Oposição ao Presidente Jair Bolsonaro. Segregação de alunos deficientes pelo Ministro da Educação, Milton Ribeiro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. É um prazer falar tendo V.Exa. como Presidente da Mesa.

Saúdo os Deputados e as Deputadas, os brasileiros e as brasileiras que nos acompanham pelos meios comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, eu quero saudar o povo brasileiro, os sindicalistas brasileiros e os cidadãos brasileiros que hoje ocuparam as ruas do Brasil para dizer "não" à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a PEC da chamada "reforma administrativa", que precariza o serviço público e que prejudica a sociedade brasileira, porque faz exatamente aquilo que o Governo Bolsonaro já anunciava: a destruição do Estado brasileiro, a destruição do serviço público, a destruição do servidor público, do servidor da saúde, que é o SUS, e do servidor da educação, que é responsável por 50 milhões de estudantes neste País - 80% deles estão na escola pública. É esse servidor e é esse serviço público que estão ameaçados pela reforma administrativa da PEC 32. Por isso, hoje eles estiveram nas ruas de Salvador, de Brasília, de São Paulo, do Rio de Janeiro, enfim, do Brasil, para dizer "não" à PEC 32.

Mas eu também quero dizer "não", notadamente, a algumas palavras, a Deputados que vêm aqui falar coisas absurdas, *fake news*. Houve Deputado que disse que nós temos inveja do Presidente da República. Como alguém pode ter inveja de alguém que é responsável por 570 mil mortes no País, porque não comprou na hora devida as vacinas de que o povo brasileiro precisava? Inveja de alguém que é responsável pelo mais alto preço de combustível da história da Nação, do gás de cozinha, da cesta básica, e que destruiu o meio ambiente? É o Governo que mais destruiu o meio ambiente no País. Além disso, ele



tem um Ministro da Educação que disse que criança com deficiência atrapalha as outras crianças a aprender? Que comentário sádico, absurdo, destrutivo a um projeto de inclusão igualitária para as crianças que têm deficiência no Brasil!

Esse Governo é perverso. Só podem ter inveja dele os sádicos. E ainda vem agora dizer que a responsabilidade da crise é dos Governos Municipais e Estaduais. Ora, me batam um abacate! Que coisa cínica, que coisa absurda, que coisa mentirosa, que *fake news*!

Não ao Governo Bolsonaro! Fora, Bolsonaro!

Documento 26/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:44
Publ.: DCD - 19/08/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização nacional de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de realização, pelo Poder Executivo, de reforma tributária solidária, progressiva e democrática.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é o dia nacional de mobilização dos servidores públicos contra a PEC 32.

Essa proposta de reforma administrativa - que não reforma nada, que não entrega nada à sociedade brasileira, que não trata da administração pública, que apenas pune os servidores públicos - precisa ser rejeitada. De preferência, ela deve ser retirada, e não votada por esta Casa.

É um projeto completamente desconectado da realidade do Estado brasileiro, o qual avançou em políticas públicas. Agora, elas estão sendo desconstruídas pelo Governo Bolsonaro. Não há mais Ministério do Esporte, não há mais Ministério da Cultura. As políticas em saúde estão sendo defenestradas. Os CAPS já não têm mais recursos para funcionar e da mesma maneira ocorre com os centros odontológicos. As Prefeituras já não querem receber ambulâncias do SAMU porque elas próprias têm que montar as bases de sustentação dessas estruturas.



O Estado brasileiro não está carcomido pela folha de pagamento. Ele está adulterado pela dívida pública, pelo orçamento basto, pela concentração fiscal na União. A verdade é que o Poder Executivo, neste momento, deveria tratar de fazer uma reforma tributária solidária, progressiva, democrática entre os entes da Federação, mas a concentração persiste.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a PEC 32 acaba com o concurso público. Na verdade, abrem-se mais quatro portas de entrada, gerando o maior trem da alegria, o trem da alegria bolsonarista. Bolsonaro quer a indicação para cargos públicos sem concurso - é o que está na PEC -, favorecer a corrupção, favorecer o clientelismo. E é ele quem disse que não haveria corrupção nem clientelismo. É um governo corrupto, que quer fazer trem da alegria pela PEC 32. Já queria fazer isso ontem com a medida provisória.

Nós sabemos também que a PEC acaba com a estabilidade. Acabar com a estabilidade? A estabilidade não é privilégio, mas uma necessidade do Estado brasileiro para que o servidor cumpra os preceitos constitucionais e não seja obrigado a fazer algo errado. E foi isso o que nós vimos com o irmão do Deputado Luis Miranda. Eles querem quebrar a estabilidade e levar a insegurança jurídica aos servidores públicos do Brasil; querem ainda "voucherizar", privatizar, criar o Estado patrimonialista, pré-getuliano. É isso o que eles querem! Mas não vamos admitir que o Estado seja privatizado.

Viva a luta dos servidores pelo Estado soberano! Não à PEC 32! Ela precisa ser rejeitada *in totum...*

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 27/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:48
Publ.: DCD - 19/08/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Governador do Estado da Paraíba, João Azevêdo, pela concessão de anistia de dívidas de motociclistas com emplacamento. Apoio à mobilização nacional contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa; e a Medida Provisória nº 1.045, de 2021,



sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Desestruturação do serviço público e retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Câmara, externo aqui os meus mais sinceros parabéns ao Governador da Paraíba, João Azevedo. Ele anunciou a isenção de dívidas para 280 mil donos de motos. A isenção de impostos é para motocicletas que estão com emplacamento atrasado nos últimos 5 anos. Essa isenção favorece os donos de motos de até 162 cilindradas, o que vai beneficiar agricultores, *motoboys* e todos os que usam moto para o trabalho. Para ter direito à isenção de impostos com 5 anos de atraso basta o dono da moto pagar o licenciamento de 2021.

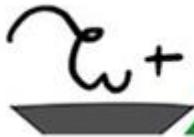
Portanto, parabéns ao Governador João Azevedo. Essa realmente é uma boa ação neste tempo de pandemia.

Sr. Presidente, manifesto ainda apoio à mobilização nacional que está sendo realizada hoje. É um movimento contra a reforma administrativa e o fim dos direitos trabalhistas. É justa a mobilização contra a PEC 32, da reforma administrativa, e contra a Medida Provisória nº 1.045, que acaba com os direitos trabalhistas.

Bolsonaro quer acabar com o serviço público no Brasil e deixar os trabalhadores do setor privado também sem direitos. Ele está entregando o Brasil aos interesses de poderosos e ao capital privado. Vamos lutar para evitar mais esse ataque por conta desse Governo destruidor.

Servidores públicos, trabalhadoras e trabalhadores, contem comigo e com o nosso mandato para essa luta! Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que os dois comunicados sejam divulgados nos meios de comunicação da Casa e, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.



Publ.: DCD - 19/08/2021 - PAULÃO-PT -AL

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização nacional de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Indiciamento pela CPI da Covid do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, por prática de corrupção na gestão do Ministério da Saúde. Denúncia de envolvimento do Senador Luis Carlos Heinze em irregularidades na compra de vacinas contra a Covid-19. Apresentação, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de requerimento de convite ao Ministro das Comunicações, Fábio Faria, de comparecimento ao órgão para esclarecimento de pressão exercida sobre o Tribunal de Contas da União - TCU, para aprovação do leilão da tecnologia 5G, nova geração das redes de telefonia móvel e Internet.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa., os pares e, de forma especial, o povo brasileiro.

Gostaria de prestar solidariedade a todos os servidores públicos do Brasil com relação à luta de hoje, dia 18 - a mobilização, a importância de se fazer o debate, nas redes e nas ruas, quanto à PEC 32, que criminaliza o serviço público no Brasil. Então, manifesto a eles toda a minha solidariedade. A resistência é necessária. Com o meu voto, e o voto da bancada do Partido dos Trabalhadores, peço o apoio de todos os Parlamentares que defendem o serviço público no Brasil.

Sr. Presidente, hoje, a CPI do Senado, de forma altiva, diferentemente desta Casa, indica o Líder do Governo na Câmara Federal. Ele agora é indiciado devido às irregularidades, à corrupção na gestão do Ministério da Saúde. Isso é muito grave, Sr. Presidente. E esta Casa está silente sobre isso. Além disso, foi descoberto que um ex-Deputado do Rio Grande do Sul, da bancada bolsonarista, do Centrão, estava envolvido na intermediação da vacina: o agora Senador Luis Carlos Heinze. Isso é muito grave. O que percebemos é que havia uma quadrilha instalada no Ministério da Saúde, integrada por representantes do PP e grupos de militares. Por isso essa disputa.

Por último, Sr. Presidente, como integrante da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, estou apresentando um requerimento de convite ao Ministro das Comunicações por ele estar fazendo *lobby*, tentando tensionar o Tribunal de Contas da União, conforme denúncia de hoje da *Folha de S.Paulo*. Ele tem pressionado os Ministros para que o Sistema 5G seja aprovado como ele e Bolsonaro querem. Nós



estamos fazendo aqui um dos maiores debates do mundo, que é a tecnologia 5G. Então, vamos fazer o convite para que ele possa comparecer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 29/83

67.2021.B Sessão Outro Evento 18/08/2021-13:56
Publ.: DCD - 19/08/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização nacional dos servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de abertura, pelo Presidente da Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Hoje, dia 18, em vários locais do Brasil, servidores, servidoras, trabalhadores e trabalhadoras foram às ruas para dizer "não" a essa proposta de desconstrução do Estado de proteção social.

Nós temos, na nossa Constituição, uma tentativa de fechar o ciclo ou de fazer o luto de um período traumático da nossa história, do período das salas escuras de tortura, essa tortura tão homenageada pelo Presidente da República. O Presidente da República não tem compromisso com a vida, Deputado Célio Moura. Ele tem compromisso com o sofrimento, com a dor que está impondo ao povo brasileiro.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que eles chamam de reforma administrativa, em verdade, é uma destruição do Estado de proteção social. Eles querem fazer com que o Estado não sirva ao povo brasileiro, mas com que sirva aos governantes de plantão. Aliás, o Presidente da República, naquela fatídica reunião ministerial, disse: "*Não vou permitir que persigam meus familiares e meus amigos*". É a lógica da República Velha, é a lógica do Estado de compadrio, do Estado que tem que servir ao governante, e não ao povo brasileiro.

Uma das primeiras ações do Governo Bolsonaro foi tentar desconstruir



todos os conselhos. Os conselhos são os instrumentos de elaboração de políticas públicas e de fiscalização dessas políticas públicas. E o que nós estamos vendo nesta Casa é que parece não haver a compreensão do que o Brasil está vivenciando. Há centenas de processos e de pedidos de *impeachment* que ficam engavetados a troco de quê? A troco de que se está proporcionando tanta destruição? Esta Casa, ao não mostrar a altivez que o Poder Legislativo exige, em verdade se torna, de certa forma, na sua maioria, cúmplice do que está acontecendo. Por isso, nós precisamos que o Presidente da Casa leve adiante os processos de *impeachment*. São inúmeros os crimes cometidos pelo Presidente da República, que tenta açoitar - e açoita - todos os dias a democracia e quer o Estado para lhe servir, e não para servir ao povo brasileiro.

O Brasil inteiro levantou-se hoje, e nós vamos continuar em luta para impedir essa proposta, que acaba com a estabilidade e, em grande medida, com o concurso público. Aquilo que disse o Presidente da República, que o Prefeito pode nomear quem ele quiser ou demitir quem ele quiser, é o compromisso contra o povo brasileiro que ele exerce todos os dias! Todos os dias ele testa a democracia. Todos os dias ele ameaça a democracia. Todos os dias ele deixa clara a ausência de empatia com a dor do povo brasileiro, que amarga uma inflação histórica, que amarga um desemprego recorde.

Fora, Bolsonaro!

Documento 30/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:56
Publ.: DCD - 19/08/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização nacional dos servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente e demais Parlamentares que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados, hoje é um dia de luta.

Todos os dias a classe trabalhadora brasileira enfrenta os mais graves infortúnios para sobreviver. Mas hoje o servidor público brasileiro está nas ruas para defender a continuidade do serviço público, aquilo que



se entrega ao povo brasileiro na ponta. Quem faz de fato o Estado brasileiro se mexer são os servidores públicos. A eles, a minha homenagem! A eles, o meu abraço sincero!

Acompanhei, pela manhã, aqui no Estado de Mato Grosso, a companheirada do SINTAP, que estava na luta. Também quero abraçar o SINTEP, o meu sindicato, filiado à CNTE, ao qual sou sindicalizada, e todos os servidores públicos do Brasil.

Estamos à mercê da desorientação de uma proposta, a PEC 32, que tem como objetivo diminuir o Estado brasileiro a ponto de ele não ter mais os seus servidores de carreira que dignamente entregam na ponta o serviço público. Essa proposta de emenda à Constituição visa deixar fragilizado o serviço público. O que o Governo quer é que o Governo de plantão possa trocar os servidores públicos a seu bel-prazer. E o que temos de exemplo no Brasil são carreiras perenes, carreiras que dão garantia à continuidade de políticas públicas, independentemente de partido político ou do governante que está à frente da Nação, do Estado ou do Município.

Quando o gestor recebe a sua incumbência no Executivo, ele recebe também os funcionários públicos, que dão continuidade aos projetos daquela localidade. Queremos acabar com os projetos públicos? Queremos acabar com o projeto de Nação? Queremos colocar, a cada 4 anos, pessoas ligadas ao governante, para ficarmos feito boizinhos de presépio, balançando a cabeça e dizendo amém às coisas erradas que muitas vezes acontecem entre os gestores? Aqueles que são bons gestores, com certeza, não têm dificuldade em lidar com servidores de carreira.

Vamos dizer não à PEC 32. Vamos para as ruas. Vamos falar com todos os Deputados e todas as Deputadas que, no período eleitoral, conversam com os servidores públicos. Vamos dizer sim à educação, sim à saúde, sim à segurança pública, sim a todas as carreiras que garantem a qualidade do serviço público brasileiro!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 31/83

67.2021.B

Sessão Outro Evento

18/08/2021-14:04

Publ.: DCD - 19/08/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Congratulações aos servidores públicos e centrais sindicais, pela realização de manifestações contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Apoio ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, venho a esta tribuna parabenizar os servidores públicos do Brasil inteiro, as centrais sindicais e, em especial, os trabalhadores e trabalhadoras que participam de mobilizações hoje nas ruas.

Um ato de servidores acabou de ser realizado em frente ao Anexo II desta Casa e na Esplanada. Em Sergipe, agora à tarde, na General Valadão, no centro da Capital, acontecerá mais um ato em defesa dos serviços públicos e contra a PEC 32.

Manifestamos nossa solidariedade aos servidores públicos municipais, estaduais e federais, que lutam contra todo esse massacre. Não há aumento de salário, não há realização de concursos. Este Governo não gosta dos serviços públicos e dos servidores.

Sr. Presidente, ouço Parlamentares falarem mal do Presidente Lula. Têm medo! Sabem que, se houver eleições democráticas e se Lula participar desse desafio, no qual o nosso partido e a sociedade brasileira confiam, sairá vitorioso o povo mais pobre.

A vitória do Presidente Lula no processo eleitoral é a vitória da classe trabalhadora, dos setores produtivos, dos pobres, que foram abandonados pelo Governo Temer e por Bolsonaro. As famílias vão voltar a sorrir, ter refeições garantidas.

Os que dizem que Lula é ladrão não o conhecem, não agem com respeito. Os processos criminosos montados contra o Presidente Lula estão indo a julgamento na Corte Suprema, e em todos ele está sendo inocentado. Aliás, criminosa mesmo foi a quadrilha coordenada por Sergio Moro, pelos Procuradores da Lava-Jato que estavam a serviço das multinacionais e da elite brasileira para colocar Bolsonaro no Palácio, depois de tirar o Presidente Lula do processo eleitoral.

Lula inicia uma caravana no Nordeste. O debate é sobre qual projeto está em curso e qual projeto vamos construir. O Presidente Lula é um estadista, é respeitado e reconhecido no mundo. Queremos que este País faça com que o nosso povo volte a ter orgulho, ter felicidade, possa se alimentar bem, possa produzir e reconstruir esta grande Nação.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no

programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 32/83

67.2021.B Sessão Outro Evento 18/08/2021-14:12
Publ.: DCD - 19/08/2021 - VICENTINHO-PT -SP
CÂMARA DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Associação à luta contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Homenagem aos sindicalistas José Pinheiro e Enilson Moura, do Estado de São Paulo.

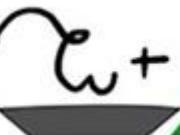
O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento se luta, em âmbito nacional, contra a PEC 32, que causará um efeito nefasto sobre os servidores públicos - também sobre os serviços públicos -, sobre a nossa gente, sobre o povo, que precisa ser atendido com políticas permanentes de saúde, educação, assistência social e de outras áreas do Estado, que tem obrigações para com a nossa gente, já que o povo paga impostos. Neste dia, Sr. Presidente, homenageio todas as categorias.

Nesta semana, estive na CEAGESP, em São Paulo, órgão federal, e lá tive a oportunidade de me encontrar com dois importantes homens da Nação brasileira. Eu me refiro a Zé Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Avulsos, daquela categoria, e a Enilson Simões de Moura, o Alemão.

Zé Pinheiro, homem histórico, um cidadão que tem uma vida ilibada, honesta, dedicada à causa da nossa gente, merece o nosso mais profundo respeito e carinho, assim como Enilson Moura, conhecido como Alemão pela nossa categoria dos metalúrgicos do ABC.

Enilson foi um dos maiores líderes, depois de Lula, evidentemente, das grandes greves da década de 80. Hoje, ele preside o sindicato dos servidores da CEAGESP.

O Alemão demonstrou na sua vida inteira ser um homem de coragem, homem que enfrentou a ditadura militar naquele período. E eu lembro quando nós dois juntos, no Supremo Tribunal Federal, tivemos as nossas penas anuladas por uma decisão do Tribunal Militar com base



na famigerada Lei de Segurança Nacional.

Querido Alemão, à sua Diretoria que me acolheu com tanto carinho, querido Zé Pinheiro, a vocês, o meu abraço. O Brasil deve a vocês; os trabalhadores devem a vocês; a cidadania deve a você, Zé Pinheiro; a cidadania deve a você, querido Enilson Simões de Moura. Vocês não estão sós. Nós estamos juntos em defesa da dignidade da classe trabalhadora.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 33/83

67.2021.B Sessão Outro Evento 18/08/2021-14:24
Publ.: DCD - 19/08/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM
CÂMARA DOS BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Presença do Presidente Jair Bolsonaro em Manaus, Estado do Amazonas, para inauguração de conjunto residencial construído por meio do programa Minha Casa, Minha Vida. Necessidade da conclusão de obras públicas inacabadas no Estado. Diferença entre as agendas do Presidente Jair Bolsonaro e do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas Parlamentares.

O Presidente Bolsonaro hoje esteve aqui em Manaus e, mais uma vez, sem máscara e gerando aglomerações. Ele veio inaugurar um conjunto residencial para 500 moradias de famílias de baixa renda. O detalhe é que este é um conjunto ainda do projeto Minha Casa Minha Vida, da Presidenta Dilma, que não o terminou porque houve o golpe que a tirou do poder. Os governos seguintes não o continuaram. Agora, foi terminado, com o apoio da Prefeitura.

É interessante como o Governo parou obras, não deu continuidade. Em todo o Estado há vários outros quesitos parados. Há uma urgência para se concluir essas obras.

Até agora o programa Casa Verde e Amarela não se fez sentir, ou seja, mais uma vez o Presidente chega aqui ao Amazonas sem trazer investimentos, sem realmente trazer algo que beneficie a população dentro da sua gestão. Vimos que ele esteve aqui inaugurando um



pxadinho do Centro de Convenções há algum tempo. Esteve em São Gabriel da Cachoeira gastando mais para se deslocar até lá do que com a inauguração de uma ponte de madeira pequena e agora inaugura uma obra da Presidente Dilma.

Então, isso é diferente do que ocorria no Governo Lula, que vinha para o Amazonas para prorrogar a Zona Franca, para atrair mais empresas, para construir casas, para levar energia para o interior, para ampliar as vagas para as universidades, para as escolas técnicas, para gerar empregos. É por isso que o povo do Amazonas quer o Lula de volta, tem saudades dele. Foi um tempo em que realmente havia investimentos que geravam empregos e oportunidades.

Quero também me manifestar de forma contrária à PEC 32. É importante estarmos juntos nas manifestações que as centrais sindicais e os movimentos sociais estão promovendo. Todos os trabalhadores e toda a população não aceitam uma PEC dita como reforma administrativa, mas que, na verdade, quer acabar com o serviço público, tirando a estabilidade, acabando com o concurso público, acabando com as progressões, com planos de cargos e carreiras, fragilizando o serviço público e naturalmente prejudicando a população. Ao contrário, nós precisamos ampliar, precisamos cada vez mais investir no serviço público, na qualidade dele, para poder dar condições melhores de trabalho aos trabalhadores.

Nós estamos cobrando aqui no Amazonas concurso público. Estão dizendo que vão fazer concurso para a segurança pública, mas tem que haver concurso também na saúde, na educação, na área ambiental. Nós temos que fortalecer o serviço público, e não enfraquecê-lo, como está nesta PEC 32, proposta esta que não podemos aceitar.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. divulgasse no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso de hoje.

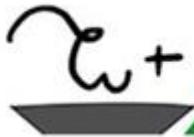
Fora, Bolsonaro!

Documento 34/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:28
Publ.: DCD - 19/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aumento dos preços de combustíveis e alimentos no País. Liderança do ex-



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pesquisas de intenção de voto à sucessão presidencial. Necessidade de aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a instituição de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, relativo à regularização fundiária. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu quero falar sobre o aumento dos preços no Brasil. A população brasileira não aguenta mais tudo tão caro! Enquanto a PETROBRAS anuncia lucro líquido de 43 bilhões de reais e a distribuição de mais de 31 bilhões de reais em pagamentos de dividendos aos seus acionistas à custa do consumidor, o preço do combustível ultrapassa os 6 reais por litro em grande parte do País.

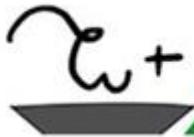
Não podemos achar isso normal. Enquanto um punhado de bilionários fica mais rico, milhões estão passando fome. Vejam também o caso do agronegócio. Os números das exportações são grandiosos. O bolso dos ruralistas está cheio. O bolso deles está cada vez mais lotado, mas a população não tem dinheiro para pagar o preço dos alimentos no supermercado.

Em um ano, o arroz subiu 61%, o feijão, 69%, as carnes bovinas, 27%. De nada adianta falar em recordes da PETROBRAS ou do agronegócio se faltam meios para a população comer e se locomover. Não é à toa que mais de uma pesquisa de intenção de voto para 2022 mostra Lula ampliando a vantagem sobre Bolsonaro para 16 pontos agora: 40% contra 24%.

Talvez seja por isso que a maioria governista da Câmara dos Deputados, liderada pelo Presidente Arthur Lira, esteja promovendo a maior eliminação de direitos do povo e a maior entrega do patrimônio público de que temos notícia na história do País.

Tenho fé de que o Brasil será feliz de novo, mas agora ainda há tempo de fazer mudanças e combater a carestia que assola o nosso País. O Senado precisa aprovar o PL 823, que institui o auxílio emergencial para a agricultura familiar, e vetar a aberraçao aprovada aqui nesta Casa da tal chamada regularização fundiária, que, na verdade, é a regularização de terra pública grilada, roubada.

Também precisamos nos mobilizar para que esta Casa derrote e não aprove a PEC 32, porque ela destrói o serviço público justamente naquilo que é necessário para a grande maioria do povo brasileiro, com



consequências inclusive para as instituições responsáveis por cuidar da agenda ambiental.

Por isso, esta Casa precisa dar respostas concretas aos interesses do País, do povo brasileiro, e votar contra a PEC 32.

Peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Obrigado.

Documento 35/83

67.2021.B Sessão Outro Evento 18/08/2021-14:32
Publ.: DCD - 19/08/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de realização de reforma tributária. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, nossa manifestação de hoje versa sobre algo interessante. Estaremos a votar a reforma tributária e, paralelamente, a PEC 32.

A PEC 32 explicita exatamente o alvo perseguido pelo Governo Bolsonaro. Deveria ser uma modernização, sem precarizar o vínculo e as relações do funcionalismo público federal, revitalizando, fortalecendo o serviço público, para que ele estivesse à altura da produção das políticas públicas sociais que o nosso povo merece. No entanto, essa PEC destrutiva e criminosa joga por terra a perspectiva, a possibilidade de modernização do serviço público federal. Isso demonstra claramente que a renda do mundo do trabalho, seja no mercado, seja nos entes públicos federados, está sendo deslocada para um sistema brutal de concentração de renda e de oportunidades.

Do outro lado, a reforma tributária deveria ser a primeira reforma a ser feita neste País, para sinalizar onde teríamos que buscar recursos na aplicação dos impostos federais, neutralizando a relação dos Estados, Municípios e União. Poderíamos, então, buscar progressivamente um sistema tributário justo, eficaz, capaz de disponibilizar recursos financeiros aos entes federativos, que deveriam estar, a partir daí,



fortalecendo as suas posições no pacto federativo, para ampliarmos as políticas públicas de emancipação do nosso povo.

Ao que parece, não alcançaremos isso. Perderemos essa oportunidade devido a um governo antipovo, um governo que só tem olhos para o mercado e para a especulação.

É por isso que voltamos a dizer: fora, Bolsonaro!

Documento 36/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:36
Publ.: DCD - 19/08/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de manifestações no País contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Escalada da fome e do desemprego no Brasil. Tentativa do Governo Jair Bolsonaro de desestruturação do serviço público brasileiro.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje tivemos várias manifestações no País inteiro, e aqui em Brasília também, contra a PEC da perseguição e da destruição do serviço público brasileiro. A reforma administrativa proposta por Bolsonaro não é o que parece. Na verdade, o que está por trás da PEC 32 é a destruição do serviço público brasileiro.

É indiscutível que a administração pública brasileira precisa de mais eficiência, de mais controle social. No entanto, a PEC 32 vai na contramão de tudo isso; ela afetará para pior o acesso à qualidade do serviço público brasileiro.

Ao contrário dos velhos argumentos para convencer a população, essa proposta não combate privilégios, não economiza dinheiro público e não aumenta a eficiência do serviço público no Brasil. Ela exclui a população do orçamento público e beneficia os segmentos privados. É o desmonte completo do serviço público de saúde e de educação. Quem pode paga. Quem não pode - a maioria - será prejudicado mais uma vez com a falta de recursos, com a falta de serviços e com a destruição do serviço público.

Quem mora na cidade sabe da importância do servidor público no dia a



dia da sua família, na educação, na saúde, no serviço social. Nós não podemos deixar mais essa perseguição, mais esse saco de maldades do Ministro da Economia, meu xará, passar aqui na Casa. Já foi assim com todas as reformas que fizeram, a da Previdência, a da Carteira Verde e Amarela, com argumentos fajutos de que iriam gerar emprego, de que iriam gerar renda, e até agora nada!

Há 20 milhões de pessoas passando fome, 15 milhões de desempregados e a destruição de todos os serviços públicos. É hora de dizer não a tudo isso. É hora de dizer não a Bolsonaro. É hora de dizer fora a essa política genocida. É hora de a sociedade reagir. E é isso que esperamos dos colegas neste plenário.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja incluído no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 37/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:40
Publ.: DCD - 19/08/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à política social e trabalhista adotada pelo Governo Jair Bolsonaro. Elevado contingente de trabalhadores desempregados no Brasil. Inexistência de projeto de desenvolvimento econômico no âmbito do Governo Federal. Apoio ao impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Posicionamento contrário à proposta governamental de reforma administrativa.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. O grande milagre da vida é a chama da esperança. É a esperança que nos faz pensar e agir com inovação, com ousadia, com criatividade. É a esperança que vai ser o grande instrumento da reconstrução deste País e também das grandes transformações. Falo do verbo esperançar mesmo, do grande pensador Paulo Freire. É com esse sentimento que eu tenho convicção de que nós vamos derrotar esse desgoverno, que não tem a mínima empatia com a nossa gente.

Na semana passada, iniciamos a destruição das leis trabalhistas, num país onde a economia é extremamente dependente do consumo das famílias. E, para haver o consumo das famílias, tem que se preservar a política salarial, o reajuste dos salários dos aposentados, programas

sociais, e não a destruição de direitos trabalhistas. Isso é um erro!

Tentar antecipar a entrada de jovens no mundo do trabalho de forma precarizada e tirando todos os direitos é um erro contra o futuro deste País, contra a nossa juventude, mas também é um erro contra mais de 30 milhões de brasileiros desempregados - 15 milhões de brasileiros estão desempregados, 15 milhões de brasileiros que estão no desalento, que não procuram emprego - e mais de 35 milhões de brasileiros que receberam o nome de microempreendedor individual, o que, lá em Bom Sucesso, nós falamos que é bico, biscate.

Não há projeto! Paulo Guedes está mais perdido, e Bolsonaro não sabe o seu papel no exercício do mandato de Presidente da República. Portanto, não tem outro caminho a não ser a destruição desse Governo, o *impeachment* desse Governo, o seu afastamento para uma reconstrução do Brasil. Mas estamos a 1 ano das eleições, e todas as pesquisas apontam a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno.

Presidente, para concluir, quero dizer que a mesma esperança tem que ganhar a alma e o coração dos Congressistas para derrotar a destruição do serviço público. No meio de uma pandemia, querem fazer uma reforma administrativa que elimina papel extremamente importante para a reconstrução do Brasil, que é o do servidor público, que são os serviços públicos, onde nós podemos enfrentar as desigualdades. É baseado nessa esperança que eu quero aqui reafirmar o nosso compromisso contra a reforma administrativa.

E vamos seguir em frente lutando para colocar limite nesse desgoverno.

Obrigado, Presidente.

Peço que possa divulgar este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 38/83

67.2021.B Sessão Outro Evento 18/08/2021-14:52
Publ.: DCD - 19/08/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Mobilização de servidores públicos e centrais sindicais contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.



Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da propositura.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck! Que bomvê-lo na Presidência!

Eu gostaria, Sr. Presidente, que esta fala fosse levada ao programa *A Voz do Brasil*, para que possamos lembrar que hoje é um dia de mobilização dos servidores públicos brasileiros, dos trabalhadores que mantêm os serviços públicos em movimento neste País, neste momento de grave crise. Hoje, dia 18, é o dia da mobilização que uniu as centrais sindicais, que uniu as frentes de representação do serviço público no Congresso Nacional no movimento contra a PEC 32, que trata da reforma administrativa e tem sido conduzida da pior forma possível pelo Governo.

Todos concordamos que o serviço público precisa de aperfeiçoamentos constantes, mas, quando analisamos a PEC 32 com mais profundidade, Deputada Luiza Erundina, nós percebemos que ela não entrega o que promete. A PEC 32 diz que vai melhorar a qualidade na oferta do serviço público, mas não entrega isso. Ela não melhora a equidade entre os servidores públicos. Há uma imensa desigualdade entre servidores que fazem o mesmo trabalho, e ela não trata disso. A PEC 32 não aumenta a transparência nos atos do poder público. A PEC 32 não democratiza o processo de tomada de decisões do serviço público. Então, ela não entrega nem qualidade, nem equidade, nem transparência, nem democratização.

Eu queria chamar os servidores públicos à mobilização. Essa mobilização independe da ação dos sindicatos e das centrais. Sabem por quê? Porque o Brasil foi tomado por um grupo que todos os dias de manhã acorda para disparar *fake news*. E foi por isso, Deputado Otoni de Paula, foi por isso que o Supremo e o TSE tomaram atitudes para desmonetizar esses sites. Eu quero dizer para os servidores que, contra as mentiras que são espalhadas diuturnamente - não por engano, mas por má intenção - , precisamos espalhar a verdade.

Servidores e servidoras do Brasil, comecem a fazer o bom combate nas redes sociais, no WhatsApp, no Instagram, no Facebook, no Twitter, porque este Governo é um espalhador de mentiras, como nunca se viu na história deste País, e a mentira só pode ser combatida com a integridade das notícias verdadeiras.

Que este dia 18 seja um dia de convocação dos trabalhadores brasileiros à luta!



67.2021.B

Sessão Outro Evento

18/08/2021-15:16

Publ.: DCD - 19/08/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Elevação dos índices de rejeição do Governo Jair Bolsonaro. Preferência do eleitorado brasileiro à candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial. Realização, por servidores públicos, de mobilização nacional contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Ontem, mais uma pesquisa sinalizou a posição dos brasileiros diante do desgoverno Bolsonaro. A avaliação do Governo, para 54% da população entrevistada, é ruim ou péssima. Desaprovam a administração de Bolsonaro 63% dos entrevistados; 46% acham que a corrupção vai aumentar neste Governo, nos próximos 6 meses; e 63% avaliam que a economia está no caminho errado. E agora vêm os dados que mais desesperam os Bolsominions, os dados que mais os deixam sem norte e sem rumo: Lula, em todas as simulações, é disparado o candidato preferido a voltar ao comando dos rumos deste País. No segundo turno, ele ganha com 51% dos votos. E prestem atenção neste dado: 61% dos entrevistados disseram que não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum, Deputado Afonso, Deputado Leo, em hipótese alguma, qualquer que seja a situação.

Eles acham que o povo não tem memória. O povo tem memória, sim. O povo sabe como viveu no período do Governo Lula. Sabe como era a educação, como era a saúde, como era o salário, como era o Bolsa Família, como eram as condições materiais de existência e como eram os investimentos nas políticas públicas. Agora, ele sofrendo na pele a falta de tudo isso.

Lembrem-se de que o bolso é o órgão do corpo humano que mais dói, que mais sofre. E o povo brasileiro está sofrendo diretamente no bolso, com salários congelados. E o que querem dar como resposta aqui? Quais são as respostas que estão vindo para este plenário em resposta a essa situação? Propostas para congelar o salário dos professores; para aumentar as diferenças na tributação, desfavorecendo Estados e Municípios e desfavorecendo a população assalariada; e para



continuar privilegiando aqueles que mais ganham em nosso País.

Hoje uma mobilização dos servidores públicos em todo o Brasil está dando uma resposta à PEC da reforma administrativa, que quer destruir o serviço público, quer acabar com o concurso, acabar com a carreira e com os quadros do nosso serviço público. Não basta o desastre que já estão fazendo no conjunto dos Ministérios; eles querem jogar uma pá de cal no serviço público deste País.

Mas tenho certeza de que isso não vai prosperar. O Governo Lula virá, e nós vamos reconstruir este País, reconstruir os direitos que foram destruídos, reconstruir as políticas públicas que fizeram terra arrasada, reconstruir as empresas públicas que querem entregar, na bacia das almas, a preços vis. Vamos reconstruir este País. E o povo brasileiro está dizendo: *"Fora, Bolsonaro! Impeachment já! Volta, Lula! Somos contra a reforma administrativa, contra a destruição do patrimônio público"*. O povo quer melhorar a vida, e uma vida melhor com certeza vai passar pelo retorno do melhor Presidente deste País: Luiz Inácio Lula da Silva.

Obrigado, Presidente. Peço a V.Exa. que registre o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Documento 40/83

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-15:20
Publ.: DCD - 19/08/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Destinação, pelo orador, de recursos de emendas orçamentárias para a construção de quadras esportivas escolares nos Municípios de Feijó, Epitaciolândia e Manoel Urbano, Estado do Acre. Apoio à mobilização de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Confiança no retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu queria anunciar que, no último sábado, o Governo do Estado assinou uma ordem de serviço, fruto de uma emenda parlamentar minha, para a construção de uma quadra de esportes na Escola Nanzio Magalhães, no Município de Feijó. Existem mais outras duas quadras, no Município de



Epitaciolândia e no Município de Manoel Urbano.

Como eu sou professor da Universidade Federal do Acre, o meu mandato está voltado para a educação, para a juventude. Eu gosto disso e quero reafirmar o meu compromisso com a educação e com o serviço público de qualidade, que deve chegar à nossa população.

Hoje nós vimos as ruas de todo o País, inclusive na Assembleia Legislativa do meu Estado, o Acre, tomadas por servidores públicos dando um recado muito claro: o povo brasileiro não vai aceitar a precarização dos serviços públicos, o povo brasileiro não vai aceitar o massacre dos servidores públicos. O povo brasileiro quer saúde, quer segurança, quer educação, quer assistência social, quer os serviços públicos chegando a contento. E o povo brasileiro não aceita falácia, como as diversas que têm aparecido aqui, de tempos em tempos, durante as votações, na tribuna desta Casa.

Isso ocorreu no debate das terceirizações, da reforma trabalhista, que prometeu milhões de empregos, e eu nunca vi algo gerar tanto desemprego quanto as discussões no plenário desta Casa. Até hoje ninguém viu esses empregos. Foi assim em relação à Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congela os investimentos em saúde e em educação. E hoje estão aí as universidades sofrendo como estão, está aí o subfinanciamento do SUS. Também foi assim em relação à reforma da Previdência, que prometia equilibrar as contas públicas, mas as contas públicas brasileiras estão desequilibradas. Então, são falácias em cima de falácias.

Essa reforma administrativa, a PEC 32, de cuja Comissão eu faço parte, é outra falácia. Essa história de que ela não atinge os atuais servidores públicos é para enganar os Parlamentares aqui. São mais de nove as medidas que atingem os atuais servidores públicos, seja no que diz respeito às questões previdenciárias, seja no que diz respeito à redução de salários, seja no que diz respeito ao fim das escolas de governo.

Então, vamos parar de dizer falácias!

Espero - e o povo brasileiro também - que a PEC 32 seja enterrada de uma vez por todas. O projeto de Guedes e Bolsonaro é um projeto nefasto para o País, e as pesquisas, Presidente, já estão mostrando isso. O povo acordou. Os mitos estão caindo, Deputado Helder. E Lula está voltando para botar ordem na casa a partir de 2023.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



67.2021.B

Sessão Outro Evento

18/08/2021-15:24

Publ.: DCD - 19/08/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, hoje é um dia de luta pelo Brasil afora, mesmo nas cidades do interior, contra esse ataque às carreiras, aos servidores públicos. Na verdade, é um ataque ao Estado brasileiro, porque, quando deixamos numa situação vulnerável o servidor público, estamos fragilizando as políticas públicas. O Estado brasileiro chega à vida, à casa das pessoas em forma de políticas e de programas nas áreas de saúde, educação, assistência, em todas as áreas.

Este Governo, na verdade, ataca todos. Ele abandonou a agricultura familiar. E agora lança uma medida provisória, que, na verdade, é um remendo, porque ele desmontou os programas, esvaziou os programas criados por Lula e Dilma, como foi com o Minha Casa, Minha Vida e, agora, com esse ataque ao Bolsa Família. Há também a questão da própria Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, da distribuição de milho.

A PEC 32 é uma perversidade, é uma crueldade. E muitos colegas Deputados estão esperneando contra a manifestação dos servidores, como se eles não tivessem direito. Os Deputados que aprovam esse desmonte - entregaram a ELETROBRAS e os Correios e agora querem votar a PEC 32 - têm que aguentar a reação, sim, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Eles têm que pagar. Às vezes, recebem milhões de reais para destinar aos Municípios, mas, na votação, dão uma punhalada nas costas do povo brasileiro, do trabalhador. Colegas Deputadas e Deputados, não resolve despejar dinheiro nos Municípios se V.Exas. estão traindo os trabalhadores, traindo a classe trabalhadora, traindo o servidor público.

A PEC 32 é um ataque tanto ao servidor atual quanto ao futuro. Ela leva ao desânimo, ao desalento, na verdade, de qualquer um que pretenda buscar uma carreira no serviço público para servir, não para buscar uma boquinha, mas porque tem a vocação de servir, com dedicação, o povo brasileiro e entende como estratégico o serviço

público, sobretudo em políticas como as de saúde e educação.

Então, dizemos "não" à PEC 32. Vamos à luta para derrotar mais esse ataque ao Estado brasileiro, esse desmonte do Estado e das políticas públicas.

Sr. Presidente, solicito que V.Exa. divulgue o meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 42/83

67.2021.B Sessão Outro Evento 18/08/2021-15:28
Publ.: DCD - 19/08/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

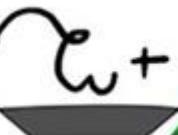
Sumário

Apoio à mobilização de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Conivência da maioria do Congresso Nacional com políticas antipopulares do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu volto a esta tribuna para me solidarizar com os servidores públicos, os servidores do povo, que, no dia de hoje, estão se manifestando nas ruas para denunciar mais um golpe que esse Presidente lança contra o povo brasileiro, os assalariados, os aposentados, enfim, os trabalhadores em geral. Em particular, a PEC 32 é o golpe do dia.

Quem acompanha os trabalhos da Câmara deve constatar que todos os golpes do Presidente Bolsonaro são concretizados, são apoiados, são viabilizados por esta Casa. Não basta cobrar só do Executivo, desse Presidente irresponsável. Esta Casa é a principal responsável pela concretização desses golpes sucessivos que o Governo lança contra o povo, porque esvaziar o papel do Estado e comprometer os direitos dos servidores públicos não é outra coisa senão destruir o Estado brasileiro.

Os servidores públicos permanecem servindo ao povo antes, durante e após cada Governo. Os governos saem, e os servidores permanecem realizando as políticas públicas, levando aos cidadãos os seus direitos de cidadania, o que é responsabilidade do Estado. Dessa forma, os



servidores públicos se constituem num dos pilares de manutenção do Estado de Direito.

Portanto, não só os servidores públicos estão sendo atingidos nos seus direitos e nas suas conquistas, mas a população em geral, sobretudo aquela parcela que depende dos serviços públicos. E, se menos políticas públicas estão sendo prestadas pelo Estado, isso significa que os servidores públicos estão sendo afetados e atingidos exatamente porque fazem parte da estratégia de esvaziamento do Estado, para destruir o papel do Estado de prestador das políticas públicas que devem corresponder aos direitos sociais.

É preciso cobrar desta Casa. O Executivo sozinho não chegaria a bom termo em suas políticas destrutivas, de demolição daquilo que, há décadas, há séculos, os trabalhadores constroem neste País. E isso é feito porque esta Casa não tem a responsabilidade de cumprir sua parte, prevista na Constituição, e assegurar a todo cidadão brasileiro e a toda cidadã brasileira as condições básicas fundamentais de uma vida plena, de uma vida segura, de uma vida decente, do ponto de vista da saúde, da educação...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 43/83

91.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-	
	CD 17:20	
Publ.: DCD - 19/08/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Vou tentar falar mais alto para ser ouvido.

Vou fazer hoje aqui uma manifestação - e agradeço ao Líder Bohn Gass - pela bancada do Partido dos Trabalhadores contra a PEC 32, do desmonte, do retrocesso, porque hoje é dia de greve geral dos trabalhadores e das trabalhadoras do serviço público, com o apoio do



povo, que precisa do serviço público no Brasil. Então, agradeço ao Líder Bohn Gass, por esta responsabilidade, e também aos Líderes da Oposição, que, junto conosco, fazem esta manifestação no plenário da Câmara.

Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, que o Governo chama de "reforma administrativa", é uma covardia com o povo brasileiro. Eu vou buscar mostrar essa afirmação que faço da tribuna da Câmara dos Deputados. Ela é uma reforma trabalhista do serviço público, nada tem a ver com reforma administrativa. É a privatização da prestação de serviço e a precarização do servidor público.

É preciso, portanto, desconstruir alguns mitos dessa tal "reforma administrativa", nome que o Governo dá a ela, primeiro, porque não é uma reforma. O Deputado Rui Falcão faz parte comigo da Comissão que analisa essa PEC. Ali está muito claro que o Governo está desmanchando, desmontando a casa. Uma reforma é algo que você faz para melhorar, colocar um azulejo, melhorar uma cozinha, fazer um puxadinho porque nasceu uma criança a mais. Reforma todos nós queremos fazer, mas "deforma", para destruir, desmanchar, desconstruir, que é a única palavra que esse Presidente Jair Bolsonaro conhece, é outra coisa.

Nós fizemos a reforma do sistema educacional recentemente - e conversava com a Deputada Professora Dorinha sobre isso -, que foi a reforma do FUNDEB, em que nós melhoramos a prestação de serviço público, melhoramos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Isso é reforma.

Mas, neste caso, essa desconstrução é muito clara. Estão desmanchando a Constituição de 1988. Prestem atenção, Deputados e Deputadas, servidores públicos e todos que precisam do serviço público.

O art. 37-A dessa proposta de "deforma administrativa" é muito claro. Ele diz que todos os recursos que hoje vão para os Municípios, os Estados e a União para prestação dos serviços públicos poderão ir para empresas privadas com fins lucrativos. Dinheiro público é jogado para empresas privadas. Isso é algo pior que as OSCIPs e as PPPs, que já têm representado precarização, têm sido um desastre para o serviço público brasileiro. Menciono também as famigeradas terceirizações. Agora se trata, Deputado Solla, de privatização absoluta, de dinheiro na mão de empresas privadas. Esse é o art. 37-A que o Governo coloca nessa proposta de emenda à Constituição.

É preciso desfazer outro mito. Eles dizem que essa PEC vai combater os marajás. Mentira! Quem ganha acima de 20 salários mínimos no



serviço público compõe um grupo que corresponde a 3,2% dos servidores. Os que ganham até quatro salários mínimos, o que é muito pouco, são 53,1% dos servidores. Se forem somados aos que ganham de quatro a dez salários mínimos, representarão mais de 80% dos servidores públicos. Os marajás estão fora dessa "reforma administrativa". Eles não entram na PEC 32. Os magistrados, os deputados, os procuradores, os ministros, os promotores, os defensores, os militares, integrantes de carreiras típicas estão fora dessa proposta de emenda constitucional. Estão dentro os professores, os trabalhadores da saúde, da segurança pública, os que vão compor esse grupo de 80% dos servidores.

Um terceiro mito precisa ser desfeito. Dizem que o Brasil tem muitos servidores públicos. Somos em torno de 10 milhões, 5% do povo brasileiro. O Japão tem 5,9% de servidores. Outro país capitalista, a Alemanha, tem 10,6% de servidores. Nos Estados Unidos, 15,3% da população é de servidores públicos. Na França, 21,4%. Na Noruega, 30% da população é de servidores públicos, pelo modelo socialdemocrata ali desenvolvido. Em outros países capitalistas, o número de servidores públicos é muito superior ao que temos no Brasil. Então, é mentira que a máquina pública esteja inchada e que os servidores são o problema do povo brasileiro.

Um quarto mito sobre essa PEC precisamos desfazer também. O Presidente Arthur Lira tem dito que a PEC não atinge os atuais servidores. Ela atinge o servidor atual, a não ser que seja modificada. Eu quero chamar a atenção para isto. No caso do servidor atual, a avaliação de desempenho poderá servir como critério para demissão, demissão em massa! Se essa PEC for aprovada, no dia seguinte, o Governo Bolsonaro, um Governo genocida, reacionário e conservador, vai mandar para cá uma medida provisória que regulamente a avaliação de desempenho, permitindo a demissão em massa de servidores atuais.

Vejam esta pérola que está na PEC 32, o § 20 do art. 37: "*É vedada a redução da jornada e da remuneração para os cargos típicos de Estado*". Representam só 5%. Ou seja, 95% dos servidores, Deputada Erika Kokay, poderão ter o seu salário reduzido, e o povo brasileiro, a jornada reduzida. Isso significa reduzir a prestação de serviços da educação, reduzir a prestação de serviços da saúde, reduzir a prestação de serviços até da segurança pública.

Com base nesses mitos, nesses argumentos falsos, eles sedimentaram essa tal reforma administrativa, ou essa "reforma administrativa", que é a PEC 32/20, para que possam realizar privatizações, entregar recursos para a iniciativa privada, com o que sonha Paulo Guedes. Tiraram, por meio da maldita reforma trabalhista no Governo Temer, direitos que estavam previstos na CLT e, há pouco tempo, enviaram a



Medida Provisória nº 1.045, que foi aqui aprovada como um pacote injusto para os trabalhadores da iniciativa privada. Querem agora fazer isso contra o servidor público.

Querem entregar esses recursos para a iniciativa privada, para o mercado. Só vale o mercado. Isto é impressionante nesta Casa: o "deus mercado". Acham que ele é que temos de reverenciar. E o povo brasileiro? E o serviço público? E os servidores? Esses serão atingidos para que o "deus mercado" respire gloriosamente? Serão atingidos pela quebra da estabilidade, perderão direitos relativos ao Regime Jurídico Único, haverá demissões. Servidores concursados serão substituídos por pessoas indicadas, por apadrinhados, que vão fazer, quem sabe, rachadinhas pelo Brasil afora. Isso, pessoal, é o que é essa "deforma administrativa".

A proposta facilita o desligamento do servidor, cria cinco vínculos distintos de contratação, inclusive para os servidores da segurança pública. Aqueles Parlamentares que defendem aqui a Polícia Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar fiquem do nosso lado, porque o povo está atento ao voto de cada um dos integrantes do Parlamento. A proposta incentiva instrumentos de cooperação com a iniciativa privada, privatização. Servidores de carreiras típicas de Estado, Deputado Rui Falcão, não mais comporão aqueles 5%, não vão pertencer mais à previdência pública, terão, portanto, mais prejuízo depois da "deforma administrativa".

Ela amplia o poder do Executivo de extinguir e transformar cargos, órgãos, autarquias e funções. O Presidente conservador, reacionário, genocida poderá, por exemplo, numa canetada, acabar com uma universidade e substituí-la por uma universidade privada, cuja mensalidade o estudante negro e pobre não poderá pagar. Possibilita a retirada de direitos e benefícios.

Presidente, este é um dia importante. Este ato que fazemos aqui é a repercussão dos atos que estão sendo feitos hoje nas ruas. Muitos aconteceram pela manhã - participamos do ato em Brasília - e muitos outros estão sendo feitos nos Estados.

Os servidores estão de olho no voto de cada um de nós. Eles têm o direito de se manifestar e de dizer ao povo que quem votar a favor dessa "deforma administrativa", dessa PEC 32, não merece voltar para cá, considerando-se a defesa dos direitos referentes ao serviço público e a prestação de serviços. Isso é algo da democracia.

Espero, sinceramente, que não haja 308 votos favoráveis a essa "deforma administrativa". Espero, sinceramente, que a maioria dos Deputados e Deputadas dê uma resposta a este Governo. E espero que possamos discutir aqui o problema da fome do povo brasileiro, que

não é um problema do servidor nem do serviço público; que possamos discutir aqui o problema do desemprego; que possamos, enfim, discutir aqui o problema do *impeachment*, que é um problema relativo ao Governo, que tem provocado no Brasil, por uma bagatela, esse desmanche.

O dia 7 de setembro é também um dia importante. Fora, Bolsonaro!
Viva o serviço público brasileiro!

Documento 44/83

91.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 17:56

Publ.: DCD - 19/08/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado Marcelo Freixo, a respeito do envolvimento do Secretário de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro com facções criminosas. Elevada taxa de desemprego e precariedade da área de mobilidade urbana no Rio de Janeiro. Confiança no acerto da escolha, pelo eleitorado fluminense, dos seus representantes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados nas próximas eleições. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Eu agradeço a compreensão de V.Exa. também. Pelo que percebo aqui dos colegas, há acordo na Oposição para procedermos dessa forma, salvo uma ou outra exceção, se for necessário que alguém oriente um ponto específico, mas vamos colaborar para o melhor andamento dos trabalhos.

Eu pedi o tempo de Liderança inicialmente para cumprimentar o Deputado Marcelo Freixo por esse excelente pronunciamento, que, de fato, trata de um problema gravíssimo que o nosso Estado tem vivido.

E disse bem V.Exa., Deputado Marcelo Freixo: não se trata de um problema de hoje e nem de ontem, trata-se de um problema que vem se repetindo no Rio de Janeiro, contra o qual a Deputada Jandira Feghali, a Deputada Talíria Petrone e outros vários colegas do Rio de Janeiro têm lutado, mas é uma luta muito difícil e desigual, porque do nosso lado a luta é dentro da lei, do outro lado se percebe o acordo com o crime, como o Deputado Marcelo Freixo acaba de mostrar. São diálogos estarrecedores. Como se pode imaginar que um Secretário de Administração Penitenciária tenha esse tipo de diálogo com os líderes



de uma facção criminosa? E é difícil, Sr. Presidente, de fato, supor que ninguém mais soubesse que era isso o que o Secretário fazia.

O povo do Rio de Janeiro não merece isso, não merece esse tipo de Governo, Deputado Marcelo Freixo, como V.Exa. bem disse, merece outro governo, um governo capaz de celebrar essa aliança com o nosso povo sofrido, trabalhador, uma aliança com as forças produtivas do Estado, uma aliança com as pessoas de bem, que querem construir outro Rio de Janeiro, que não querem viver reféns e querem poder sustentar as suas famílias com dignidade.

Esse é um pronunciamento que certamente veio na hora certa, Deputado Marcelo Freixo, e é coerente com a história de V.Exa., coerente com a luta de V.Exa. contra a criminalidade, contra as facções, contra a milícia. E essa luta de V.Exa. também não é de hoje.

O povo do Rio, Presidente Marcelo Ramos, se sente muitas vezes envergonhado, envergonhado por aqueles que acabou elegendo, elegendo enganado, porque o povo acreditou que alguns representavam a mudança, a chamada nova política, que é a mais velha de todas as políticas, é a prática de enganar as pessoas, de induzi-las a um sonho, de apostarem numa aventura que depois se revela o que há de mais velho, o que há de pior.

E as pessoas do Rio de Janeiro estão cansadas disso. Elas querem ter um horizonte, querem poder sonhar com outros dias, com outra representação, com outra bancada federal, com outros representantes no Senado, que deem orgulho ao povo do Rio de Janeiro, que estejam à altura do que é o povo do Rio de Janeiro, um povo trabalhador, um povo lutador, um povo criativo, um povo de bem com a vida, mas que vem vivendo momentos muito difíceis.

O Rio de Janeiro, Sr. Presidente, encontra-se, eu diria, numa situação mais grave que a já gravíssima situação do País. Se olharmos qualquer índice do Rio de Janeiro, ele é pior do que os índices nacionais. O Brasil gera poucos empregos, o Rio gera menos. A taxa de desemprego entre os jovens é elevada no Brasil, no Rio é mais elevada ainda. A mobilidade no País é péssima, a mobilidade no Estado do Rio de Janeiro é pior do que a média nacional.

Aliás, Deputado Marcelo Freixo, a mobilidade na nossa Região Metropolitana é a pior do Brasil. Conseguimos superar a péssima mobilidade de São Paulo, que é ruim também, mas a do Rio conseguiu se tornar pior.

E se falássemos da situação de insegurança, da situação de violência, da situação de desemprego, da falta de perspectiva? Se falássemos do preço dos alimentos no Rio de Janeiro, da dificuldade que é comprar



comida para botar na mesa dos filhos da família? É uma luta enorme, uma luta das mulheres para sustentar seus filhos, sua família, para garantir sua vida. É uma luta muito desigual!

Mas o Rio de Janeiro tem outros ares pela frente, outros horizontes, e certamente vai ter a capacidade de se reconstruir, e isso vai passar por essa capacidade de celebrar união com o povo do nosso Estado.

Eu tenho certeza de que na próxima eleição os cariocas, os fluminenses, vão escolher melhor os seus representantes, Deputado Henrique Fontana; vão mandar para o Senado uma representação que esteja à altura dos sonhos e das necessidades do nosso povo; vão trazer para a Câmara dos Deputados uma bancada que esteja mais de acordo com aquilo que o povo do Rio espera. O Rio de Janeiro merece uma representação melhor.

E eu termino falando, Sr. Presidente, sobre a data de hoje, que os meus colegas agora demonstram aqui no plenário, mais uma vez, com os cartazes, a luta que foi das centrais sindicais no dia de hoje, a luta que foi dos sindicatos, a luta que foi dos servidores públicos e tomou as redes dizendo: "Nós não queremos a PEC 32".

O Estado, o poder público, é uma ferramenta importante demais para que nós abramos mão dela e daquilo que ela pode fazer pela vida das pessoas. A capacidade que tem o Estado de reduzir desigualdades, de criar oportunidades é ímpar.

Por isso, nós progressistas somos os primeiros a desejar reformas administrativas que tornem, Deputado Fontana, o serviço público mais eficiente.

O serviço público brasileiro é motivo de orgulho para todos nós, mas certamente ele pode melhorar. Se essa reforma trouxesse avanços no sentido de oferecer ao povo do Rio e ao povo do Brasil um serviço público melhor, nós estaríamos na linha de frente defendendo-a. Mas não é isso que essa PEC propõe. O que essa PEC deseja é desmontar o serviço público, é impedir que o serviço público possa continuar autônomo, independente, que os servidores tenham a liberdade de não cumprir ordens ilegais, de denunciar os governantes de plantão que tentam usar o poder público para desviar dinheiro público, por exemplo, como foi o caso da compra de vacinas.

Por isso, nós somos contra essa reforma administrativa. Não queremos a PEC 32.

Queremos outra reforma administrativa que sirva para valorizar o serviço público, para qualificá-lo, torná-lo mais eficiente.

Essa é a luta de nós, progressistas, Presidente.

Por isso, para garantir essa outra reforma administrativa que aperfeiçoe o serviço público em defesa do cidadão, através do servidor valorizado e qualificado, nós somos contra essa PEC 32

Parabéns às centrais sindicais, aos sindicatos, aos servidores, a todos que se mobilizaram para dizer: "*Esta PEC não*". Nós vamos votar para derrotá-la, em defesa do serviço público.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 45/83

91.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 18:08
Publ.: DCD - 19/08/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, sobre o estabelecimento do marco legal da microgeração e minigeração de energia distribuída no Brasil. Associação às manifestações contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Homenagem póstuma ao correligionário do orador, Manoel da Conceição. Pedido à Presidência de determinação, ao Plenário, de observância de 1 minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Manoel da Conceição.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, em relação a este destaque, nós queremos cumprimentar o PSOL. O PSB orienta "sim". Entendemos que isso não prejudica em nada o acordo estabelecido e traz uma preocupação fundamental, que é a preocupação com os mais pobres.

Nós queremos a energia limpa, renovável. Defendemos o incentivo ao uso da energia solar, mas entendemos que isso só faz sentido se fizermos com que ela chegue ao conjunto da população e sobretudo aos mais pobres. A isenção que é proposta pelo PSOL permite que organizemos uma política nesta direção. Então, por esta razão, o PSB é favorável.

Sr. Presidente, eu queria me reportar, neste tempo de Líder, a duas



questões. A primeira, o dia de hoje é um dia de luta contra a PEC 32, contra a reforma administrativa, que é uma ameaça brutal aos serviços públicos em nosso País.

Então, eu queria me somar às milhares, centenas de milhares de vozes que se multiplicaram hoje, no Brasil, contra essa perversidade que é a PEC 32. Acaba com a estabilidade do servidor, destrói as carreiras, prejudica a realização de concursos públicos e incentiva, de maneira absolutamente incomparável, a ocupação dos espaços públicos, por meio de indicações políticas, com o velho apadrinhamento político. Veja o retrocesso que está sendo construído e pavimentado com esta PEC 32.

Então, por essa razão, nós só podemos aplaudir a mobilização que foi feita hoje no País, que é apenas o começo de uma intensa campanha forte que vai acontecer em todo o Brasil para derrotar a PEC 32, porque, de fato, ela é um grande retrocesso. Nós estamos aqui para fazer essa luta, para fazer a resistência.

Participei de alguns eventos hoje e percebi a força e o vigor dos argumentos, que, inclusive, contestam as mentiras do Governo. O Governo Bolsonaro diz, por exemplo, que esta reforma não vai prejudicar em nada os atuais servidores. Esta é uma grande mentira! Prejudica as carreiras; prejudica, porque aqueles cargos que são hoje privativos dos servidores públicos serão de livre provimento.

O Bolsonaro vai poder nomear mais de 100 mil pessoas no País. Prefeituras e Governos dos Estados, mais de 1 milhão! Onde é que já se viu isso? Então, este é um retrocesso com o qual não existe comparativo na história. Este é o maior aparelhamento político do Estado brasileiro como nunca se viu.

Então, por esta razão, eu queria aqui me somar a essas vozes e dizer da importância que foi esta luta, que ainda está sendo durante todo este dia e que será até o último segundo, nesta batalha contra a PEC 32 no Congresso Nacional.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria aproveitar este tempo, com a permissão do nosso Líder, Danilo Cabral, e do conjunto da nossa bancada do PSB, para registrar, com muito pesar, o falecimento do amigo, irmão, companheiro, nosso conterrâneo, Manoel da Conceição, um grande maranhense, um grande brasileiro, que, infelizmente, hoje faleceu.

Ele era um ser humano único, um símbolo da luta pela terra, um símbolo da luta pela justiça, um símbolo da luta pela democracia. Manoel da Conceição representa a resistência. Ele resistiu com bravura e com ternura à ditadura, resistiu à tortura, resistiu ao exílio e a



todo tipo de perseguição. Amputaram-lhe a perna, mas ele declarou de maneira muito célebre: "*Minha perna é minha classe*". Isso está registrado na história de Manoel da Conceição, homem simples, humilde, mas que se constituiu como a maior liderança camponesa da história do Brasil.

Hoje, ele se foi, mas tem lugar garantido, absolutamente garantido, na eternidade da esperança, da fé e do amor, que são valores que ele deixa também como legado.

Eu queria aqui dizer ao nosso querido Manoel da Conceição que ele siga em paz. Meu querido e amado Manoel da Conceição, siga em paz. E nós seguiremos juntos aqui caminhando e representando tudo aquilo que tu semeaste ao longo dessa caminhada.

Foi uma alegria e uma honra ter sido parceiro e ter caminhado ao lado deste grande homem, deste grande brasileiro, deste grande ser humano, Manoel da Conceição!

Manoel, um guerreiro, um guerreiro do povo brasileiro!

Viva Manoel da Conceição!

Manoel da Conceição presente!

Obrigado, Presidente.

Que fique registrado o meu pronunciamento nos Anais da Casa.

Com a sensibilidade de V.Exa., Presidente, permita-me fazer uma solicitação. Esta é uma página da história brasileira, e eu queria que V.Exa. concedesse 1 minuto de silêncio em homenagem a Manoel da Conceição.

Muito obrigado.

Documento 46/83

91.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 18:16

Publ.: DCD - 19/08/2021 - KIM KATAGIRI-DEM -SP

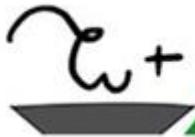
CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº



5.829, de 2019, sobre o estabelecimento do marco legal da microgeração e minigeração de energia distribuída no Brasil. Congratulações ao Deputado Arthur Oliveira Maia, Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, pelo acatamento de emenda de autoria do orador destinada à inclusão do funcionalismo em geral no processo de reforma administrativa. Reação da Presidenta da Associação dos Magistrados Brasileiros, Renata Gil de Alcântara Vieira, contra a apresentação de emenda destinada à extinção do período de férias de 60 dias concedido a Juízes. Aprovação, pela Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, acerca da instituição do Novo Regime Fiscal, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a chamada PEC do teto dos gastos públicos. Defesa da extinção de supersalários no serviço público.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Democratas orienta "não" ao destaque e "sim" ao texto do Relator.

Queria aqui, primeiro, cumprimentar o Deputado Arthur Maia, Relator da reforma administrativa, que me deu hoje a feliz notícia de que vai acatar a emenda antiprivilegio, que inclui todos dentro da reforma administrativa, juízes, promotores, militares, absolutamente todos os membros de Poder dentro da reforma, e que também vai tirar a possibilidade de transformar cargo técnico em cargo comissionado, que também era outro absurdo enviado pelo texto de Jair Bolsonaro.

Queria, Presidente, comentar os ataques que a Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros tem feito, e veio aqui a esta Casa, contra a emenda de minha autoria, principalmente em relação ao fim das férias de 60 dias para os juízes. Chegamos ao ponto, Presidente, de escutar que férias de 60 dias para os juízes seriam cláusula pétreas e que não poderíamos alterar essa disposição, sob pena de estarmos fazendo uma mudança inconstitucional.

Eu realmente imagino Ulysses Guimarães presidindo a Assembleia Nacional Constituinte, e os Deputados Constituintes colocando voto direto, secreto, universal, a separação dos Poderes, a estrutura federativa de Estado e as férias de 60 dias para os juízes. Sem dúvida nenhuma, deve ser uma previsão de direito e garantia fundamental colocada pelos nossos Deputados Constituintes. E mais - e mais - ainda disseram que um Poder não poderia de nenhuma maneira apresentar nenhuma modificação, nenhuma alteração legislativa sobre outro.

Eu lembro a S.Exa. que esta Casa aprovou a Emenda Constitucional nº 45, que reformulou todo o Poder Judiciário. Esta Casa aprovou a PEC do Teto de Gastos, que limita inclusive os gastos do Poder Judiciário e



inflação.

Para fazer a defesa da sua classe, a Presidente diz que funcionário público no Brasil ganha muito mal. É verdade que muitos dos servidores municipais, principalmente da saúde e da educação, têm salários absolutamente defasados, mas esse nem de longe é o caso de juízes e de promotores.

Juízes e promotores acumulam salários que chegam a contracheques de 300 mil, 400 mil reais ao mês, mais do que dez vezes o que recebe o Presidente da República, acumulam auxílios, criam auxílios para chantagear o Parlamento a aumentar o salário, sempre utilizam suas corporações, que são as mais poderosas da República, para tentar intimidar este Parlamento sempre que enfrentamos esses privilégios.

Pois eu digo que o Parlamento brasileiro não deve se acovardar, como o Relator da reforma administrativa não se acovardou, como eu não me acovardei.

Ainda diz a juíza que os Parlamentares não poderiam legislar, não poderiam falar sobre férias de 60 dias para a magistratura, porque nós, Parlamentares, temos muitos privilégios.

Pois eu digo para a juíza que, se existe uma pessoa com moral para fazer frente aos privilégios do Poder Judiciário, do Ministério Público e de toda a elite do funcionalismo público, é este Parlamentar que discursa nesta tribuna hoje, que nunca pegou 1 centavo de auxílio-mudança, nunca gastou 1 centavo com gasolina, nunca gastou 1 centavo com a alimentação, nunca pegou 1 centavo de auxílio-moradia, nunca pisou num apartamento funcional, nunca alugou um carro, nunca utilizou nenhum privilégio garantido aos Parlamentares.

Portanto, se quer me acusar de não ter moral para apresentar uma emenda antiprivilegios, primeiro, abra mão dos seus privilégios para entrar no debate.

Se é nesse nível que se quer travar o debate sobre privilégio da magistratura, primeiro abra mão das suas férias de 60 dias, primeiro abra mão dos seus supersalários, primeiro abra mão dos auxílios que vemos no Poder Judiciário, que chegam a espantar: auxílio-livro, auxílio-notebook, para que todos os anos sejam trocados os aparelhos dos juízes e dos promotores. E os culpados ainda são a classe política, sendo que temos o Judiciário mais caro do mundo - caro e ineficiente, caro e lento.

Falta vergonha na cara de quem acusa este Parlamento de hipocrisia, ao tratar da elite do funcionalismo público na reforma administrativa. Estamos em um país em que 80% da população vivem com menos de



três salários mínimos; mais de 50% da população vivem com 413 reais *per capita* dentro de casa. Estamos em um país extremamente pobre e miserável, e o juiz acha ruim - enquanto ganha 39 mil, 40, 50, 60, 70, 80, 400, 500 mil reais por mês para exercer sua função, ainda tem férias de 60 dias - e diz que vai haver êxodo da carreira do Judiciário e do Ministério Público!

Eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida de que temos entre os estudantes de Direito - meus colegas - pessoas o suficiente querendo estes benefícios, querendo o salário, e querendo exercer esses cargos por vocação e não por privilégio. Querem exercer a função jurisdicional, no Poder Judiciário, exercer a nobre função de acusar, de investigar, de julgar, sem a necessidade de fazer uma defesa corporativista, que tira dinheiro do mais pobre, que paga a tributação no consumo, para pagar para a elite do funcionalismo público.

Ainda vão dizer que isso é cláusula pétreia. Claro, com certeza os fundamentos da República são estes mesmos: vida, liberdade, propriedade e férias de 60 dias para juízes. Isso é realmente uma coisa que espanta, Sr. Presidente. Vemos esta defesa dentro da nossa própria Casa. Dentro da nossa própria Casa há magistrados dizendo que recebem pouco, que são pouco valorizados e que precisam ter essas férias para manter a independência da carreira, como se o juiz sem férias de 60 dias não tivesse independência para julgar, como se fossem as férias que garantissem a sua autonomia de poder.

Isso é um absurdo. Vamos fazer frente a estas corporações até o final.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 47/83

91.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 18:24

Publ.: DCD - 19/08/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, sobre o estabelecimento do marco legal da microgeração e minigeração de energia distribuída no Brasil. Homenagem aos servidores públicos. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o PCdoB encaminha "sim" a este destaque do PSOL, um destaque que atende às populações mais pobres, às populações sensíveis no aspecto relacionado a essa tarifa, suspendendo a tarifa. Portanto, é uma emenda de qualidade indiscutível.

Mas eu pedi a agregação do tempo de Líder, com a anuência do meu Líder do PCdoB, o Deputado Renildo Calheiros, o qual homenageio inclusive pela grande atuação nos últimos dias em relação ao direito à voz, à opinião dos partidos em nosso País, para falar sobre a PEC 32.

Nestes 4 minutos, Sr. Presidente, e neste dia de ato público dos servidores públicos brasileiros, que erguem a bandeira em defesa dos serviços públicos, em defesa da garantia do acesso da população aos serviços públicos, e não apenas dos elementos corporativos das suas carreiras, quero prestar a minha homenagem a todos que se dedicam todos os dias nos hospitais públicos em todas as funções, nas escolas públicas, nas universidades, o meu berço político e acadêmico, no cotidiano dos balcões do INSS, atendendo aos mais pobres em todas as áreas, em todas as esferas da União, na União, nos Estados, neste Distrito Federal e nos Municípios.

Os servidores não são páreas da sociedade, são trabalhadores. São homens e mulheres que, através de um concurso público, não fizeram acesso a um emprego, fizeram uma opção de vida. Eles tomaram posse dos seus cargos. O regime é diferente porque o trabalho é diferente. O grau de responsabilidade é adequado para quem cuida do Estado. Não é melhor ou pior do que ninguém, é apenas diferente. É uma atribuição de guardar aquilo que é de todos, pois os governos perpassam, mas o que é de todos permanece.

Essa falta de diferenciação entre o que é Governo e o que é Estado no Brasil tem levado a essa avalanche de discrasias, de completas irregularidades constitucionais e inconsistências fáticas em relação ao direito de acesso aos serviços públicos. O Brasil decai no seu número de servidores desde 1995. O Brasil hoje é o 12º país do mundo na relação servidor/população. Nós não temos o inchaço da máquina pública.

Esta reforma que chegou em dezembro de 2020, a PEC 32, nada reforma. Ela não diz nada acerca de gestão pública, de administração pública, de melhorias de acesso da cidadania aos serviços públicos. E chega sem qualquer discussão com a sociedade que pudesse constituir um desenho de reformas. A PEC chega a este Parlamento sem que nenhum estudo técnico a sustente.

Nós não sabemos os impactos fiscais, Deputado Marcelo Ramos. Nós



não sabemos os impactos econômicos. Qual é a dimensão do Estado a que se quer chegar? A qual tamanho do Estado brasileiro? Nada disso foi informado, não obstante já tenhamos pedido, inclusive judicialmente, porque é impossível realizarmos uma reforma de Estado sem que saibamos onde o Governo de então quer chegar. O que nos transparece é que, infelizmente, querem chegar a um Estado mínimo, à redução do Estado, transformá-lo apenas em um coadjuvante no provimento dos serviços essenciais à população.

Nesse dia de ato, nesse dia de luta, eu quero dizer que é apenas uma PEC de punibilização, é uma PEC que muda a natureza do concurso público, que dificulta a chegada da juventude aos serviços, que precariza os serviços, terceiriza, infelizmente "voucheriza", segundo a vontade de Paulo Guedes, dando um *ticket* a uma família pobre, a fim de que ela pague a uma creche precária no seu bairro, para que guarde os seus filhos.

Nós somos contra...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Conclua, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Muito obrigada.

Nós somos contra a reforma. O Relator está presente, é um Deputado consciente, de conteúdo.

Nós queremos dizer, Deputado Arthur Oliveira Maia, que consideramos que essa PEC deveria ser retirada, para que pudéssemos fazer essa análise e essa imersão sobre a perspectiva do Estado brasileiro.

A PEC é irrecuperável. Nós temos emendas que deduzem danos, mas infelizmente o ideal é que ela saia de cena para que possamos discutir a reforma.

Documento 48/83

91.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 18:40

Publ.: DCD - 19/08/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, sobre o estabelecimento do marco legal da microgeração e minigeração de energia distribuída no Brasil. Caráter retrógrado da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria vota "sim" ao destaque e quer neste minuto reforçar o compromisso que nós Deputados da Oposição temos de proteger o serviço público do nosso País.

Essa Proposta de Emenda à Constituição nº 32 é um enorme atraso para o interesse da ampla maioria do povo brasileiro. Se aprovada essa medida - e nós trabalharemos muito para que ela não seja aprovada -, o servidor público perderia a estabilidade que protege o interesse da população como um todo. Nós poderíamos ter universidades e institutos federais totalmente privatizados, como acaba de falar o Deputado Neucimar Fraga. O serviço público na área de educação técnica e superior pode terminar.

Eu concluo, Presidente, dizendo que queremos hospitais, postos de saúde, universidades, institutos federais com um serviço público de qualidade. A privatização ampla, geral e irrestrita dos serviços públicos é contra o interesse da ampla maioria do povo brasileiro!

"Não" à PEC 32, Presidente!

Documento 49/83

91.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 18:40
Publ.: DCD - 19/08/2021 - ARTHUR OLIVEIRA MAIA-DEM -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Anúncio de apresentação pelo orador, Relator da matéria, de parecer com ênfase na qualificação e modernização do serviço público brasileiro.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vimos hoje aqui nesta Casa vários colegas Parlamentares assomarem a esta tribuna para criticar a PEC 32, para criticar a proposta de reforma



administrativa.

Eu penso, Sr. Presidente, que qualquer proposição que chega a esta Casa, seja ela qual for, merece ser debatida, merece ser criticada, sobretudo pela Oposição, quando a proposta aqui chega através de uma iniciativa do Governo. Isso faz parte do jogo democrático, faz parte da natureza do Parlamento.

Entretanto, eu quero ressaltar alguns pontos. O primeiro deles é que a reforma administrativa só pode e só tem iniciativa se o Palácio do Planalto, o Presidente da República, enviar o projeto para esta Casa. Nós Parlamentares não podemos fazê-lo. É um projeto de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

A última reforma administrativa que o Brasil teve foi em 1998, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, assinada pelo Ministro Bresser Pereira. De 1998 para cá se passaram 23 anos, e profundas modificações culturais e tecnológicas aconteceram em todo o mundo. Agora chega aqui nesta Casa uma proposta de reforma administrativa, uma proposta que nós Deputados, se não temos a iniciativa, podemos modificar da forma que quisermos.

Podemos pegar esse texto e fazer aquilo que nós quisermos. Não há limite para modificação do que veio lá do Palácio do Planalto.

E nós, neste momento, em vez de nos debruçarmos sobre as reais necessidades que temos no Brasil, para modernizar o Estado brasileiro, qualificar o serviço público, melhorar a prestação do serviço público, o que vemos é um deserto de ideias, é a pobreza absoluta de sugestões, de opiniões. O que vemos aqui é a crítica pela crítica.

Não vi, nessa manifestação que houve hoje contra a PEC 32, uma única proposta - repito: não vi uma única proposta - de um Deputado da Oposição que se colocou contra essa PEC no sentido de qualificar o serviço público brasileiro. Não vi uma única fala defendendo aquele que é o mais importante em relação à reforma administrativa, que é o usuário do serviço público, é a pessoa que está lá na ponta, que hoje não aceita, não concorda e não aprova o serviço público que é prestado neste País: a mãe de família que vai ao posto de saúde e é maltratada; a mãe do aluno da escola pública do meu Estado da Bahia.

Imaginem V.Exas. que na Bahia, meu Estado, todas as escolas particulares já voltaram às aulas, todas. Entretanto, os sindicatos dos professores estaduais resolveram não voltar às aulas, em um abuso gritante, flagrante contra o cidadão que precisa dessa escola. E nada pode ser feito, porque há as regalias próprias do serviço público.

Ora, senhores, será que nós vamos assumir que não temos



competência para apresentar uma reforma administrativa que possa qualificar o serviço público brasileiro? Será que esta Casa não tem nenhuma capacidade de criação, não tem nenhuma proposta para apresentar? Meu Deus! Para que serviria este Parlamento se nós assumíssemos essa mediocridade como regra?

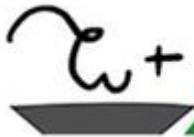
Não será assim. Nós estamos lá na Comissão Especial ouvindo as partes, todos os setores interessados. Mas nós vamos, sim, apresentar aqui no Plenário desta Casa um relatório que vá ao encontro da expectativa dos brasileiros, que vá ao encontro das necessidades de qualificarmos e modernizarmos o serviço público brasileiro.

Ora, falam em quebra da estabilidade. Antes de pensarmos na estabilidade, nós temos que pensar na avaliação de desempenho. Qual é o profissional que não é avaliado no seu desempenho? Qual é o funcionário do setor privado que não é permanentemente avaliado no seu desempenho pelo seu chefe? E se não presta, se não corresponde àquilo que a empresa espera dele, ele é demitido. Nós Parlamentares, a cada 4 anos, somos avaliados no nosso desempenho, somos avaliados da maneira mais ampla e democrática, que é através do voto popular.

Todos têm que ser avaliados. Contudo, no serviço público, falar em avaliação é um crime. No serviço público, falar de avaliação é pior do que arremessar uma pedra na cruz. Não pode ser assim! Não podemos imaginar o avanço deste País sem termos uma discussão efetiva sobre o que está acontecendo no serviço público, sobre a necessidade de avaliação. Obviamente, essa avaliação não vai ser um critério individual de quem quer que seja. Vamos estabelecer critérios os mais imprecisos possíveis, mas vamos, sim, apresentar uma proposta que possa, de fato, dar ao Brasil um serviço público que vá ao encontro da necessidade e do desejo do povo brasileiro.

Quando ouvimos os Deputados da Oposição falar, parece que não moramos neste Brasil. Parece que temos neste País um serviço público de excelência. Preocupam-se com os servidores, mas se esquecem da população. As muitas pesquisas de opinião pública demonstram claramente o desgosto e a reprovação que a sociedade brasileira tem em relação ao serviço público. Eu queria saber se essa avaliação não vale absolutamente nada para este Parlamento.

Digo aos senhores que é verdade, quando dizem que a PEC que veio do Governo tem muitos erros. Estamos aqui para corrigi-los. Vamos corrigir esses erros. É claro que não podemos transformar cargos em chefia em cargos em comissão para ampliar a influência política na administração pública. Eu, pessoalmente, discordo dessa história de vários regimes jurídicos dos servidores, porque isso seria um retrocesso. Contudo, com toda a certeza, nós temos que dar ao Brasil



a oportunidade de debater o serviço público. Dizer não, negar, ofender, gritar contra é muito pouco. O Brasil merece muito mais. O Brasil merece propostas. Esta Casa tem a obrigação de oferecer propostas e caminhos, de apontar alternativas. A negação absoluta é o sinônimo da falta de argumento, da falta de capacidade de debater, e nós não vamos nos negar a esse debate.

É com esse sentimento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que, na semana que vem ou, no mais tardar, no início da outra semana, apresentaremos o nosso parecer, prontos para enfrentar esse debate e prontos, acima de tudo, para servir ao Brasil, qualificando o serviço público do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 50/83

91.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
	CD 18:48
Publ.: DCD - 19/08/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo carinho e pelas palavras imerecidas, palavras elogiosas ao meu respeito, o que atribuo à nossa amizade.

Sr. Presidente, neste minuto, depois de ouvir o pronunciamento do Deputado Arthur Oliveira Maia, com muita atenção e respeito deixo muito claro o meu posicionamento contra a PEC 32.

Em um País em que os pobres são grande maioria, nós não podemos definhar o Estado. O Estado precisa ser o órgão de recomposição das injustiças sociais. Por isso mesmo, fragilizar o Estado a pretexto de reformá-lo é desservir ao Brasil, servindo apenas a alguns poucos privilegiados que, desde 1500, têm regalias neste País. E não são os servidores públicos.

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 51/83

91.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/08/2021-18:52
Publ.: DCD 19/08/2021 -	- OTTO ALENCAR FILHO-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 31, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, sobre o estabelecimento do marco legal da microgeração e minigeração de energia distribuída no Brasil. Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (PSD - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o objetivo da presente emenda é garantir a manutenção dos benefícios da Resolução Normativa nº 482, de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, para os empreendimentos de microgeração, minigeração distribuída e de potência instalada até 500 kW. Acreditamos que a ainda baixa participação da geração solar na matriz elétrica nacional, cerca de 2%, aliada a seus benefícios, tais como redução de perdas elétricas, economia de água nos reservatórios das hidrelétricas, redução da utilização de termoelétricas mais caras e poluentes, ampliação da geração limpa e renovável de eletricidade, redução do uso de fontes fósseis, justificam a manutenção das condições atuais de incentivo a esses empreendimentos.

Destacamos como de especial interesse os empreendimentos na modalidade autoconsumo remoto, caracterizados por unidades consumidoras de titularidade de uma mesma pessoa jurídica, incluídas matriz e filial, ou de pessoa física que possua unidade consumidora com microgeração e minigeração distribuída em local diferente das unidades consumidoras, dentro da mesma área de concessão ou permissão, nas quais a energia excedente será compensada. Uma das vantagens dessa modalidade de compensação é possibilitar o atendimento a unidades consumidoras sujeitas ao sombreamento, ou seja, propriedades localizadas em lugares com muita sombra, que não geram a quantidade necessária de energia. Através do autoconsumo



remoto, as placas solares são posicionadas em um espaço sem a incidência de sombreamento, para que os créditos sejam abatidos na unidade consumidora onde existe uma área grande de sombra. Outra grande vantagem do autoconsumo remoto é possibilitar a instalação de sistema de geração de energia de maior porte e potência, evitando inúmeras instalações menores em locais distintos, maximizando o ganho econômico do consumidor.

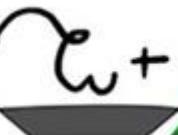
Vale acrescentar, ainda, que as alterações propostas nada contrariam os objetivos do Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, nem o seu público-alvo, os pequenos consumidores de energia.

Sr. Presidente, este é um destaque que vem a apoiar micro e pequenos empresários e também produtores rurais que estão em áreas distantes do nosso Brasil. Nós sabemos a necessidade e a importância de apoiar essas micro e pequenas empresas e esses produtores rurais. Nós, por exemplo, na Bahia, temos uma dificuldade muito grande com as extensões de rede de energia da nossa empresa de energia elétrica, a COELBA, que foi privatizada. Existe um grande esforço do Governo do Estado, do Governador Rui Costa e do Secretário Marcus Cavalcanti - e aqui eu os parabenizo pelo trabalho -, de lutar para que a COELBA continue realizando os investimentos para o desenvolvimento econômico e social do meu Estado. Mas não tem sido o bastante. Por isso, a necessidade que nós temos de aprovar este destaque. Este destaque deve ser aprovado para que nós continuemos com o avanço das energias renováveis, principalmente no interior da Bahia, apoiando micro, pequenas e médias empresas, mas também produtores rurais, principalmente, aqueles que estão fazendo com que o Brasil continue no caminho do desenvolvimento, no caminho da geração de emprego e renda, no caminho para que este País saia desse marasmo econômico e social em que nós estamos.

Portanto, peço a todas as bancadas, em especial à minha bancada do PSD, que aprovemos este projeto. Sei que há muitos Deputados da bancada ruralista que vão me apoiar, porque sabem da minha luta para ajudar esse setor que é imprescindível e que vem fazendo realmente a mudança no nosso País.

Vejo aqui muitos colegas, inclusive o Deputado Neucimar, que está aqui também. A nossos amigos todos estão aqui, peço a V.Exas. apoio para que possamos aprovar o projeto.

Mais uma vez, eu gostaria de deixar claro também que sou contra a PEC 32. Serei contra. Acho que não é correto neste momento, dessa forma, fazermos uma reforma administrativa que venha atacar cada vez mais o trabalhador brasileiro, o funcionário público brasileiro.



Muito obrigado, Sr. Presidente. Estas são as minhas declarações.

Documento 52/83

91.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 19:32

Publ.: DCD - 19/08/2021 - CELSO MALDANER-MDB -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável ao fim do foro privilegiado, à prisão de condenados em segunda instância e à inclusão do alto escalão dos servidores públicos no bojo da reforma administrativa. Apoio à luta contra a corrupção e pelo fim de privilégios no setor público.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, venho a esta tribuna manifestar a minha indignação com tantos casos de impunidade neste País. Fui um dos primeiros a assinar a emenda do Deputado Kim Kataguiri que visa colocar o alto escalão do serviço público na reforma administrativa. Na luta pelo combate à corrupção, defendo o fim do foro privilegiado e a prisão após condenação em segunda instância. Somente neste ano, já presenciamos pela segunda vez uma votação de cassação de mandato de Parlamentar.

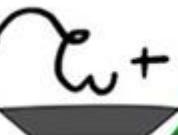
Ora, não podemos fazer do cargo público uma blindagem. Não podemos nos utilizar desses recursos para estar em situação favorecida, distanciando-nos cada vez mais do restante da população.

A luta por um País justo e transparente, com igualdade para todos, é um dever nosso. Trabalhar pelo fim da impunidade, pela aprovação da proposta de prisão após condenação em segunda instância e pelo fim do foro privilegiado é resgatar os princípios da democracia e da justiça. Nossa missão é combater a corrupção que assola a política brasileira.

Por fim, quero deixar claro que, apesar de estarmos praticamente concluindo este mandato, já que no ano que vem teremos eleições, e sabemos que em anos assim os trabalhos legislativos se atrasam, temos pouco tempo para fazer a diferença pelo País. Então quero deixar aqui o meu apoio ao fim dos privilégios.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 53/83



91.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 20:00

Publ.: DCD - 19/08/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Solidariedade aos servidores públicos.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Srs. Presidente, Srs. Parlamentares, eu volto a abordar a questão da PEC 32, que está causando uma enorme preocupação não só aos trabalhadores públicos, aos servidores públicos, que são servidores do povo e sabem da importância do seu trabalho na prestação dos serviços públicos, que são resposta aos direitos sociais da população brasileira. Essa PEC é mais um golpe do Governo Bolsonaro contra os serviços públicos e, diretamente, contra os servidores públicos.

Não há Estado sem serviços públicos. E não há Estado forte, democrático e justo sem um quadro de servidores à frente desses serviços, prestando diretamente à população aqueles serviços que correspondem aos seus direitos: direito à saúde, direito à educação, direito à assistência social, a saneamento básico, à habitação, a tudo aquilo que está no art. 6º da Constituição Federal - os direitos sociais -, além dos direitos humanos.

Portanto, essa PEC, que vem de cima para baixo, sem nenhuma discussão, nem com os servidores, nem muito menos com esta Casa, essa tal de reforma administrativa, nada tem de reforma, pois não tem o sentido de melhorar o desempenho do aparelho de Estado ou a relação entre os órgãos de governo e a sociedade civil. Uma verdadeira reforma administrativa teria que ser resultado de amplo debate com aqueles que serão diretamente atingidos pelo seu resultado, atingidos inclusive nas suas conquistas, nos seus direitos.

Os servidores públicos não são servidores de um determinado governo, são servidores do povo. Ser servidor público significa ser servidor do povo. Portanto, o compromisso deles é com a sociedade, é com a população, é com aqueles que, através dos servidores, recebem os serviços que lhes são de direito, que correspondem aos seus direitos humanos e sociais. Além disso, Sr. Presidente, o servidor público vem antes de qualquer governo, atua durante o governo e, após o governo, continua prestando serviços à sociedade. Portanto, o



que dá estabilidade ao Estado, como um dos pilares da estrutura do Estado Democrático de Direito, é esse quadro de servidores públicos.

É lamentável que as coisas se deem de forma muito autoritária, absolutamente insensível e que serve a um projeto que não foi pactuado com sociedade brasileira.

A sociedade brasileira quer uma Nação desenvolvida, justa; quer uma sociedade soberana; quer uma sociedade na qual a democracia seja exercida nas suas duas dimensões, sem as quais não podemos dizer que temos uma verdadeira, uma autêntica democracia: a democracia representativa e a democracia direta - não se exerce democracia direta no Brasil, por isso a nossa democracia, tão insuficiente e incipiente, está sempre submetida a riscos, como acontece no atual momento.

Portanto, Sr. Presidente, registro minha solidariedade aos servidores públicos e aos setores populares da sociedade brasileira.

Deixo o meu apelo a V.Exas.: atentem para a responsabilidade desta Casa com uma reforma colocada nesses termos, que é um malefício aos servidores e a toda a sociedade, inclusive aos demais trabalhadores e trabalhadoras do nosso País. Pensem bem na nossa responsabilidade. Seremos cobrados pela história, do ponto de vista de que esta Casa tem sido omissa, tem sido conivente, tem sido absolutamente passiva diante dos crimes, diante dos golpes que esse Governo tem cometido contra os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigada pela tolerância.

Documento 54/83

92.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 19/08/2021- 11:08
Publ.: DCD - 20/08/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.984, de 2021, sobre a denominação de Ponte Jaime Lerner da nova ponte de integração Brasil-Paraguai. Promoção do dia nacional de mobilização e luta contra a desestruturação do Estado brasileiro. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição



nº 32, de 2020, acerca da reforma administrativa.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta homenagem é justa. Jaime Lerner foi um profissional que conhecia como se organiza uma cidade, ganhou todos esses prêmios e ganha a imortalidade a partir do momento em que a ponte recebe seu nome. Trata-se de uma iniciativa que nós valorizamos e, portanto, nosso voto é favorável.

Eu quero aproveitar o momento para enfatizar o dia de ontem. Ontem foi o dia nacional de mobilização e de lutas contra o desmonte do Estado brasileiro, coisa que está pondo em risco os direitos do povo brasileiro. É bom lembrar que, na Constituição, o Estado brasileiro é colocado como o porto seguro da nossa gente, da nossa população. O Estado brasileiro, na Constituição, na nossa concepção, não é como o que está colocado para muitos como o porto seguro para os poderosos, não. Ele existe exatamente para cuidar das pessoas que mais precisam, porque os poderosos já têm suas benesses, têm o poder econômico, têm suas terras, seus aviões, seus bancos. O povo é que precisa ser protegido da sanha dos opressores e daqueles que exploram nossa gente.

Daí, a presença do Estado como porto seguro para garantir saúde, educação, política de moradia, direitos de todos.

Diante disso, nós estamos extremamente preocupados com PEC 32, já que esta desmonta a perspectiva de política para o Estado. A PEC 32 faz do Estado apenas um instrumento dos poderosos que querem engolir o que o Estado tem. Basta ver as privatizações, a entrega do pré-sal, zero para a saúde do nosso povo durante 20 anos com aquela "PEC da morte". São retiradas e retiradas de direitos, como aquela vergonha da reforma trabalhista, em que Deputados liam coisas que vinham direto da FIESP ou da Confederação Nacional da Indústria. O fato é que o papel do Estado brasileiro está ameaçado neste momento.

Por isso, nós somos contra a PEC 32 e nos colocamos em defesa dos servidores públicos e do serviço público, que não pode perder sua perenidade no atendimento ao povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 55/83

92.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021-
CD 12:56

Publ.: DCD - 20/08/2021 - KIM KATAGIRI-DEM -SP



CÂMARA
DEPUTADOS

DETAQ
Câmara dos Deputados

DOS ORDEM DO DIA

Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

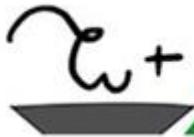
Trajetória política do orador. Retrocesso da agenda política, social e administrativa do Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio às propostas governamentais de reformas tributária e administrativa. Envolvimento do clã Bolsonaro em escândalos de corrupção. Decepção do povo brasileiro com a atuação do Presidente da República. Convocação dos trabalhadores e da sociedade em geral para as manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro, organizadas pelo Movimento Brasil Livre, em conjunto com o Vem Pra Rua, o Livres e outras organizações, no dia 12 de setembro de 2021.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu iniciei a minha vida de militância política em 2013, com um canal no Youtube. Meu primeiro tema foi o Programa Bolsa Família, um debate que tinha sido suscitado pelo meu professor de história em sala de aula.

Vendo as manifestações de 2013, eu comecei a perceber que os cidadãos podem ter um papel ativo na política de promoção da mudança da realidade política e histórica do País e fazer alguma diferença. Ainda que as manifestações de 2013 não tenham tido nenhum resultado prático, como um ganho de política pública ou uma grande vitória política, serviram para mostrar que gente comum pode ir para a rua, gente comum pode pautar a política brasileira, pode colocar medo, inclusive, na classe política, quando lota as ruas e quando demonstra sua vontade.

De lá para cá, vivi uma trajetória conturbada, por assim dizer, fazendo a caminhada de São Paulo para Brasília para protocolar o pedido de *impeachment* da Dilma, fazendo acampamento aqui em frente para cobrar de cada Parlamentar o seu voto. Fui atropelado, apanhei na rua, tomei processo, numa jornada longa, resguardando sempre o cuidado com a minha família diante de todos esses ataques, de todas essas ameaças.

E todo esse processo histórico das manifestações, infelizmente, culminou na eleição de Jair Bolsonaro. Jair Bolsonaro é alguém que nunca participou ativamente do processo de *impeachment*, nunca esteve nas reuniões que nós fazímos aqui ao lado, na Liderança do Democratas, sobre o comitê do *impeachment*, para estipular, para virar votos, para fazer efetivamente o *impeachment* acontecer. Nunca foi um sujeito muito ativo, nem nas manifestações. Nunca ajudou nenhuma organização. Só fazia campanha desde 2014. Em 2018, já estava em pré-campanha, logo que se reelegeu Deputado Federal. Mas acabou tomando os créditos por esse momento histórico, por esse movimento



histórico, por esse surgimento de uma nova Direita.

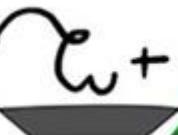
Hoje, esse sujeito, que havia prometido entregar, primeiro, reformas, liberalismo econômico, uma reforma tributária, uma reforma administrativa, privatizações, abandonou completamente essa agenda de reformas para adotar uma agenda de retrocessos - nós estamos andando de marcha a ré -, criando empresa estatal sem nenhuma justificativa razoável. Em vez de mandar uma reforma tributária para simplificar o Sistema Tributário, está criando novos tributos, tornando mais complexo o Sistema Tributário, mandando aumento de imposto no meio da crise, dizendo hoje, inclusive, que a gasolina está barata, quando o preço dela está num dos patamares mais altos que já atingiu.

Qualquer um que vá ao posto de gasolina e pague a própria conta, diferentemente do Presidente da República - acho que faz uns 30 anos que ele não paga a própria gasolina, sempre sendo Parlamentar e passando na cota -, vê a diferença, vê o custo real, de fato, na ponta.

Quanto à reforma administrativa, ele não teve coragem de enviar uma que incluísse o topo, a elite do funcionalismo público. Mandou uma reforma só para a base. Felizmente, nós estamos conseguindo mudar esse texto aqui na Câmara dos Deputados.

Quanto à agenda de combate à corrupção, nem se fala: o Presidente da República voltou completamente o canhão do Estado, o canhão da máquina pública, para proteger a si mesmo e aos próprios filhos dos escândalos de corrupção em que eles se envolveram, seja limitando delação premiada, seja sancionando o juiz de garantias, coisa que nenhum Governo petista tentou fazer. O Governo Bolsonaro conseguiu implementar e sancionar o juiz de garantias, por meio de uma emenda que, aliás, foi do PSOL. O Bolsonaro, que sempre se diz um grande combatente da Esquerda, sancionou um dos projetos mais importantes que partiram da Esquerda - no caso, um que partiu do PSOL. Aprovou a Lei de Abuso de Autoridade, uma bandeira histórica de Renan Calheiros no Senado, para perseguir policiais, promotores, juízes que combatem a corrupção. Tentou extinguir o COAF via medida provisória. Nomeou Augusto Aras para a Procuradoria-Geral da República. Nós não vemos nenhum político corrupto sendo investigado, sendo preso, sendo denunciado. A PGR praticamente não existe, encontra-se absolutamente inerte.

Muitas das pessoas que eu vejo, infelizmente, perdendo a esperança por causa dessa decepção, por terem depositado no Presidente da República a esperança de ver um país diferente, um país melhor, estão hoje completamente inertes. A rejeição do Presidente da República está no ápice, está batendo seu pico agora, mas as pessoas estão anestesiadas, estão com o sentimento de que não conseguem mais



mudar nada.

Por isso, eu pergunto para aqueles que estão nos ouvindo agora: vocês desistiram? Desistiram da vida de vocês, da família de vocês, dos amigos de vocês, dos valores em que vocês acreditam, que vocês defendem? Vocês desistiram de tentar fazer do Brasil um país desenvolvido? Vocês desistiram de tentar ter uma vida digna neste País? Vocês desistiram de tentar estudar, de tentar trabalhar, de tentar defender este País de uma minoria corrupta, patrimonialista, quadrilheira? Vocês desistiram, vão deixar o País ao léu?

Aqueles que ainda não desistiram, aqueles que ainda têm esperança de promover mudança, aqueles que ainda têm esperança de nós sairmos desta falsa polarização entre Lula e Bolsonaro, aqueles que ainda têm a crença de que nós podemos mudar os rumos da história do País, tomando as ruas e dando um recado definitivo para o Congresso Nacional, eu convoco para as manifestações que o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua, o Livres e outros movimentos estão organizando para o dia 12 de setembro. Se você ainda acredita que existe alguma esperança de o País sair deste caos, deste pandemônio em que nós fomos enfiados por um Presidente da República que traiu e destruiu a Direita brasileira, venha se encontrar conosco em 12 de setembro nas ruas.

Documento 56/83

92.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021-
CD 14:20

Publ.: DCD - 20/08/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Realização de manifestações no País contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Desestruturação do patrimônio público brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Repúdio a declarações dos Ministros da Educação e da Defesa. Queda de Ministro do Meio Ambiente envolvido em atos de corrupção. Imediata aprovação do impeachment do Presidente da República.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo tempos sombrios e, infelizmente, nestes tempos sombrios, dramáticos, há matérias que tramitam nesta Casa que podem aprofundar ainda mais a desigualdade que tem chegado à casa do povo brasileiro.



Ontem, o Brasil inteiro foi palco de atos para denunciar as consequências da possível aprovação da PEC 32, da chamada reforma administrativa, mas que é, na verdade, algo que não tem nada a ver com reforma. Trata-se da destruição do Estado brasileiro, da destruição dos direitos do povo brasileiro. Mas já estamos acostumados com um, infelizmente, Ministro da Economia que tem atacado os servidores públicos, dizendo que eles são o mal do País, quando, na verdade, são aqueles responsáveis por fornecer os serviços públicos para os brasileiros.

Tentam fazer uma polarização, Sr. Presidente, entre servidor público, supostamente privilegiado, e os demais trabalhadores do Brasil, que estão na informalidade, que estão com, de fato, a vida precarizada. Mas - vejam! - é o trabalhador de Uber, é o entregador de aplicativo, é o camelô que vai usar o serviço público, aliás, serviço público esse que tem os servidores públicos, a maior parte deles, ganhando até 3 mil reais. Privilegiados? Enfermeiras privilegiadas? Profissionais de enfermagem privilegiados, aliás, que estão à frente do enfrentamento à pandemia? E quem vai usar o SUS? É a trabalhadora doméstica, é o trabalhador informal, é o camelô. Quem vai usar a educação pública, a creche pública?

Então, os atos no Brasil todo refletem uma denúncia muito necessária de se fazer diante da possibilidade de aprovar o desmonte do Estado brasileiro, que já foi aprovado, infelizmente, já se iniciou a partir da reforma trabalhista e com o desmonte da Previdência pública - na semana passada, aprovamos a MP 1.045/21, infelizmente, que é uma reforma trabalhista para precarizar ainda mais a vida do trabalhador -, desmonte esse com a entrega do patrimônio público brasileiro para o setor privado, com a privatização da ELETROBRAS, com a privatização dos Correios. Mas eu não tenho nenhuma ilusão com esse Governo, um Governo que se elege, já desde o início, com características de destruição do Estado brasileiro.

Ser destruidor do Estado brasileiro não é privilégio do, infelizmente, Presidente Bolsonaro. Os seus Ministros, toda hora, também demonstram odiar o povo. O Presidente tem como Ministro da Educação um homem que tem a coragem de dizer que pessoas com deficiência atrapalham outros estudantes na escola, atacando a inclusão com capacitismo vergonhoso. O Presidente teve um Ministro, que agora caiu, do Meio Ambiente acusado por crimes ambientais.

O Presidente tem um Ministro da Defesa - um Ministro da Defesa - que tem a cara de pau, a falta de vergonha na cara de dizer que ditadura civil, empresarial e militar não existiu diante de um Brasil que ainda não fez justiça e reparação para os desaparecidos da ditadura, para os mortos, para os familiares que não sabem onde estão os corpos dos

assassinados do regime autoritário brasileiro.

Bolsonaro tem nas mãos o sangue de quem tira direitos do trabalhador; o sangue de quem tem saudades da ditadura, que matou e torturou; o sangue da natureza, que está sendo degradada e destruída, da Amazônia, que está queimando; o sangue do desfinanciamento das escolas, do capacitismo, do preconceito, da violência, que é defender uma educação pública segregadora. Mas resistimos!

Ele tem também a maior rejeição desde o início do seu Governo, porque o povo está se levantando. Eu não quero esperar 2022. É *impeachment* já! O povo não aguenta mais ser escutado pelo Presidente da República e pela sua base nesta Casa. Não aceitaremos este desmonte. O povo está indo às ruas. E as ruas, não tenho dúvida, vão derrubar o Presidente genocida e seus Ministros, que seguem o mesmo caminho.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 57/83

92.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021-
CD 15:52
Publ.: DCD - 20/08/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

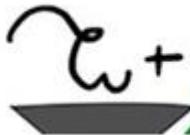
Contrariedade à votação do Projeto de Lei nº 5.391, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.671, de 2008, com vista à reclusão, em estabelecimentos penais federais de segurança máxima, de presidiário provisório ou condenado pela prática do crime de homicídio qualificado, previsto no inciso VII, § 2º, art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal); bem como a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), para aplicação do regime disciplinar diferenciado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - É impressionante como há fascista disfarçado de liberal. Estamos tentando fazer o debate técnico e correto aqui, aí vêm e baixam o nível do debate.

Mas vamos lá.

Há alternativas. Já falei várias aqui e queria citar mais três.

O PL 6.355, do Deputado David Miranda, Sr. Presidente, inclui no



Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública um recorte voltado para suicídio, para a saúde mental dos policiais. O PL 796, do Deputado Marcelo Freixo, institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência às vítimas de violência, incluído o agente de segurança pública. O PL 797, também do Deputado Marcelo Freixo, institui diretrizes de segurança e saúde no trabalho dos profissionais de segurança pública.

Se puder, peço a V.Exa. que agregue o minuto da orientação da Oposição, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pois não.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - É importante que se reforce que não é, Sr. Presidente, o dia a dia do policial, do seu exercício profissional, que mais vitima os agentes. Há um enorme número de suicídio de policiais, Sr. Presidente.

Há um esculacho que o Presidente Bolsonaro e muitos liberais aqui dentro fazem com os servidores públicos, inclusive com profissionais de segurança pública, dificultando sua aposentadoria, como o desmonte da Previdência, tentando atacar a sua carreira com a reforma administrativa, não instituindo um plano de cargos e salários razoável, que dê dignidade para o profissional de segurança pública. Quem defende polícia aqui?

O policial, que recebe mal, vai fazer bico, vai ser segurança de boate. O bico se relaciona à milícia. O bico torna esse agente mais vulnerável. Então, é falsa a polarização de quem defende e de quem não defende policial aqui. Vamos falar de quem defende policial? É quem defende servidor público, é quem quer carreira com dignidade e salário para policial, é quem quer que ele se aposente, é quem quer que ele tenha a sua saúde mental valorizada, para seguir vivo, prestando serviços à sociedade.

Vamos parar, então, de populismo penal e de "caô", porque vocês estão atacando os profissionais de segurança pública em vários projetos!

Documento 58/83

92.2021

Sessão Extraordinária - CD Deliberativa 19/08/2021-16:00

Publ.: DCD
20/08/2021 -

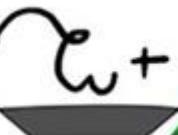
TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO
VOTAÇÃO
DISCURSO

DE



Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 5.391, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.671, de 2008, com vista à reclusão, em estabelecimentos penais federais de segurança máxima, de presidiário provisório ou condenado pela prática do crime de homicídio qualificado, previsto no inciso VII, § 2º, art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal); bem como a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), para aplicação do regime disciplinar diferenciado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos aqui fazendo um debate que, infelizmente, não vai ter consequências efetivas para o enfrentamento da vitimização dos policiais. É um falso debate.

Recordo-me de que, em 2015, nesta mesma Casa, foi feito um debate sobre a situação da vitimização dos policiais, que levou à inclusão desse tipo de crime no rol de crimes hediondos. Na época, nós do campo da Esquerda trouxemos a importância de também ser feito o debate dos autos de resistência e propusemos que fosse discutido de pacote: "*Bom, também precisamos responsabilizar o Estado executando, em especial os jovens negros de favela*". Mas, infelizmente, isso não foi acatado. Então, este é um debate que já vem sendo feito há muito tempo.

Independentemente da minha opinião sobre transformar um crime em crime hediondo, eu acho que a lógica do Estado penal, como está organizada, não tem servido para enfrentar o que é a situação da violência no Brasil. Nós estamos, infelizmente, enxugando sangue. Cria-se tipo penal, aumenta-se pena, encarcera-se, e, infelizmente, isso não tem sido efetivo nem para a vida dos policiais, nem para a vida de quem não é policial, para a vida de negros de favela e periferia, pobres.

Hoje estamos dando mais um passo irresponsável, porque não há estudo de impacto do que se está propondo aqui. A possibilidade de colapsar o sistema federal, os presídios federais -- que são cinco hoje -- é efetiva. Já falei isso aqui em muitos momentos.

E mais: se queremos defender os policiais -- e queremos --, temos que pensar as condições de trabalho dos policiais, temos que pensar em investimento em inteligência, e não colocar policial lá na ponta, ganhando mal, para efetivar um modelo de segurança pública que não funciona. Muitos deles têm origem popular inclusive, cujo salário não dá para levar comida para a mesa da sua família, e têm que fazer bico. Nesse bico muitas vezes ele é vitimado.

Deveríamos estar aqui investindo nas carreiras, no plano de carreira dos profissionais, garantindo a aposentadoria, e não desmontando a previdência pública dos profissionais da segurança pública, não detonando esses profissionais com a PEC 32, da reforma administrativa, Sr. Presidente. Nós tínhamos que estar aqui pensando na saúde mental dos agentes de segurança pública. Há uma série de projetos de lei que caminham nesse sentido.

Então, infelizmente, "não". Estamos dando um passo que é uma falsa resposta, pautada por uma lógica do populismo penal, e não há nenhum estudo de impacto. Portanto, o PSOL orienta "não" a esta matéria, Sr. Presidente.

Documento 59/83

92.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021-
CD 16:12
Publ.: DCD - 20/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra a não realização de estudo a respeito da viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 5.391, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.671, de 2008, com vista à reclusão, em estabelecimentos penais federais de segurança máxima, de presidiário provisório ou condenado pela prática do crime de homicídio qualificado, previsto no inciso VII, § 2º, art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal); bem como a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), para aplicação do regime disciplinar diferenciado. Sugestão ao Deputado Marcel van Hattem para votação contra a proposta governamental de reforma administrativa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colocamos aqui que precisaria haver um estudo de viabilidade técnica, que não foi apresentado. A única coisa que apresentaram foi a seguinte: há vagas. Bom, se há vagas nos presídios federais, então vamos preenchê-las com critério. Na verdade, não se leva em consideração o alto grau de periculosidade de chefes de facções criminosas, que têm que ser combatidas no Brasil. É disso que se trata. O projeto não apresenta isso. Portanto, ele é falho.

Gostei muito quando o Deputado Marcel van Hattem fez a referência ao humano. Os policiais precisam de tratamento humano, precisam de proteção total da saúde mental.

Quero fazer um convite ao Deputado que falou do humano: que vote

junto conosco, para não aprovar a reforma administrativa, porque ela é desumana. A reforma da Previdência também, porque faz com que não possam mais se aposentar. É disso que o policial também precisa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 60/83

92.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021-
CD 16:16
Publ.: DCD - 20/08/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio do partido Novo à realização de reforma administrativa com ênfase na modernização do serviço público, e à concessão de remuneração digna às forças policiais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO, Sr. Presidente, inclusive por apoiar uma reforma administrativa que modernize o setor público, é a favor de bons planos de carreira. E é também favorável a uma remuneração digna das forças policiais. Aliás, sempre defendi isso.

Não adianta, porém, Sr. Presidente, fazer essa defesa com um policial que está morto ou quando a família do policial chora essa perda e ainda é ameaçada pelos bandidos que mataram esse policial, os quais poderiam ser recolhidos a um presídio de segurança máxima. Hoje, sequer há essa possibilidade.

Por isso, o que nós estamos fazendo aqui, Sr. Presidente, é garantir que haja essa possibilidade, honrando a vida perdida de policiais e também os familiares que choram essas perdas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 61/83

68.2021.B Sessão Outro Evento 19/08/2021-09:12
Publ.: DCD - 20/08/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA
CÂMARA DOS BREVES BREVES

Sumário

Saudações aos participantes em mobilização contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Contrariedade à privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sra. Presidente. É um prazer revê-la presidir a Mesa! Quero desculpar-me por eu ter falado antecipadamente, mas meu computador registrou o pedido de liberação do som.

Eu gostaria de saudar os Deputados e as Deputadas, aqueles que estão à frente dos meios de comunicação da Casa, os brasileiros e as brasileiras que nos acompanham por meio deles, e registrar, mais uma vez, nossa saudação a todos aqueles que ontem foram às ruas de todo o Brasil para dizerem não à PEC 32, a chamada PEC da malfadada Reforma Administrativa, inexistente.

Essas pessoas foram às ruas para enfrentar uma mentira que vem sendo construída no Brasil há muito tempo, a mentira que prega a ineficiência dos serviços públicos brasileiros. Como um país de dimensões continentais, com regiões distantesumas das outras, pode levar os serviços de educação, de saúde, de assistência social e de Justiça a todos senão por meio do poder público?

O Brasil tem cerca de 5% de servidores públicos, quando a OCDE considera fundamental a existência de, pelo menos, 10%, como acontece no Canadá, na Alemanha, na Espanha, em Portugal. Cabe lembrar que nenhum desses países é comunista, como muitas vezes os liberais e a extrema-direita tentam acusar.

O que seria do Brasil sem o Banco do Brasil, sem a Caixa Econômica, sem a PETROBRAS, sem a ELETROBRAS, sem os Correios? Todos agora estão a caminho da privatização, por sua eficiência, não por ineficiência, eficiência que atrai o capital privado e o desejo de controlá-lo.

O povo brasileiro precisa do serviço público. Estão aí para provar nossa necessidade não apenas o SUS, mas também as universidades, os Institutos Federais de Educação e a escola pública, municipal, estadual e federal, que é responsável pela formação de 80% dos brasileiros deste País. No nível federal, aquilo que nós votarmos servirá



de referência para Estados e Municípios.

Portanto, nós temos que dizer não à precarização do servidor público, não à precarização da mão de obra e do serviço público. Temos que dizer não à fragilização do serviço público com a PEC 32/20.

Dizem que a Câmara não é criativa ou não dá solução aos problemas da PEC. Não é por falta de criatividade que os serviços públicos não avançam. Os serviços públicos não avançam por falta de investimentos, haja vista que têm investido de modo a impedir que os serviços públicos cresçam. Quando um servidor morre ou por alguma razão sai do serviço público, não se tem a substituição dele por meio de concurso público. Com isso, ocorre a precarização e a terceirização permanente da mão de obra do servidor.

Não à PEC 32/20 e sim ao serviço público de qualidade no Brasil!

Documento 62/83

68.2021.B	Sessão Outro Evento	19/08/2021-10:28
Publ.: DCD - 20/08/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente Rosangela Gomes.

Colegas Deputadas e Deputados, a PEC 32 tem um vício fortíssimo de origem. Ela não é uma reforma administrativa, é uma reforma do Estado dentro de uma perspectiva extremamente neoliberal. Parece que o Paulo Guedes estudou apenas os manuais de economia dos séculos XVIII e XIX. Parece nortear o projeto a ideia do "*Deixai fazer, deixai passar, o mundo caminha sozinho*", a ideia de que o mercado resolve tudo.

O art. 173, Sra. Presidente, retira do Estado a capacidade de fazer política de desenvolvimento econômico. Isso é uma insanidade num País com tantas desigualdades sociais, onde há desde microempreendedores praticamente miseráveis até empresas gigantescas, o que, portanto, demanda atuações diferenciadas do Estado; num País em que existem enormes desigualdades regionais,



que também demandam políticas diferenciadas de desenvolvimento econômico e social.

Além disso, norteia a reforma a ideia de que o serviço público é um problema, é um peso, e a iniciativa privada é a solução. É óbvio que existem problemas e distorções no serviço público, que precisam ser enfrentados. Precisa-se investir fortemente na melhoria da gestão do serviço público.

O serviço público é essencial para enormes segmentos da nossa sociedade, para a maioria da população. Imaginemos nós o que estaria acontecendo se não tivéssemos o serviço público de saúde, o Sistema Único de Saúde neste momento, em que o País vive a pandemia da COVID-19, de enormes dimensões, que já ruma para 600 mil vítimas. Seria um caos completo se dependêssemos apenas dos hospitais particulares. Precisamos dos dois. Precisamos, sobretudo, de um SUS extremamente fortalecido.

Então, precisamos de uma reforma administrativa que vá direto ao coração do problema. O foco tem que ser fortalecer o serviço público, não para conceder privilégios a servidores, mas para melhorar a sua capacidade de prestar serviços à sociedade em todas as áreas em que ela necessita de um serviço público atuante, como na educação, na pesquisa, na saúde, na segurança, na cultura.

Enfim, o serviço público é essencial a uma sociedade como a brasileira, e é muito importante também a iniciativa privada. O papel do Estado é descobrir o meio termo entre os dois e fazer as decisões corretas para que a sociedade, no final das contas, saia ganhando, por ter um serviço público atuante e por ter uma iniciativa privada que atua na forma da lei.

Peço que este pronunciamento seja incorporado aos órgãos de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 63/83

68.2021.B

Sessão Outro Evento

19/08/2021-10:36

Publ.: DCD - 20/08/2021 - CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transposição de servidores públicos do ex-Território Federal de Rondônia para



o quadro em extinção da União. Inadmissibilidade de retirada de direitos do funcionalismo rondoniense no processo de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, sou grato por essa oportunidade de falar diretamente ao meu povo de Rondônia. Quanta alegria e honra eu sinto por usar o plenário desta Casa do Povo para falar com os rondonienses.

Hoje, dois temas quero trazer aqui para informar Rondônia. O primeiro deles é sobre a transposição dos nossos servidores do ex-Território de Rondônia; o outro assunto é sobre a reforma administrativa.

Vamos ao primeiro.

Os servidores do ex-Território de Rondônia ajudaram a construir o Estado de Rondônia, batalharam, lutaram para deixar o nosso Estado nesse patamar elevado que vai melhorar muito mais. Tudo fruto do trabalho desses servidores do ex-Território de Rondônia.

Tenham certeza de que eu vou continuar lutando ao lado de vocês. Essa transposição é importantíssima. É tanto que, na reunião com o Presidente da República e o Ministro da Economia, ficou acertado algo muito importante para todos nós, Parlamentares de Rondônia. Não haverá mais a necessidade de autenticação de documentos para que sejam enviados para o Governo Federal. Não, o próprio Governo do Estado deverá enviar a documentação direta para o Governo Federal sem a necessidade de os servidores a autenticarem. Uma grande vitória para todos.

Também foi já foi retirado o Presidente da Comissão, o Presidente que não atendia os rondonienses, o Presidente da Comissão da Transposição. Graças a Deus! E olha, gente, até 2022, certamente isso será resolvido, se Deus quiser!

Quanto à reforma administrativa, eu tenho certeza de que votarei ao lado dos servidores do Estado de Rondônia. Não me furtarei a apoiar as senhoras e senhores desse Estado, que trabalham nas questões públicas. Os servidores do Estado de Rondônia contarão com este Parlamentar para mantê-los no patamar que os senhores estão. Não tenham dúvida disso.

Inclusive, informei ontem o Presidente da Casa, o nosso Presidente Arthur Lira, como deverei votar na reforma administrativa: ao lado dos servidores do Estado de Rondônia.



Presidente, solicito a V.Exa. que faça constar esse registro tanto no programa *A Voz do Brasil* como nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado por esta oportunidade.

Documento 64/83

93.2021	Sessão Comissão Geral	23/08/2021-13:00
Publ.: DCD - 24/08/2021 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Transcurso do 20º aniversário da Comissão de Legislação Participativa. Importância da atuação do órgão em defesa da democracia participativa. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Muito obrigado, Presidente Waldenor. Quero saudar V.Exa., em nome de todos os Parlamentares da Comissão.

Também quero saudar todos os ex-Presidentes, na pessoa da grande companheira Deputada Luiza Erundina.

É fundamental nós podermos hoje fazer este grande debate sobre os 20 anos da CPL, sobre a história de luta do povo brasileiro, sobre a história de luta do Parlamento democrático popular.

Nós e grande parte dos Parlamentares dos partidos de esquerda, da Oposição, que fazemos mandato comprometido com o nosso povo brasileiro, neste dia de comemoração dos 20 anos da CLP, queremos homenagear aqueles que nos inspiram a ajudar a fazer legislação mais participativa, mais popular, baseada em iniciativas populares: os povos indígenas, os povos quilombolas, os sem-terra, os sem-teto, todos os movimentos populares e sindicais.

Encerramos há pouco uma audiência pública, um seminário sobre a PEC 32. E nós ouvimos do movimento sindical e da classe trabalhadora o quanto é danoso, o quanto é triste termos um Governo que governa de costas para o povo, sempre atacando os direitos do povo trabalhador, os direitos da nossa população servidora pública, de todas as esferas. É isso que ele faz com a PEC 32, que é uma antirreforma contra o povo trabalhador e os servidores.



Presidente Waldenor Pereira, desejo que os 20 anos da CLP possam garantir que esta Comissão continue sendo presidida por homens e mulheres da altura desta Presidência que neste momento a conduz. E que todos os Parlamentares façam do Parlamento um espaço de voz, um espaço de debate, um espaço de luta em defesa da democracia.

Aliás, a democracia, nesses 20 anos de presença desta Comissão no Parlamento, talvez nunca tenha estado tão ameaçada como está agora. Por isso, nós precisamos de voz alta, de presença firme e de muito compromisso com a nossa Constituição, com a democracia, com as iniciativas populares e com a construção de uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e fraterna.

A todas as entidades e a todos os convidados que estiveram aqui, nesta audiência, meus parabéns, minha saudação. E, na pessoa do Presidente Waldenor, saudamos todos os Deputados.

Desejamos ao povo brasileiro muita firmeza, muita força e muita energia positiva, para vencermos este período e reiniciarmos, num bem próximo tempo, um novo momento histórico para este País, para os direitos humanos e para a participação popular.

Muito obrigado, Deputado Waldenor.

Parabéns a todos que estão participando, nesta semana, da comemoração da nossa querida CLP.

Documento 65/83

93.2021	Sessão Comissão Geral	23/08/2021-13:08
Publ.: DCD - 24/08/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Homenagem à Comissão de Legislação Participativa. Importância da atuação do órgão em defesa da democracia participativa. Repúdio à proposta governamental de reforma administrativa. Solicitação ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Muito obrigado, Deputado Waldenor Pereira.

Inicialmente, quero parabenizá-lo pela Presidência da Comissão de



Legislação Participativa, que tem desempenhado a sua função com muita competência e combatividade. Também quero agradecer os momentos em que pude, junto com V.Exa., já agora na sua Presidência, fazer as defesas das legislações populares e reivindicações do povo que sempre enviamos, bem como agradecer o fato de sermos atendidos por V.Exa. aí na Comissão.

Na área de mineração, por exemplo, faço muitos debates denunciando as mineradoras e os prejuízos ao povo. A mineração atinge a população, coloca indivíduos na condição de atingidos por barragem, e eu recorro a V.Exa. e à Comissão para socorrerem também essas pessoas, que às vezes são sufocadas pelo desenvolvimento do capital, sem que seja levado em consideração o seu dia a dia.

Então, esta Comissão atende as pessoas nas suas necessidades diárias.

Quero cumprimentar também a Deputada Luiza Erundina, que inaugurou esta Comissão e foi Presidenta dela. A CLP para nós é muito importante, Deputada Erundina, é um legado muito importante que fica para a Câmara. Nós recorremos, repito, sempre que necessário, à Comissão.

Deputado Waldenor, como os tempos são difíceis, esta Comissão fica ainda mais necessária. Vemos um Presidente da República que quer voltar ao voto impresso, que quer voltar a reprimir os movimentos sociais. Recentemente, o Presidente fez uma portaria - o seu Governo fez isso, não foi nem ele - para inibir, dificultar o direito constitucional de greve dos servidores públicos. Então, penso que nós necessitamos ainda mais desta Comissão de Legislação Participativa, para também dar voz aos que são atingidos pelo arbítrio deste Governo. Como o processo de *impeachment*, infelizmente, não caminha na Casa - aliás, uma reivindicação que nós fazemos ao Presidente Arthur Lira é que ele possa colocar o *impeachment* em debate, porque corremos o risco de esse Presidente da República autoritário cultivar ovos golpistas, ovos de serpente, que é, infelizmente, o que ele faz -, nós vemos a necessidade de a Comissão de Legislação Participativa atuar.

Faço eco também ao que disse o Deputado João Daniel em relação à tal "reforma administrativa". Querem agora acabar com a prestação do serviço público, o que vai atingir não apenas os servidores, mas também o conjunto do povo brasileiro, que precisa de serviço público.

Por isso, Deputado Waldenor, nós precisamos da nossa Comissão de Legislação Participativa - eu digo "nossa" porque ela é do povo - e também da sua atuação aí na Presidência.

Parabéns! Estamos juntos, sempre na luta! Um grande abraço!

Documento 66/83

69.2021.B Sessão Outro Evento 24/08/2021-14:28
Publ.: DCD - 25/08/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ameaça da promoção de golpe de Estado pelo Presidente Jair Bolsonaro. Afronta do Presidente da República ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal. Repúdio aos arroubos antidemocráticos do Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de abertura, pelo Presidente da Casa, de processo de impeachment contra o Chefe da Nação. Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros pela Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinsersão no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Posicionamento contrário à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Contrariedade à votação de pauta antipopular pela Câmara dos Deputados. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vou na mesma toada do Deputado Leo de Brito. S.Exa. tem toda a razão. Nós vivemos agora sob a pressão antidemocrática do Presidente Jair Bolsonaro e do golpismo que ele apregoa a cada dia com mais virulência no Brasil.

Recentemente, os ataques eram ao Tribunal Superior Eleitoral. Sem nenhuma prova, ele dizia que o voto seria fraudado se não fosse impresso, voto de papel, algo arcaico. Lembrei-me de que, quando era Deputado Estadual, 20 anos atrás, fizemos na Assembleia Legislativa um debate sobre o voto em urna eletrônica, a garantia que ele nos dá e a segurança - isso há 20 anos, repito. O Presidente, agora, para afrontar o Tribunal Superior Eleitoral - na verdade, o sistema democrático -, começou a atacar o voto, como se o voto não tivesse que ser respeitado. Esse era o recado do Presidente da República.

Agora, ele mirou os seus canhões antidemocráticos para o Supremo Tribunal Federal e pede o *impeachment* de Ministros que estão



cumprindo com o próprio dever, inclusive para ver quais são aqueles que apregoam golpes e o processo antidemocrático no Brasil. Para impedir que sejam investigados ele e os filhos, ameaça o Supremo Tribunal Federal. É a bola da vez. Mas não tenham dúvida de que, depois disso, a bola da vez será o Congresso Nacional. Foi assim na ditadura, quando chegaram a fechar o Congresso Nacional.

Por enquanto, ele está de bem com o que ele chama de Centrão. Inclusive, não vetou o orçamento paralelo - são 16,5 bilhões de reais. Estranho, anunciou o veto e não o fez. Mas, depois, Deputado Zeca Dirceu, ele também virá para cima do Congresso Nacional.

Os arroubos antidemocráticos de Bolsonaro são conhecidos pelo Brasil há muito tempo, desde que, da tribuna, enalteceu Ustra, um torturador. Quem faz isso é capaz de tudo, do ponto de vista de romper com a democracia.

Eu estranho o silêncio desta Casa, eu estranho o silêncio da Presidência desta Casa, que tinha que ser enfática. Um recado precisa ser dado ao Presidente da República. Atos antidemocráticos ferem a Constituição e têm que ser punidos com o *impeachment*. Nada menos do que isto merece o Presidente Jair Bolsonaro: a abertura de um dos mais de 150 pedidos de *impeachment*. Ao invés disso, o que a Câmara dos Deputados acena, Presidente, é dizer que as coisas estão na normalidade. Mentira, não estão na normalidade. Os trabalhadores vão perdendo direitos, em nome da normalidade, como na MP 1.045, da escravidão, e agora o Presidente anuncia que tem pressa na reforma administrativa, que vai cortar o serviço público brasileiro e sua prestação na educação e na saúde.

Nesse sentido, é preciso dizer que nós não podemos manter uma pauta antipopular, cortando direitos dos trabalhadores, colocando-nos para o mercado como fiadores do conservadorismo e da retirada de direitos em reuniões com banqueiros e com a XP, e deixando que a pauta carregue contra os trabalhadores e o povo, enquanto o Presidente faz chantagem antidemocrática.

"Fora, Bolsonaro" é a palavra de ordem que deveria estar presente no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Documento 67/83

69.2021.B

Sessão Outro Evento

24/08/2021-15:52

Publ.: DCD - 25/08/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES

Sumário

Realização pela Câmara Municipal de Aracaju, Estado de Sergipe, de audiência pública para discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Alerta à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal sobre as ameaças do Presidente da República às instituições democráticas. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Solidariedade ao Supremo Tribunal Federal e aos Ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, diante do tratamento grosseiro e arbitrário do Presidente da República.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer dois registros para esta Casa e para o programa *A Voz do Brasil*.

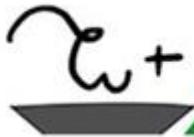
Primeiro, quero dizer que fizemos com muito carinho uma bela audiência pública, ontem, sobre a PEC 32/20, com a presença do sindicato dos trabalhadores da área da saúde, o SINDIPREV, representado pelo Presidente Joaquim, grande liderança; com a presença do sindicato dos educadores e educadoras de Sergipe, representado pela Presidenta Ivonete; com a presença da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado de Sergipe, representado pela Presidenta Itanamara; e com a presença do Deputado Estadual Iran Barbosa e da Vereadora Professora Ângela Melo, da Câmara Municipal de Aracaju.

Pudemos ali debater e ouvir a sociedade. Mais uma vez, fazemos um alerta: a PEC 32/20 é um ataque aos serviços e aos servidores públicos de todo o Brasil. Ela não quer fazer reforma. Ela é a antirreforma, é a destruição dos serviços públicos brasileiros.

O Paulo Guedes e o Bolsonaro querem colocar os serviços públicos a serviço da iniciativa privada, querem repassar recursos federais à iniciativa privada para desestruturar as carreiras, quebrar a estabilidade dos servidores e transformar os serviços públicos nos velhos esquemas de indicação dos coronéis da velha política brasileira.

Peço que o registro que acabo de fazer seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Também quero registrar, rapidamente, que nós estamos preocupados com a conjuntura do momento nacional. É preciso que a Câmara e o Senado olhem com carinho o papel que o Presidente Bolsonaro vem fazendo de ameaça às instituições. É preciso, Deputado Fontana, Deputado Israel Batista e Presidente, que o Deputado Arthur Lira, o Presidente da nossa Casa, coloque em pauta algum dos processos



de *impeachment* contra o Presidente Bolsonaro.

Quero me solidarizar com o Supremo Tribunal Federal, com o Ministro Alexandre de Moraes e com o Ministro Luís Roberto Barroso pela forma grosseira e arbitrária como o Presidente Bolsonaro tem tratado as instituições democráticas, em especial o Supremo Tribunal. Reafirmo minha solidariedade e meu compromisso com as instituições democráticas e a democracia.

Sr. Presidente, peço que esses dois temas sejam divulgados pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 68/83

94.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/08/2021- CD	17:28
Publ.: DCD - 25/08/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.228, de 2020, a respeito do levantamento e divulgação da demanda por vagas na educação infantil de crianças de zero a três anos de idade. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, eu quero apoiar integralmente a fala da Deputada Professora Rosa Neide na defesa que faz da matéria.

Entretanto, não posso deixar de registrar, neste momento, a apreensão que vive o Brasil com o índice de desemprego e com os problemas relacionados à violência que se anuncia para o dia 7 de setembro. Vou usar este tempo apenas para dizer que os movimentos sociais estarão de cabeça erguida, com suas bandeiras, com suas faixas, com suas reivindicações, mas desviaráo a rota de qualquer um que queira constituir conflito ou confronto.

O Brasil, como já foi dito, precisa de mais trabalho e menos confusão. O Brasil precisa de desenvolvimento, de projeto. O que se discute agora, no Plenário 2, é o desmonte do Estado nacional com a reforma administrativa que vem preconizada na PEC 32. Essa PEC não oferece

nada de novo à sociedade brasileira. Ela não oferece nenhuma reforma, nenhum tipo de perspectiva de aumentar os serviços, as políticas públicas e a educação como estrutura pública para o povo. Ela prejudica o concurso público e a perspectiva de carreira, além de oferecer muito menos à sociedade e aos que mais precisam. A "voucherização" é um objetivo de Paulo Guedes, mas não podemos aceitar que o cidadão receba um *ticket* e que esse dinheiro custeie uma creche, um custo numa escola, quando, na verdade, o setor público está sendo desmontado.

Portanto, utilizo este tempo para dizer "não" à reforma administrativa.

Milhares de servidores estão se comunicando com os Srs. Deputados, e eu peço: deem ouvidos a eles. De fato, esse texto da PEC 32 desconstrói o Brasil e nos coloca, infelizmente, no rodapé da história em relação aos demais países do mundo. Neste momento, queremos mais vacina, mais trabalho e mais Estado.

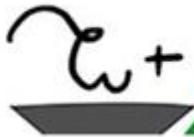
Obrigada, Presidente.

Documento 69/83

Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/08/2021-
94.2021 CD 19:24
Publ.: DCD - 25/08/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Prioridade de Parlamentares na incitação à instabilidade política, na geração de intrigas e divergências, em detrimento da busca de soluções para a grave crise socioeconômica instalada no Brasil. Estagnação da economia brasileira. Necessidade da criação de projetos destinados à reativação do desenvolvimento econômico do País. Prejuízos causados por intempéries climáticas à agricultura do Estado do Paraná. Defesa de reunião de representantes do setor agrícola com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, destinada ao debate de alternativas para os agricultores paranaenses. Reflexos dos constantes reajustes nos combustíveis sobre o setor de logística, e nos preços de alimentos e do gás de cozinha. Existência de 14 milhões de desempregados no País. Necessidade de apresentação pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de projetos de desenvolvimento econômico para a geração de emprego e renda no País. Votação pelo Congresso Nacional de relevantes projetos destinados ao combate à Covid-19 e seus efeitos. Realização da reforma previdenciária. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.



Defesa de realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR) Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho acompanhado alguns movimentos nesta Casa e tenho ficado muito preocupado com a ação de diversos colegas que, em vez de buscarem soluções para os problemas, procuram incitar a instabilidade, a confusão, as brigas. Isso não beneficia o nosso País, não traz soluções para os problemas. A função principal do Legislativo é buscar consensos, é buscar estabilidade, é buscar soluções, e não promover intrigas e divisões.

Nossa economia está patinando desde 2015. Desde 2015 a nossa economia não cresce. Tínhamos expectativas com a pleito de 2018 e a eleição de novos Governadores e Presidente, depois de tantas intrigas, confusões, instabilidades e saída de Presidente por *impeachment*. Infelizmente, o ano de 2019 ainda foi de frustração. Em 2020 veio a pandemia. Estamos em 2021, ainda combatendo a pandemia e seus efeitos. Precisamos de projetos para reativar a nossa economia, para fazer o nosso País crescer, gerar emprego, gerar renda, mas estamos percebendo um conflito que não traz benefícios para a nossa população.

Temos ainda contratemplos na nossa agricultura. Percorri recentemente o interior do Estado do Paraná, onde as lavouras já vinham sofrendo com a estiagem prolongada, e então vieram as fortes geadas. Das lavouras de milho da segunda safra no Paraná, por exemplo, mais de 50% estão perdidas, primeiro por conta da estiagem e, depois, por conta das fortes geadas. As pastagens foram devastadas. Até o trigo, que é uma lavoura de inverno, vai ter uma perda de 20% a 30%, segundo dados da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. E ainda há o perigo das queimadas.

Os agricultores estavam se preparando para colher e para fazer agora a plantação. Tenho defendido, na Comissão de Agricultura, da qual faço parte, que devemos procurar a Ministra Tereza Cristina para buscarmos uma alternativa para os nossos agricultores, um refinanciamento, e um socorro principalmente para os agricultores familiares, que tiveram enorme prejuízo e dificilmente vão ter condições para preparar a nova safra. E isso acontece não só no Estado do Paraná, mas também em toda a Região Sul e até em parte do Sudeste. Esses, sim, são problemas que necessitam de soluções. Acredito que a Ministra Tereza Cristina vai nos ajudar a encontrar uma boa alternativa.

Então, Sr. Presidente, a nossa população está sofrendo. Temos dificuldades para reativar a nossa economia. O preço alto dos combustíveis está encarecendo o preço dos transportes, do arroz, do



gás de cozinha. Temos 14 milhões de desempregados. Esses, sim, são problemas aos quais precisamos nos dedicar e nos esforçar para buscar soluções conjuntas. Essa é a principal função do Legislativo.

Vejo aqui Deputados discursando, brigando com esse, com aquele, brigando com Ministro, com Presidente, com Governador, sendo contra isso, contra aquilo, contra a urna, enfim. O debate faz parte da nossa atividade, mas a população quer soluções para a pandemia, porque ela está com medo. Ela quer a recuperação da economia, a geração de empregos. Nós precisamos de projetos de desenvolvimento. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, precisa apresentar ao Brasil projetos de desenvolvimento para gerar emprego e renda.

O Congresso tem feito a sua parte, tem votado importantes projetos aqui, projetos para combater a pandemia, para combater os efeitos da pandemia e outros projetos importantes, segundo o Ministro da Economia, como o da reforma da Previdência, o da autonomia do Banco Central, o da privatização da ELETROBRAS, o da privatização dos Correios. Nós temos dado as ferramentas para que o Ministro possa fazer a nossa economia prosperar e estamos dispostos a votar quantos projetos forem necessários, como o da reforma tributária, tão importante. Mas o Ministro Paulo Guedes tem que chamar os Governadores para conversar, tem que se reunir com eles, porque temos que chegar a um norte sobre as reformas, porque o próprio Ministério da Economia não tem claro que reforma administrativa seria a ideal para o Brasil neste momento. E não é só o Ministério da Economia que vai ter a solução.

Temos que ter uma solução conjunta, ouvindo especialistas, trazendo os Governadores para uma conversa, reunindo os Líderes, para encontrarmos o melhor caminho. Considero necessária a reforma administrativa, mas é uma reforma polêmica. Não dá para dizer que hoje está ideal a forma de se contratar e de se administrar Municípios, Estados e União. Nós precisamos aperfeiçoar, modernizar o Estado. Por isso é necessária a reforma administrativa, sim, ouvindo os Líderes, chegando a um consenso naquilo que é possível.

Eu acho que temos que nos dedicar mais a buscar soluções para os problemas que há em vez de criarmos outros problemas.

Sr. Presidente, peço, por favor, que V.Exa. autorize que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado.



Publ.: DCD - 26/08/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade de reação do Parlamento brasileiro contra os arroubos antidemocráticos do Presidente Jair Bolsonaro. Contradição do posicionamento de policiais, contrário à reforma administrativa e a favor das manifestações convocadas pelo Presidente da República ao ensejo do Dia da Independência do Brasil. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo quadro de desemprego, fome, inflação e caristia reinante no País. Visita, à Câmara dos Deputados, do Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Roque, Frank Viana Carvalho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar os colegas e quem nos acompanha.

Presidente, alguns estão chamando para o ato do dia 7, fingindo que estão defendendo o País, mas, na verdade, estão atacando, vilipendiando a democracia brasileira, as instituições. E o que é pior: com o incentivo do Planalto, do Presidente da República, que agride, que ofende, desde o primeiro dia do seu Governo. E faz isso cada vez mais.

E aguardem, porque será assim e cada vez pior. Quanto mais acuado estiver, quanto mais derreter na opinião pública, mais ameaçador será o Presidente, porque é o que ele conhece, é o que ele sabe. Afinal de contas, ele mesmo disse que não nasceu para ser Presidente. Portanto, vai continuar estimulando isso.

O que nós não podemos aceitar é que este Parlamento não reaja a isso, achando que é uma brincadeira, achando que é coisa de maluco. Ele pode até ser maluco, mas usa a maluquice em torno de uma estratégia muito perigosa para todos nós. E é importante também o acompanhamento dos órgãos de Justiça, do STF em especial, para conter qualquer tentativa outra.

Eu disse ontem na Comissão e volto a dizer: para aqueles policiais que condenam a reforma administrativa, que porventura estão apoiando essa manifestação, há uma imensa contradição, porque o responsável pela reforma administrativa é justamente o Presidente, que ameaça a democracia, que ameaça as instituições, os servidores públicos, inclusive os da área de segurança, que muitas vezes estão apoiando o Presidente achando que ele vai pôr ordem. Mas, na verdade, esse é o Presidente da desordem, desordem que causa a fome, a miséria, o



desemprego, a inflação alta, que aumenta a cada dia o custo de vida do povo brasileiro. A gasolina está a 7 reais, o arroz está supercaro, o óleo de cozinha, o tomate, o feijão, o leite, o gás de cozinha a 10%.

Se essas pessoas querem defender a democracia, querem defender o povo brasileiro, querem defender o Brasil e são patriotas, sem dúvida alguma, devem condenar o Governo que aí está. Devem se juntar, na verdade, no dia 7, no ato Fora, Bolsonaro! Isso, sim, é um ato patriótico. Esse, sim, é de quem defende o Brasil, porque está defendendo os interesses do povo brasileiro.

Presidente e demais colegas, quero aproveitar a oportunidade e citar aqui a presença do Prof. Frank, Diretor-Geral do Instituto Federal de São Roque, que é um instituto federal de São Paulo. De 3 unidades que havia antes do Presidente Lula, hoje são 37 unidades no Estado de São Paulo. De 5 mil alunos, hoje eles atendem 60 mil alunos. É uma verdadeira revolução durante esse período, que nós queremos retomar. Parabenizo, na pessoa do professor, todos os demais professores e diretores dos Institutos Federais do nosso Estado.

Seja bem-vindo!

Documento 71/83

71.2021.B	Sessão Outro Evento	26/08/2021-09:48
Publ.: DCD - 27/08/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Urgente necessidade de debate da proposição no âmbito municipal.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Saúdo a Sra. Presidenta, saúdo também os colegas Deputados e Deputadas e me dirijo a todas as lideranças políticas do nosso País, sobretudo Vereadores e Prefeitos, às lideranças sindicais, para dizer que tramita no Congresso uma proposta de emenda à Constituição que está sendo chamada de reforma administrativa, mas que, de reforma, não tem nada.

Os Vereadores podem contribuir muito nesse processo, os Prefeitos, as lideranças municipais, para chamar o debate em relação a essa proposta, a PEC 32/20. Se não o fizerem, infelizmente ela vai ser



aprovada, assim como foi aprovada a privatização dos Correios, a entrega da ELETROBRAS, a reforma trabalhista, a minirreforma.

A PEC 32 não atinge somente os servidores federais, atinge todos os demais servidores públicos, os municipais, os estaduais, os do Distrito Federal. Mas sobretudo os servidores municipais serão afetados, serão atingidos. Ela causará o fim da estabilidade. Cada servidor vai ficar muito vulnerável. Ela representa o fim do serviço público, dos serviços públicos de saúde, educação. Vai prevalecer o apadrinhamento. Trata-se do maior retrocesso que pode acontecer na vida do servidor público. Ela vai atingir os concursados, que acham que têm direitos adquiridos, e também os que vão entrar. Na verdade, haverá o fim do concurso. Ela causará o fim do encantamento do jovem que diz: "Ah, eu vou fazer concurso público!"

Nesse sentido, é urgente o debate em âmbito municipal. Não à PEC 32! Não a essa tal de reforma administrativa! As lideranças municipais sabem, em suas respectivas cidades, quem são os Deputados Federais que têm base eleitoral ali. Então, elas precisam cobrar desses Deputados Federais posição a respeito dessa reforma administrativa.

É algo urgente! Nós não podemos permitir o desmonte do Estado brasileiro, a ser feito por meio de um ataque cruel aos servidores públicos. Cruel e covarde ataque ao servidor público!

Vereador, Vereadora, façam o debate, entendam o que é essa PEC 32, o que é essa reforma administrativa. Vamos dar um basta! Não vamos permitir esse ataque, esse desmonte do Estado brasileiro, que atinge as pessoas que executam as políticas na ponta. Não podemos permitir essa crueldade.

Não à PEC 32! Não à reforma administrativa!

Sra. Presidenta, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e pelos veículos de comunicação da Casa.

Documento 72/83

71.2021.B

Sessão Outro Evento

26/08/2021-09:52

Publ.: DCD - 27/08/2021 - MARCON-PT -RS

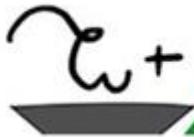
CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações aos Vereadores dos Municípios de Rodeio Bonito e Saldanha



Marinho, Estado do Rio Grande do Sul, participantes na XX Marcha dos Legislativos Municipais a Brasília, Distrito Federal. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero saudar todos os nossos Vereadores e Vereadoras de Rodeio Bonito e Saldanha Marinho que estão participando de encontro dos Vereadores.

Friso que os Prefeitos e os Vereadores são o para-choque dos Poderes. O povo sabe onde moram, faz cobranças a eles, e, na maioria das vezes, eles não têm os mecanismos para resolver os problemas do povo.

Sra. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é a PEC 32, que trata de reforma administrativa. Essa reforma administrativa não mexe com os altos salários, não mexe com os salários dos Deputados, dos membros do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, e ataca fortemente os pequenos salários dos funcionários públicos. Neste País, com este Governo, parece que os culpados por tudo isso são os integrantes da classe média baixa, são os pequenos e os pobres. Essa reforma administrativa não se preocupa com quem ganha altos salários. Um dos Vereadores disse: *"Eu fui funcionário público"*. Teve que sair porque o salário era muito baixo. São esses servidores que essa reforma administrativa vai atacar.

Ataca os funcionários públicos. Tem vergonha de dizer que não quer os funcionários públicos porque são eles que atendem a população. Quem é que presta o atendimento no posto de saúde? É o servidor. Quem é que ensina na sala de aula? É a professora concursada, que realiza o seu trabalho. Quem é que atua na área de segurança pública, que faz o trabalho de investigação, de proteção? Quem é que atua no setor de assistência social? Quem é que atua nos órgãos de controle?

Se essa PEC passar, vai permitir que um administrador, depois de eleito, mande embora os funcionários e coloque sua patota para dentro da Prefeitura. Quem vai perder com isso é a população. É a população que precisa de saúde pública, que precisa de educação pública, de segurança, de assistência social, dos órgãos de controle. Todos os trabalhos são importantes. Eu cito esses porque são mais visíveis, a população os enxerga.

O nosso voto é em defesa da população, é em defesa do serviço público e é contra a PEC 32!

Essa PEC faz parte do pacote que o Governo Bolsonaro lança contra a

população brasileira, contra aqueles que estão com fome, contra aqueles que estão na miséria, contra aqueles que estão desempregados, contra aqueles que não têm acesso à saúde porque não há recursos para os hospitais.

O nosso voto é "não" à PEC sobre a reforma administrativa, que, para mim, é a PEC sobre a continuidade da morte do povo brasileiro.

Sra. Presidente, eu gostaria que este discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 73/83

71.2021.B Sessão Outro Evento 26/08/2021-10:40
Publ.: DCD - 27/08/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, pela firmeza no combate às fake news e aos arroubos autoritários do Presidente Jair Bolsonaro. Arquivamento pelo Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de pedido de impeachment contra o Ministro Alexandre de Moraes, apresentado pelo Presidente da República. Gravidade das crises social, econômica, política, sanitária e ambiental reinantes no País. Elevação dos índices inflacionários; dos preços de combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Prioridade do Governo Jair Bolsonaro na privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, em detrimento da área social. Artigo Um golpista em cada esquina, de Bruno Boghossian, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Defesa de realização pelo povo brasileiro, ao ensejo do dia da Independência do Brasil, de manifestações em defesa da vacinação, da liberdade democrática, das instituições brasileiras e contra a majoração de preços.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rosangela Gomes. Bom dia.

Eu queria parabenizar o Ministro Alexandre de Moraes pela firmeza no combate às *fake news*, às mentiras e aos arroubos autoritários de Bolsonaro.

E agora os bolsonaristas arrumaram um novo inimigo, o que não lhes



falta. É o Presidente do Senado, que ontem arquivou o pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, que é repudiado por todo o Supremo Tribunal Federal e por toda a sociedade.

O que o Bolsonaro quer? Para que ele chama o 7 de Setembro? O que ele tem para comemorar no 7 de Setembro? Nós temos que comemorar 575 mil mortos, que são o resultado de uma linha genocida e negacionista seguida para impedir a chegada das vacinas, para proporcionar a contaminação?

E o pior é que nós estamos vivendo uma crise política, social, ambiental e sanitária gravíssima! A inflação está lá em cima, quase chegando a 10%, principalmente para os mais pobres! O preço da energia e da gasolina está altíssimo. E o Governo, preocupado em aprovar a reforma administrativa ou em privatizar os Correios, para agradar o mercado financeiro.

Na verdade, o Bolsonaro quer desviar o foco da incompetência e do seu desgoverno. Ele não é só um desgoverno; ele atenta contra a democracia.

Hoje, na *Folha de S.Paulo*, o colunista Bruno Bogossian escreveu *Um golpista em cada esquina*. Ele começa assim:

Às vésperas das eleições de 2018, um juiz de primeira instância em Goiás preparou uma ordem para que o Exército recolhesse urnas eletrônicas para uma perícia pouco antes da votação. A ideia era assinar a decisão na sexta-feira anterior ao primeiro turno e tumultuar o processo.

O plano não deu certo porque os militares denunciaram a trama. A Advocacia-Geral da União descobriu que o Juiz Eduardo Luiz Rocha Cubas havia gravado um vídeo com o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL) questionando a segurança do sistema de votação. O órgão apontou que aquela conduta era inadequada e pediu o afastamento do magistrado.

Ou seja, ele conspira contra o processo eleitoral desde antes! Está aqui gravado.

Na verdade, o que nós estamos precisando é responder à crise em que vivemos. Ele tumultua, ele coopta o Exército para uma aventura, ele cria anarquia nas polícias militares e não tem o que oferecer à nação brasileira.

É por isso que, no dia 7 de setembro, o povo tem que estar na rua, mas é pela vacinação, é contra o aumento de preços e a carestia, é pela liberdade democrática, é pela defesa das instituições, é para dizer que

nós temos no poder uma pessoa incapaz, degenerada, perversa, que não governa.

Nós precisamos é tirar o pedido de *impeachment*...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 74/83

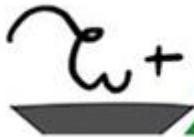
Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/08/2021-
CD 11:28
Publ.: DCD - 27/08/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes proposições de interesse do País e da população brasileira. Realização das reformas tributária e administrativa. Proposta do orador de convocação de nova Assembleia Nacional Constituinte. Usurpação, pelo Poder Judiciário, de prerrogativas dos Poderes Legislativo e Executivo. Elaboração do novo Código Eleitoral e das regras das futuras eleições brasileiras. Interferência do Poder Judiciário no processo eleitoral brasileiro. Repúdio ao ativismo político do Supremo Tribunal Federal. Luta do Presidente Jair Bolsonaro pela transparência nas eleições brasileiras. Liberação pelo Presidente da República, por meio de medida provisória, de 20 bilhões de reais para a compra de vacinas contra a Covid-19. Morosidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA na autorização da compra de imunizantes.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, nobres colegas, nós estamos agora perto da volta dos trabalhos presenciais aqui nesta Casa, buscando produtividade no sentido de aprovar as matérias que o Governo precisa, que o Governo deseja e que o Governo legitimamente eleito quer implementar.

Nós aprovamos muitas matérias aqui, até agora, desde que o Presidente Bolsonaro assumiu a Presidência da República. Começamos pela reforma da Previdência. Nós já estamos encaminhando a reforma administrativa e a reforma tributária. Projetos importantes como os da cabotagem, licenciamento ambiental, regularização fundiária, Banco Central independente, depósitos voluntários e tantos outros visam melhorar o Brasil, visam dar agilidade



ao Governo, visam dar celeridade à tramitação da burocracia. O GovTech, governo tecnológico, também foi alvo do nosso trabalho, a questão de tantas melhorias no sentido da velocidade com que as empresas podem ser abertas no País.

E temos que fazer sim a simplificação tributária, isso é muito necessário. Hoje, as empresas brasileiras gastam muitas horas de trabalho de seus funcionários cuidando de pagar corretamente os impostos, de tentar pagar corretamente os impostos. Esse é um problema que nós temos que enfrentar. E vamos enfrentá-lo nas simplificações que estão sendo feitas na fusão de impostos como PIS/COFINS, na CBS -- Contribuição sobre Bens e Serviços e em tantas outras matérias que o Governo tem encaminhado aqui para esta Casa.

Nós vivemos, obviamente, um momento de debate de ideias, de posicionamentos. O Presidente Bolsonaro tem ideias muito claras, defende fortemente os valores da família, trabalha com uma lógica muito objetiva de um governo liberal, de um Estado mais leve, mais eficiente, com meritocracia, com capacidade de premiar aqueles servidores que têm um desempenho mais adequado no seu trabalho, o que hoje não é possível dentro das normas constitucionais que nós temos.

Eu tenho clareza de que ainda precisamos fazer muitas reformas na nossa Constituição. Eu mesmo já propus uma nova Assembleia Constituinte e estou com o projeto do plebiscito pronto para ser apresentado.

Neste momento de grande conturbação, de desarmonia entre os Poderes, o Poder Judiciário tem ultrapassado seus limites, tem avançado sobre prerrogativas que são exclusivas do Poder Legislativo e sobre prerrogativas que são exclusivas do Poder Executivo. O Supremo Tribunal Federal procura decidir sobre tudo, não percebe que está causando desarmonia na nossa Nação. Nós legisladores, obviamente, temos que ter muita atenção, porque na verdade o Supremo legisla em nosso lugar com suas decisões e, muitas vezes, desfaz as nossas decisões ou simplesmente as arquiva com uma canetada monocrática, de um de seus membros, jogando a matéria na gaveta. Então, nós temos, sim, que buscar, com uma ação objetiva, a harmonia entre os Poderes. O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são Poderes iguais e devem ser tratados assim. Estamos buscando fazer com que isso seja efetivo na nossa sociedade.

Estamos tratando do novo Código Eleitoral, estamos tratando das regras para as eleições. Na última eleição, por exemplo, as cotas de recursos para candidatos negros, pardos e amarelos foram decididas depois das convenções partidárias. O Judiciário interferiu no processo



eleitoral, depois das convenções realizadas. Não é cabível esse tipo de ação.

Nós não queremos afrontar o Judiciário. O Judiciário tem o seu papel na sociedade, tem a sua atribuição constitucional, mas não pode ultrapassá-la e interferir em prerrogativas que são exclusivas de outros Poderes.

Nós estamos vendo agora decisões monocráticas. Um Ministro entende de uma forma, outro entende de outra. Não se procura harmonizar o processo decisório dentro da instituição Supremo Tribunal Federal, que, aliás, tem excelentes Ministros, muito bem preparados, muito qualificados. Mas o ativismo político do Judiciário tem que ser repreendido. Não podemos permitir o ativismo político do Judiciário. O Judiciário implementa uma regra, o Judiciário não ganha eleição nem perde eleição. Ele aplica a regra. Quem disputa é que ganha ou perde eleição. Portanto, o Judiciário não tem que ter preferência por essa ou aquela regra. É isso.

Então, quando o Presidente Bolsonaro fala de mais transparência nas eleições, ele tem aderência. A população quer mais transparência nas eleições. Quem não quer mais transparência em tudo? O Supremo defendeu que era perfeito o sistema. Uma semana depois de votada aqui a matéria, que, apesar de ter tido maioria de votos na Câmara dos Deputados, não passou, porque era emenda constitucional, o Ministro Barroso vem aperfeiçoar o perfeito, vem apresentar melhorias no sistema que já era perfeito, segundo ele dizia. Então, essas incoerências, essas incongruências, essa tentativa do Supremo de ficar de bem com a opinião pública não se verifica. Eles têm cargos vitalícios, eles estão lá para fazer valer o que está escrito na Constituição brasileira. Essas mudanças de interpretação causam grande ansiedade na sociedade.

Como disse, reconheço que os Ministros do Supremo são pessoas qualificadas, habilitadas,

entendo a lógica que se estabeleceu no País, mas é cada um no seu lugar, é cada um com a sua atribuição, é cada um respeitando a harmonia e a independência entre os Poderes. É isso o que eu acho que poderia ajudar a pacificar mais o Brasil neste momento de conturbação.

A pandemia está enfrentada. O Presidente Bolsonaro editou no ano passado uma medida provisória de 20 bilhões de reais, que nós aprovamos nesta Casa. Há dinheiro para a compra de todas as vacinas necessárias, para vacinar todos os brasileiros. Infelizmente, a ANVISA retarda muito a aprovação das vacinas, tem dificultado a aprovação no Brasil de vacinas que já estão sendo aplicadas em diversos países do

mundo, em larga escala, mas é isso o que nós temos. A ANVISA não é governo, a ANVISA é uma agência independente. Então, ela faz aquilo que acha adequado. Temos que respeitar, mas podemos discordar.

É assim que nós pretendemos levar a bandeira do Governo Bolsonaro: com princípios, em linha reta e com objetivo claro.

Documento 75/83

96.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/08/2021-
CD 11:36
Publ.: DCD - 27/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDE DISCURSO

Sumário

Solidariedade à Deputada Talíria Petrone, diante de impropérios do Deputado Eduardo Bolsonaro. Contestação ao discurso do Deputado Ricardo Barros, a respeito da luta do Presidente Jair Bolsonaro pela transparência nas eleições brasileiras. Protesto contra a imposição, pelo Exército brasileiro, de cem anos de sigilo do processo disciplinar instaurado contra o ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Necessidade de ações efetivas, por parte do Governo Federal, para a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19; a geração de emprego e renda e combate à fome no País. Prática do crime de genocídio pelo Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Prática de corrupção pelo clã Bolsonaro. Queda dos índices de aprovação popular do Presidente da República. Ocorrência do crime de lesa-pátria na venda de refinarias da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Vinculação entre a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e o reajuste nas tarifas de energia elétrica no País. Necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Adoção, pela Casa e pelo Congresso Nacional, de pauta contrária aos interesses da população brasileira. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Imediata instalação de Comissões Mistas para apreciação de medidas provisórias. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta, Deputada Rosangela.

Eu quero, em nome do PT, em primeiro lugar, manifestar total solidariedade à Líder do PSOL, a professora de história Talíria Petrone,



que está tão bem representando a Liderança do PSOL e que foi levianamente acusada, adjetivada com nomes impróprios, o que é característico do "bolsonarismo", pelo filho do Presidente da República, o Deputado Eduardo Bolsonaro.

Deputada Talíria, V.Exa. tem toda a confiança do Partido dos Trabalhadores. Nós estamos manifestando essa solidariedade, porque, como já disse muito bem o nosso grande Líder, o Deputado Henrique Fontana, o "bolsonarismo", ao ver suas pautas totalmente derrotadas, precisa fazer um debate artificial, uma polarização violenta, brutal, mentirosa, com *fake news*, para que o povo faça o debate longe do que é a vida do povo.

O tema do voto impresso já foi derrotado. Essa bobagem é para falar de transparência? O Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, falou agora que o Bolsonaro quer transparência. Isso não é verdade. O Bolsonaro não quer transparência, o Bolsonaro quer continuar mentindo para a sociedade brasileira. Se o Supremo toma atitudes contra o Governo, é porque está colocando um freio de arrumação nas muitas mentiras e afrontas à democracia e às instituições que o Governo está fazendo, que o "bolsonarismo" está fazendo. O próprio Presidente da República comete crime, e isso precisa ser repreendido. Se o Governo quisesse transparência, não pediria sigilo por 100 anos do processo administrativo que, nas Forças Armadas, deveria punir o ato criminoso do ex-Ministro Pazuello, por ter, como militar, participado de um ato, afrontando a democracia. Cem anos de sigilo! Isso é querer transparência? Mentir através de *fake news* é querer transparência? É óbvio que não.

Então, nós precisamos repudiar essas atitudes que vão na linha de tergiversar, de não falar o que o povo quer e do que o povo precisa. Do que o povo precisa? Precisa de vacina no braço, de comida no prato, de renda e emprego.

Quero falar da vacina. O Governo tem dito para a sociedade que a ANVISA é a responsável pelo fato de não haver vacinas. Isso é uma grande mentira! Quem não trouxe vacina para o Brasil foi Bolsonaro. Foi ele que negou vacina para o povo brasileiro. Ao negar a vacina para o povo, houve esse genocídio de quase 600 mil pessoas. Se agíssemos conforme a ciência, se não fôssemos tão negacionistas, se respeitássemos a ciência, os técnicos e os profissionais, poderíamos ter essas pessoas no nosso convívio, no meio das famílias. São pais que não voltam mais para as suas famílias, são mães que não estarão mais com os seus filhos ou são filhos que não voltarão mais aos seus lares. Esse genocídio provocado no Brasil tem um responsável, que se chama Bolsonaro, com a sua política genocida. É por isso que o Senado está fazendo a apuração rigorosa na CPI. Mais do que o genocídio, ela está provando que há corrupção. A corrupção não existe



só na família, com as "rachadinhas", no que a família Bolsonaro é campeã. Isso é corrupção, gente! Então, este Governo é corrupto também.

Mas é interessante dizer, sobre o tema das vacinas, que todas as que vieram diretamente para a FIOCRUZ e para o Butantan o Governo não fez nenhum esforço para que viessem, mas, quando podia alocar empresas, quando podia cobrar propina por uma vacina para as pessoas que estão morrendo e que precisam dessa vacina, o Governo cobrou propina, com empresas intermediárias. Isso precisa ser apurado. Este Governo é genocida e corrupto.

Então, o que o povo realmente está vendo neste Governo? Por que os índices caem, todas as vezes que sai uma pesquisa, em relação ao Governo? Porque o povo está enxergando que este Governo faz falsa propaganda, que as atitudes estão no mundo sombrio: ou do negacionismo, ou da cloroquina, ou do Ministério paralelo, ou do gabinete do ódio na área da comunicação, ou, na área da segurança, das milícias. Esse mundo sombrio é o que as pessoas estão começando a enxergar.

Nós estamos indo para a pauta do povo. E qual é a pauta do povo? É vacina, mas também é comida no prato e luta contra a alta dos preços. Isso é o que quero enfatizar neste momento. São 100 reais por um botijão de gás - ninguém aguenta mais isso -, são 7 reais por 1 litro de gasolina. E o Governo ainda vai entregar a PETROBRAS? Gente, esse crime de entregar refinarias da PETROBRAS significa nos subordinarmos a uma lógica internacional, quando temos petróleo.

Se não tivéssemos petróleo, deveríamos nos submeter à lógica internacional, mas o Brasil é autossuficiente, o Brasil tem petróleo, o Brasil tem pré-sal. Então, não precisaríamos do PPI - Preço de Paridade de Importação, e não precisaríamos cobrar 7 reais por 1 litro de gasolina. O alto preço do combustível fere e prejudica os caminhoneiros, o agricultor, que vai à roça para produzir. Agora, quando o preço da energia está nas nuvens, com bandeira vermelha, estão vendendo a ELETROBRAS. Isso é de uma insanidade! E este Parlamento está chancelando essas barbaridades, esses crimes que estão sendo cometidos.

Nós precisamos aprovar, sim, e sancionar a Lei Assis Carvalho, para que não aumente o preço da comida. As pessoas, para terem um gostinho de carne, precisam fazer fila diante do açougue para pegar osso. Gente, nós tiramos o Brasil do *Mapa da Fome* com o Lula e a Dilma! Na semana que vem, no dia 31, vão ser completados 5 anos do golpe, da retirada da Dilma, quando o Senado votou pelo afastamento da Presidenta Dilma, quando este Congresso votou pelo afastamento da Dilma. De lá para cá, o Brasil voltou para o *Mapa da Fome*, as



pessoas ficaram desempregadas, e não têm o que comer, os preços estão nas nuvens, e nós estamos vendendo patrimônio. A pauta do Congresso é vender os Correios; a pauta do Congresso é entregar as nossas refinarias; a pauta do Congresso é vender a ELETROBRAS; a pauta do Congresso é fazer a reforma da Previdência, que deixou o povo sem aposentadoria; a pauta do Congresso é a reforma trabalhista, que faz com que as pessoas estejam com a Carteira Verde e Amarela, mas em situação precarizada, sem direitos sociais. A pauta desta Casa é uma nova reforma administrativa, que vai destruir o serviço público deste País, que vai tirar do Governo a possibilidade de intervir na economia, para termos conteúdo nacional, para mantermos as nossas indústrias produzindo no País. É grave, é criminoso o que está acontecendo. Esta Casa tem que votar a renda emergencial para o povo de 600 reais. Esta Casa, a Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, junto com o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, junto com o Senado, precisa instalar as Comissões das medidas provisórias, para que possamos fazer o debate com a sociedade, para votarmos os 600 reais como renda emergencial, para não termos o salário mínimo congelado.

O povo não tem poder aquisitivo para fazer compras porque a inflação está aumentando. Não é uma inflação que aumenta porque há muito consumo, pela lei da oferta e da procura. Não. As pessoas não compram, e as coisas encarecem. Qual é o problema? É porque não há mais confiança neste Governo. O Governo não dá confiança para quem quer investir. Aliás, as empresas que estão no Brasil, em vez de abrirem novas unidades, estão fechando e saindo do Brasil, gerando um desemprego enorme.

Então, é contra isso que nós temos que agir. Por isso, nós chamamos, sim, e estamos juntos com os movimentos sociais, para dizer: "Fora, Bolsonaro!". Cada hora, enquanto Bolsonaro estiver no Governo, é ruim para o povo, é ruim para o Brasil. Perdemos a soberania. Precisamos pautar, sim, nesta Casa, o *impeachment*. Precisamos de uma voz forte neste Parlamento contra as atitudes que rompem a democracia no País. Se as instituições, neste momento, não se manifestarem, estaremos chancelando as atitudes ditatoriais, a tergiversação do Governo. O "bolsonarismo" veio para destruir, não para construir - é o "passar a boiada". Nós vamos defender a Nação brasileira. Fora, Bolsonaro! É a pauta do povo que deve estar na ordem do dia.

Documento 76/83

96.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/08/2021-
CD 15:12

Publ.: DCD - 27/08/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM

Sumário

Posse da Sra. Kathy Hochul no cargo de Governadora do Estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, após a renúncia do governador estadual por envolvimento em escândalos de assédio sexual. Atuação da oradora na Secretaria de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados. Convite aos Parlamentares para participação em seminário internacional, com a presença de especialistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, promovido pela Câmara dos Deputados em conjunto com o Senado Federal. Alcance social do Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, a respeito da criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e da alteração da Lei nº 11.346, de 2006.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sra. Presidente. Fico muito feliz em vê-la presidindo esta sessão. Como sempre, eu tenho um orgulho enorme de V.Exa.

Eu gostaria de fazer três anúncios, Sra. Presidente, antes de entrar no tema que eu gostaria de defender.

Primeiro, eu queria fazer um registro que não é pouco significativo, comemorando a posse da primeira Governadora do Estado de Nova York, a Kathy, que assumiu o mandato após a renúncia do Governador, o qual estava envolvido em escândalos de assédio. É importantíssimo, Deputada Professora Dorinha, o fato de que ela, uma democrata, quando soube da posição dele, imediatamente se afastou. Hoje nós temos a primeira mulher Governadora do Estado de Nova York, porque Nova York fez cumprir a lei, em respeito à dignidade das mulheres.

O segundo anúncio é sobre nosso trabalho na Secretaria de Relações Internacionais, que tem procurado, Presidente, potencializar os grandes temas da Casa, trazendo discussões sobre modelos de outros países. Então, eu queria aproveitar este momento para convidar todos os Deputados e todas as Deputadas para um seminário internacional que nós estamos realizando com os melhores especialistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, na área internacional, sobre modelos de governança. Dia 9 de setembro vai ser realizada a segunda rodada. Nós teremos três rodadas na Câmara dos Deputados, em parceria com a equipe presidida pelo Deputado Federal Fernando Monteiro, que comanda a reforma administrativa na Casa. Então, queria convidar todos a assistir. É um seminário de alto nível, realizado em conjunto com o Senado. As



três primeiras rodadas serão aqui, e as outras três serão lá no Senado.

Eu queria falar um pouquinho do tema que está em debate, que é muito sério, porque ele nos traz, Deputada Rosangela, dois recortes. O primeiro nós vimos materializado na Câmara.

É uma questão cultural das famílias a dificuldade de falar desta coisa tão simples, um processo natural que acontece com todas as mulheres: a menstruação. Eu vi isso materializado, Deputado Helio Lopes - digo isto com todo o carinho -, através de V.Exa., que é autor, juntamente com outras Deputadas, de uma matéria em defesa da dignidade básica de uma menina.

Deputada Rosangela, V.Exa. pode imaginar: um homem pequeno - fique em pé, Deputado Helio - como ele, com pés do tamanho 44, quando foi falar a palavra "menstruação" nesta tribuna, parou, como se fosse uma coisa difícil. Essa dificuldade é de criação. Não se fala dessas coisas.

Obrigada, Deputado Helio. Ao enfrentar este tema, nós temos que trazer a realidade. É a realidade que nós precisamos discutir ao tratarmos dessa dignidade.

Quero também reforçar e me filiar às palavras da Deputada Carmen Zanotto: esse projeto que a Deputada Jaqueline Cassol está relatando, que é de autoria de vários Parlamentares desta Casa, traz, sim, uma reflexão do recorte social, porque quase 40% das famílias ainda não têm o mínimo. E o mínimo de que nós estamos falando, Deputada Cassol, consiste justamente em saneamento básico, condições de higiene.

Esse projeto nasceu, sim, de um apontamento da ONU. Meninas estudantes do Brasil realizaram um mutirão. Eu me lembro da campanha de doação de absorventes que a Rebecca, lá em Nova Friburgo, no nosso Estado, começou com as jovens. Nós temos hoje 12% de meninas que durante a menstruação, Deputada Cassol, saem de sala de aula, temos mulheres de rua e mulheres apenadas fazendo uso de papel higiênico, jornal, plástico e até miolo de pão. Nós estamos mostrando o recorte de uma desigualdade econômica.

Este tema é muito importante. Estamos aqui de plantão até a votação do texto final, para aprová-lo, para os votos serem favoráveis. Nós não podemos permitir que meninas abandonem a sala de aula porque não têm absorvente para se deslocar, não só para a escola, mas para qualquer outro lugar. Nós precisamos dizer "sim" a este projeto.

Ele, Deputada Jaqueline Cassol, trouxe homens e mulheres para dentro deste plenário. Homens e mulheres foram autores de uma forma



de inclusão dessa natureza. Estamos aqui defendendo a dignidade da pessoa humana. Que bom que esta Casa teve a coragem de falar tudo isso em plenário, para que todos pudessem ouvir! Nós não podemos deixar ninguém para trás, e não deixar ninguém para trás é garantir o absorvente, seja na cesta básica, seja na compra de um item na unidade escolar, seja com o dinheiro da saúde. Nós não podemos deixar ninguém para trás.

Parabenizo os autores, bem como V.Exa., Deputada Jaqueline Cassol, que estreou como Relatora com um relatório dessa natureza.

Obrigada, Deputado Helio, por V.Exa. ter ficado engasgado. Nós fomos criados assim. Esse tema não podia ser mencionado. Mas nós temos coragem de falar para explicar o que acontece nesse que é um processo natural de qualquer mulher.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 77/83

97.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/08/2021-
CD 16:48

Publ.: DCD - 01/09/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.695, de 2021, sobre a denominação do Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, de Aeroporto Internacional de Campo Grande Ueze Elias Zaharan. Contrariedade à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL, Sr. Presidente, é a favor desta urgência. Nós evidentemente num projeto como este, que é simples e módico, não teríamos como ter uma posição diferente, embora tenhamos muita contrariedade com a pauta que está sendo tratada na Câmara dos Deputados.

Sei que V.Exa. falou sobre a votação de quinta-feira quando serão feitos os destaques. Mas o nosso espanto é o ataque de querer votar a PEC 32 em meio à pior pandemia da nossa história. Amanhã está convocada, na Comissão Especial, uma reunião para já votar o relatório que sequer foi apresentado, tendo em vista uma reforma



trabalhista do serviço público que significa o rebaixamento global dos salários e também o avanço das privatizações em várias funções fins do Estado brasileiro.

Portanto, queremos repudiar essa decisão da Comissão Especial - e é óbvio que vamos obstruir. Mas, sobretudo, queremos dialogar com V.Exa. e colocar a nossa contrariedade em relação à PEC 32.

Documento 78/83

97.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/08/2021-
CD 16:48
Publ.: DCD - 01/09/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.695, de 2021, sobre a denominação do Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, de Aeroporto Internacional de Campo Grande Ueze Elias Zaharan. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "sim" e aproveita este tempo para mais uma vez chamar a atenção quanto a PEC 32. Na verdade, enquanto o mundo, os Estados e as nações organizam-se para prestar serviços de melhor qualidade, para enfrentar a pandemia, para enfrentar a necessidade de maior investimento na educação, prestar serviço de assistência jurídica de melhor qualidade, uma política de segurança pública mais adequada, o Brasil, que tem tantas carências, passa por um processo de desmonte. E a PEC 32 agrava isso, pois retira direitos, precariza o serviço público e tenta satanizar o servidor público que faz um enorme esforço para garantir uma boa prestação de serviços.

Documento 79/83

72.2021.B Sessão Outro Evento 31/08/2021-14:28
Publ.: DCD - 01/09/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO
DEPUTADOS



Sumário

Transcurso dos 5 anos do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Publicação do livro Autoritarismo Líquido: o Golpe no Brasil. Consequências socioeconômicas negativas decorrentes do afastamento da Presidenta da República. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Inadmissibilidade de promoção de golpe militar e reinstalação da ditadura militar no País. Necessidade de reconstrução do Brasil, diante dos efeitos da crise sanitária e da aproximação da marca funesta de 600 mil mortes pela Covid-19, genocídio humano patrocinado pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje completa 5 anos o golpe à Constituição, o golpe à democracia, o golpe a uma Presidenta eleita com o voto sagrado e soberano do povo brasileiro. Nós editamos um livro chamado *Autoritarismo Líquido: o Golpe no Brasil*, no qual destacamos o papel do Judiciário, o papel dos meios de comunicação, das ruas e do Parlamento na produção desse golpe. Essa reflexão histórica serve para se fazer uma avaliação crítica sobre os resultados do golpe, sobre a agenda produzida, com Michel Temer e Bolsonaro, após o golpe, a agenda vitoriosa do golpe, a agenda neoliberal: reforma trabalhista roubando direitos dos trabalhadores; Emenda Constitucional nº 95, congelando investimentos na saúde, na educação, na assistência, na infraestrutura; com Bolsonaro, reforma da Previdência, deixando milhões de brasileiros não se aposentando ou se aposentando mal; nova reforma trabalhista, nas duas últimas semanas, que vai atingir diretamente a juventude; privatizações; desmonte da soberania nacional; aumento da desigualdade social, da miséria, da fome, do desemprego; concentração da renda e da riqueza nos grupos dominantes, nos super-ricos, nos milionários.

E agora vem a cereja do bolo, a PEC 32, que vai desmontar direitos dos servidores, desqualificar o serviço público e transformar a Constituição em uma Constituição neoliberal, a serviço do capital, do mercado, dos interesses particulares e privados.

Por isso, neste momento histórico, o que se coloca para o País é a reafirmação: golpe nunca mais, ditadura nunca mais, democracia sim!

É preciso reconstruir este País, diante do que ocorre hoje, com crise sanitária e quase 600 mil mortos, nesse genocídio humano patrocinado por Bolsonaro e seus asseclas, além de desigualdade, miséria, desesperança, inflação. As contas de energia, de combustível e de gás aumentam a desesperança. Cabe a nós brasileiros...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Carreras. PSB - PE) - Pode concluir, Deputado.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Obrigado.

Nós que defendemos a democracia e a reconstrução deste País temos que dizer "não" ao autoritarismo, "não" a golpes, "não" à ditadura e "sim" a um Brasil sendo respeitado, para que todo o povo brasileiro possa escolher seus dirigentes, possa escolher seus comandantes, possa escolher o seu Presidente de forma sagrada, soberana e democrática.

Documento 80/83

72.2021.B	Sessão Outro Evento	31/08/2021-14:36
Publ.: DCD - 01/09/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na semana decisiva para o debate sobre a reforma administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que chegou a esta Casa ainda no ano passado, com um conteúdo absolutamente incapaz de oferecer qualquer mudança, qualquer reforma ao Estado brasileiro.

A PEC 32 é punitiva para com os servidores, mexe nas suas carreiras, nas carreiras dos atuais e dos futuros servidores, transforma o estágio probatório em uma das partes do concurso, deixando o servidor 3 anos sem qualquer tipo de perspectiva de crescimento na carreira. A PEC 32 "voucheriza", ou seja, abre as portas para a privatização do serviço público, oferecendo tíquetes para que a população possa ter acesso ao que a Constituição garante como universal hoje: os serviços públicos de educação, de saúde e de outras áreas do grande braço aberto do Estado para um país ainda em desenvolvimento e com uma grande massa de pobres, que cresceu durante o Governo Bolsonaro.

A fome cresceu e reapareceu em nosso País. Infelizmente, na



pandemia, isso ficou ainda mais evidente para as populações nas distantes das grandes cidades. Mesmo na periferia das grandes cidades aumenta a população de rua.

Como podemos pensar em diminuir o tamanho de um Estado que já não é grande, um Estado que não é inchado?! O Brasil não está entre os países com maior índice relativo de população e de servidores públicos. Estamos em 12º lugar.

Objetivamente, a PEC 32 não responde aos reclames do Estado brasileiro. Na verdade, ela vem para dissolver, para constranger inclusive os servidores nas suas carreiras.

O Relator oferecerá o parecer a esta Casa. Está anunciado que na quinta-feira ele será votado. O ideal é que o relatório pudesse ser mitigado, discutido, analisado com maior vagar. Nós sabemos que virá um grande período de feriado. Por que não deixarmos para apreciar isso depois do feriado de 7 de setembro? Inclusive, o Sr. Bolsonaro afronta a Constituição e conclama o povo a ir às ruas para uma conflagração, algo que não vamos aceitar.

Quero, portanto, dizer: não caiam em provocação no 7 de setembro. Nós precisamos garantir a paz social, mas, ao mesmo tempo, garantir direitos e democracia.

Por isso, não aceitamos a PEC 32. Queremos que ela seja derrotada nesta Casa.

Esperamos que o relatório possa vir com todas as notas que foram oferecidas de maneira absolutamente afinada pelos setores do serviço público, intelectuais, estudiosos, acadêmicos, que mostraram...

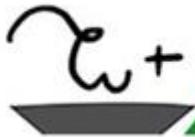
(Desligamento automático do microfone.)

Documento 81/83

72.2021.B	Sessão Outro Evento	31/08/2021-14:40
Publ.: DCD - 01/09/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso dos 5 anos do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.



Prejuízos socioeconômicos decorrentes do afastamento da Presidenta da República. Elevação dos preços do gás de cozinha e dos alimentos, recrudescimento da fome, da insegurança alimentar e do desemprego no País. Redução das dotações orçamentárias do setor educacional. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Realização do 27º Grito dos Excluídos, por ocasião da data comemorativa da Independência do Brasil.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, hoje faz 5 anos do golpe.

O golpe não foi só contra a Presidenta Dilma. O golpe foi contra as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e da cidade. Deram o golpe, aprovaram o teto de investimentos, o teto de gastos, com a Emenda Constitucional nº 95, e, assim, houve um ataque à educação, à saúde, à assistência, à reforma agrária, à titulação de terras para os indígenas, para os quilombolas, para os extrativistas. Abriram as portas para os ruralistas, para as mineradoras, para as empresas do agrotóxico, do veneno. Houve um ataque ao povo brasileiro, um golpe à soberania nacional e ao povo brasileiro.

Olhem o preço do bujão de gás, o preço do alimento. Hoje mais de 20 milhões de brasileiros passam fome, mais de 120 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar, mais de 20 milhões de trabalhadores estão desempregados, somando os desalentados.

Houve um retrocesso no orçamento da educação. Acabaram com programas como o PAA e o PNAE e com o crédito fundiário. O golpe foi contra o povo brasileiro. A fome e a miséria reinam no País, graças ao golpe. E muitos colegas aqui são cúmplices do golpe, cúmplices do genocídio, cúmplices do desmonte do Estado brasileiro. A PEC 32 ataca o Estado brasileiro por dentro, no que é essencial, no que é fundamental, que são os servidores públicos municipais, estaduais, do DF e da União. Então, é um crime continuado.

Nós denunciamos os 5 anos do golpe, os 5 anos do desmonte, os 5 anos de ataque ao povo brasileiro, ao meio ambiente, a toda biodiversidade, à mãe Terra, às águas.

Presidente, isso é muito triste! E esta Casa é cúmplice disso, assim como também o Senado. Em 17 de abril, houve a votação na Câmara e, no dia 31 de agosto, no Senado.

O golpe é continuado porque continua atacando trabalhadores e trabalhadoras do campo, da cidade e das águas. Nossa repúdio ao golpe, mas vamos à luta. Nesse 7 de setembro, vamos às ruas, vamos



à luta. Este é o 27º ano consecutivo do Grito dos Excluídos. Não é a chantagem da base do Bolsonaro e do Bolsonaro que vai nos afastar das ruas. Vamos à luta para a retomada do Estado brasileiro e para fazer com que este Estado e a soberania sejam uma garantia...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 82/83

72.2021.B	Sessão Outro Evento	31/08/2021-14:44
Publ.: DCD - 01/09/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso dos 5 anos do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Atraso socioeconômico do País em decorrência do afastamento da ex-Presidenta da República. Repúdio ao Governo Jair Bolsonaro. Deterioração da imagem do Brasil perante a comunidade internacional, em face do desrespeito do Presidente da República aos direitos humanos e à diversidade racial e de gênero. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, algum tempo atrás o ex-Presidente Juscelino Kubitschek lançou o plano de metas 50 anos em 5. E esse plano de metas era para fazer crescer a economia, construir estradas, fazer desenvolvimento.

Passado um tempo, nós tivemos uma outra experiência contrária a essa: 50 anos em 5 foi o golpe praticado pelos cinco golpistas do Apocalipse: Michel Temer, Aécio Neves, Bolsonaro, Eduardo Cunha e Moro. Foram 50 anos em 5, mas de destruição. Passados 5 anos do golpe, o Brasil piorou em tudo. Se conferirmos índice por índice, veremos que o Brasil piorou.

O dólar? Falavam do dólar, que as empregadas não podiam ir à Disney. Imaginem agora quem é que pode ir para a Disney! Falavam da inflação galopante. A Dilma era no centro da meta. Agora, está tudo subindo às alturas. A gasolina, nossa! Custava 2,40 reais. Agora, está passando de 7 reais. Corrupção? O que encontraram da Dilma? Nada! Uma mulher proba, correta, enquanto esse outro está aí, cheio de



"rachadinha" com os filhos dele, com um *motoboy* sacando milhões e entregando para fazer corrupção no Ministério da Saúde: 1 dólar por propina na vacina.

As contas públicas, Sr. Ministro Paulo Guedes? Há rombos e mais rombos, inflação, câmbio, atividade econômica, emprego - passamos de 15 milhões de desempregados -, renda, nada escapa. Em 5 anos, piorou tudo. Piorou a área cultural, que está ignorada, ou melhor, desprezada, tanto por Temer quanto por Bolsonaro. Piorou a área ambiental, a ponto de termos, por tanto tempo, o Ministro do Meio Ambiente conhecido como motosserra pelos próprios madeireiros.

Passamos a ser mal vistos na comunidade internacional pelo desrespeito público do Presidente em relação aos direitos humanos e à diversidade racial e de gênero. "*Menos direitos e mais empregos*" eles prometiam. Os direitos foram extermínados e os empregos também, Deputado Leo de Brito.

Não satisfeito, Bolsonaro e seu incompetente Ministro da Fazenda ameaçam agora com a tal PEC 32, para destruir, privatizar o serviço público e entregar os recursos do SUS e da educação pública para os amigos do rei da iniciativa privada.

Em 5 anos, Presidente, meteram a mão na aposentadoria do povo, no emprego com carteira assinada, meteram a mão na indústria nacional, com a inestimável cooperação do ex-juiz Sergio Moro, hoje oficialmente um juiz ladrão, que roubou do Presidente Lula a sua liberdade, agora reconhecida pelo STF.

Não dá tempo para falar de tudo, mas dá tempo para saber que o povo brasileiro tem de pedir, infelizmente: "*Perdão, Presidenta Dilma*".

Documento 83/83

72.2021.B	Sessão Outro Evento	31/08/2021-14:48
Publ.: DCD - 01/09/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -
Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares que estão aqui



acompanhando a sessão, que a acompanham também pela TV Câmara, pela Internet.

O que me traz à tribuna é que eu sou membro titular da Comissão Especial da PEC nº 32, a PEC da Reforma Administrativa, e a reunião para discussão, leitura do relatório e votação está marcada para quarta-feira.

O relatório ainda não foi divulgado. O que nós sabemos é que o projeto encaminhado pelo Ministro Paulo Guedes e pelo Presidente Jair Bolsonaro é muito ruim. Na verdade, não é um projeto de reforma administrativa, e eu acho que não existe divergência sobre a importância de aumentar a eficiência do Estado na prestação de serviços e em todas as suas dimensões.

O problema é que a proposta que veio aqui para a Câmara dos Deputados é uma proposta de desmonte pura e simples. Além de acabar com o regime jurídico único, com a estabilidade; de criar um vínculo de experiência de 5 anos, tem lá dentro um Cavalo de Troia, que é o art. 37-A, que abre a possibilidade de privatização pura e simples de todo e qualquer serviço prestado pelo poder público.

Evidentemente, eu diria que esse, em si, é o artigo mais nocivo dessa reforma, mas ela, ao contrário do que se deveria esperar... O que se espera de uma reforma? Que ela traga, por exemplo, eficiência na prestação de serviço, que ela reduza o custo do Estado, que ela modernize. Ela não faz nada disso. O Ministro Paulo Guedes foi incapaz de apresentar um cálculo de economia que a reforma administrativa vai trazer.

Se já não há uma coerência lógica para ela existir, por que essa reforma administrativa está tramitando em tempo de pandemia? É a reforma do desmonte do Estado brasileiro. É a reforma da precarização não apenas dos servidores, mas também dos serviços públicos. Ao que tudo indica - porque até agora não saiu - , nós só teremos conhecimento do relatório amanhã, quando começar.

Sr. Presidente, queria pedir apenas 30 segundos para concluir.

Quero dizer que somos contrários à votação dessa reforma, que é proposta por um Governo incompetente, que tem nas costas mais de 570 mil vidas perdidas. É um Governo negacionista, um Governo negligente, omisso e incompetente. Então, "não" à PEC 32! "Não" à reforma administrativa! Nós vamos combatê-la na Comissão e aqui no Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.



DETAQ
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação